

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

JESSICA BETH SADIE SKLAIR CORRÊA

**Relações de segregação:
novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana**

São Paulo
2007

JESSICA BETH SADIE SKLAIR CORRÊA

**Relações de segregação:
novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana**

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia Social
Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

São Paulo
2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jessica Beth Sadie Sklair Corrêa

Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana

Tesa apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre.

Área de Concentração: Antropologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos integrantes do programa FALA da Escola Graduada, aos voluntários no Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis e a equipe e os participantes do Programa Nova Geração pela grande generosidade com que me acolheram. Agradeço especialmente os indivíduos que me concederam entrevistas, cujos nomes mantereí em sigilo. Tenho uma dívida muito grande com as pessoas que facilitaram meu passeio por esses três campos: agradeço Ana Lúcia Ariani na Escola Graduada, Telma Sobolh, Marlene José Ramos de Oliveira e Rosemeire Urbinati Yassui do Departamento de Voluntários do Hospital Albert Einstein pela grande paciência e generosidade ao longo da pesquisa. A Daniela Nascimento Fainberg do Programa Nova Geração tornou se uma grande amiga durante o curso desse estudo. Agradeço a sua generosidade em compartilhar comigo seu trabalho, e a sua disposição permanente para conversar sobre ele. Por fim, queria agradecer a Karin Lowenthal Topczewski, pelas inúmeras conversas e caronas.

Na USP, gostaria de agradecer Heitor Frúgoli Jr. por seu enorme apoio durante minha experiência como sua orientanda. Assim como não é fácil cursar um programa de pós-graduação em um país estrangeiro, não deve ter sido fácil orientar uma estrangeira. Sou muito grata por sua paciência não somente nesse sentido, mas por me permitir também a liberdade de seguir conexões e idéias diversas ao longo da minha trajetória de pesquisa, as quais muitas vezes desviaram meu caminho. O Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade, coordenado por Heitor, foi muito importante na minha formação ao longo dos últimos dois anos e meio. Assim, agradeço também os seus participantes por inúmeras conversas e trabalhos compartilhados. Tive a grande sorte na USP de fazer parte de uma turma de colegas muito especial. Devo muito da minha aprendizagem ao longo do programa a eles; nossos debates na sala de aula (e em diversos bares paulistanos), me inspiraram e me nutriram, entusiasmando meu estudo de antropologia. Gostaria de agradecer especialmente a Anna Catarina Morawska-Vianna e Daniel De Lucca, companheiros cuja inspiração é mais presente neste estudo do que eles imaginam.

Agradeço a Paulo Leite Ribeiro Silveira pelo apoio lingüístico que tornou possível esse trabalho em todas as suas etapas, e a Lígia Micas pela sua ajuda de “salva-vidas” na última hora. Gostaria de agradecer também a Sílvia Pellegrino e Rogério Duarte do Pateo por seu grande apoio ao longo do programa. Por fim agradeço ao Roberto por me apoiar nessa aventura em todos os aspectos.

RESUMO

SKLAIR, J. **Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana.** 2007. 152 f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Este trabalho contempla práticas filantrópicas contemporâneas entre a elite paulistana em sua interface com as dinâmicas de segregação urbana observadas nessa cidade. Procura-se investigar as relações que surgem em torno dessas práticas, mostrando que a segregação se caracteriza não somente pelo distanciamento, mas também por complexos jogos de interação cotidiana entre as populações que convivem na metrópole. A pesquisa baseia-se na etnografia de três iniciativas filantrópicas na cidade de São Paulo: um projeto escolar de ensino da língua inglesa, um centro de saúde infantil e um programa de preparação de jovens das elites para atuação no ‘terceiro setor’. A atividade filantrópica se define, respectivamente, como ‘serviço comunitário’, ‘trabalho voluntário’ e ações de ‘responsabilidade social’. Na análise dessas três iniciativas investigadas durante o trabalho de campo, destaca-se a tendência da prática filantrópica a passar, ao longo das últimas décadas, por um processo de ‘profissionalização’, ou seja, a transição de um modelo baseado nos princípios de ‘caridade’ e ‘assistencialismo’ para um modelo de ‘investimento social’. A reflexão sobre tal processo e sua incorporação por diversos sujeitos pede uma abordagem antropológica que preze as maneiras pelas quais essas redes se constroem e se desenvolvem, traçando conexões e associações entre lugares e influências diversas.

Palavras-chave: Filantropia, Responsabilidade Social, Elites, Segregação Urbana, Desigualdade Social.

ABSTRACT

SKLAIR, J. **The relations of segregation: new philanthropic practices among the São Paulo elite.** 2007. 152 f. Thesis (Masters) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

This study explores contemporary philanthropic practices among the São Paulo elite and the ways in which they relate to the dynamics of urban segregation seen in this city. It investigates the relations born of these practices, in support of the hypothesis that segregated landscapes are characterized not by the absence of relations but by complex dynamics of daily interaction between different urban populations. The study is based on an ethnography of three philanthropic initiatives in São Paulo: an English language teaching project in a private school, a children's health centre and a programme designed to prepare young individuals from the city's elite to develop activities in the third sector. In these three projects, philanthropy is defined, respectively, as 'community service', 'voluntary work' and 'social responsibility'. In its analysis of these initiatives, this study identifies a growing trend over recent years towards the 'professionalization' of philanthropic practice, presented in the field of philanthropy as the evolution of a 'charity' or 'assistance' type model towards one based on the concept of 'social investment'. The investigation of this process and its incorporation into the practices of a diversity of social actors calls for an anthropological approach that emphasizes the connections and associations between diverse networks of people and places.

Keywords: Philanthropy, Social Responsibility, Elite Studies, Urban Segregation, Social Inequality.

SUMÁRIO

Introdução. Novas configurações urbanas, novas configurações antropológicas: desigualdade, segregação e filantropia junto à elite paulistana

Temas e abordagens	7
O campo	9
Desigualdade e segregação: investigando dinâmicas urbanas brasileiras	16
Redes e relações: repensando a segregação urbana	29

Capítulo 1. FALA: lições de um programa escolar de serviço comunitário

1.1 Introdução ao campo	36
1.2 A concepção de um programa de serviço comunitário	38
1.3 Responsabilidade social como política escolar	47
1.4 Lidando com o privilégio, lidando com a desigualdade	56

Capítulo 2. Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis: trabalho voluntário do outro lado do muro

2.1 Introdução ao campo	75
2.2 O Departamento de Voluntários do Hospital Albert Einstein: a trajetória de uma prática filantrópica	78
2.3 A profissionalização do Voluntariado Einstein	86
2.4 As “mulheres de cor-de-rosa” atravessam os muros	96

Capítulo 3. Programa Nova Geração: a formação de uma elite “socialmente responsável”

3.1 Introdução ao campo	106
3.2 Nova geração, novas abordagens: as origens do Programa Nova Geração	111
3.3 Pensando sobre a desigualdade	116
3.4 Família, dinheiro e responsabilidade	120
3.5 Investimento social: aprendendo, participando, investindo	126

Considerações finais.

Relações em uma paisagem segregada	135
Redes da elite e a prática filantrópica em São Paulo	136
Desigualdade urbana: o olhar das elites	141
Bibliografia	148

Introdução. Novas configurações urbanas, novas configurações antropológicas: desigualdade, segregação e filantropia junto à elite paulistana

Temas e abordagens

Este estudo é sobre a desigualdade socioeconômica na cidade de São Paulo. Sabemos, através de pesquisas comparativas recentes, que o Brasil é atualmente um dos países mais desiguais do mundo.¹ Conseqüentemente, São Paulo, sua maior metrópole, com uma população de mais de onze milhões,² é um bom lugar para investigar esse fenômeno. Em busca, todavia, de uma reflexão original frente a essa temática vasta e bem trabalhada pelas ciências sociais, escolhi abordar o tema através de um enfoque algo inusitado: as relações entre pessoas nos pólos extremos da desigualdade urbana, que nascem da prática filantrópica, e, mais especificamente, as maneiras pelas quais tais relações são imaginadas e vivenciadas pelas elites que desempenham tal prática em três projetos filantrópicos na cidade. Assim, este trabalho propõe uma investigação antropológica da questão da desigualdade socioeconômica brasileira através da experiência dos ricos. Trata-se de uma abordagem que procura complementar a grande preocupação com as dinâmicas da pobreza – encontrada no cerne do debate sobre a desigualdade –, com um olhar sobre as relativamente pouco investigadas dinâmicas da riqueza.

No contexto urbano, um elemento central à experiência das elites é a construção, e conseqüente convivência, dentro dos espaços da segregação, expressão concreta das desigualdades urbanas. Nessa convivência, as elites procuram, simultaneamente, proteger-se e se mostrar através dos muros dos novos ‘enclaves fortificados’,³ cercados por sistemas de segurança cada vez mais sofisticados. As relações que surgem em torno da prática da filantropia, porém, muitas vezes promovem a travessia desses muros (nas duas direções), em prol de momentos de interação diferenciados, trazendo relações para além daquela mais esperada entre patrão e empregado.

Um dos objetivos do presente trabalho é mostrar que a presença – e crescente proliferação – das medidas de segregação na paisagem paulistana não significa a ausência de

¹ Seguindo artigo do jornal *Folha de São Paulo*, o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU mostra que “só em cinco países os 10% mais pobres ficam com uma parcela de renda menor que a dos brasileiros miseráveis [...] em apenas sete países os 10% mais ricos da população se apropriam de uma fatia de renda nacional maior do que a dos ricos brasileiros [...] o relatório observa que em nenhum país a desigualdade de renda é tão intensa quanto no Brasil” (Constantino e Gois, *Folha de São Paulo*, 07/09/05).

² O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br) registra uma população de 10.435.546 para a Região Metropolitana de São Paulo, seguindo o último censo, do ano 2000.

³ Termo cunhado por Teresa Caldeira (1997).

relações entre pessoas de perfis socioeconômicos muito distantes. Muito pelo contrário, a pesquisa entre as elites revela que a segregação urbana é *feita* dessas relações, marcadas, por um lado, pela significativa preocupação com a manutenção de uma relação de distância e controle de uma população supostamente ameaçadora (relação essa apoiada por um forte discurso de medo, como mostra a análise da Caldeira, 2000) e, por outro, pela profunda dependência dos milhares de trabalhadores de baixo salário, empregados na manutenção dos seus espaços: faxineiras, motoristas, babás, cozinheiras, porteiros, jardineiros, motoboys e, ainda, os próprios seguranças encarregados da tarefa de os proteger das ‘ameaças’ do mundo afora. E tudo isso sem falar das relações filantrópicas enfocadas por este estudo. É uma situação caracterizada, nas palavras de Almeida e D’Andrea (2004: 96), por uma “relação de *evitação e dependência*”.⁴ Podemos constatar, de fato, uma interação entre esses perfis sociais altamente diferenciados que até excede a interação que a classe média paulistana tem com ambos – nas relações examinadas por esse estudo, inclusive, a classe média está propositalmente ausente –, observação que deveria ser levada em conta na nossa investigação das dinâmicas da segregação urbana.

Tendo tudo isso em vista, torna-se necessário interrogar o que queremos dizer com o termo ‘relação’, e o conceito de relação que usarei nesse estudo – bem como a abordagem antropológica em que eu me apoio nesse sentido – será elaborado mais adiante. Mas antes disso, queria chamar a atenção para uma questão empírica ligada a esse tema. No começo da minha pesquisa com a filantropia, tive a intenção de investigar as relações entre quem doa e quem recebe na prática filantrópica, como meio de examinar as relações em torno da desigualdade urbana elaborada acima. Ao longo do tempo, porém, comecei a perceber que uma relação entre duas partes é feita de duas experiências, e dois imaginários sobre aquelas experiências. Eu tinha entrado no meu campo através das elites; eram delas as instituições e programas que conceberam, desenvolveram e ofereceram as atividades filantrópicas do meu estudo, e, por questões práticas e burocráticas, era mais fácil escolher esse meio de entrada. Só que o trabalho de me familiarizar com esse campo e aprofundar as minhas próprias relações com os atores que eu encontrava nele pareceu me distanciar da experiência dos recipientes das ações filantrópicas. Comecei a perceber que o tempo da pesquisa de um mestrado não seria suficiente para abordar as experiências e imaginários dessas duas partes da relação que me interessava, e resolvi concentrar minha análise na experiência das elites, aquelas que conceberam as práticas presentes em meu estudo.

⁴ Teresa Caldeira ainda argumenta que “membros das classes altas temem o contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres” (2000: 272).

Enquanto essa escolha, por um lado, permitiu que eu aprofundasse a minha investigação do olhar dos ricos sobre a questão da desigualdade urbana (que, a partir daí, começou a surgir mais claramente como tema central da pesquisa), essa opção deixou uma lacuna no meu trabalho, em termos tanto de um estudo sobre a filantropia brasileira contemporânea, quanto sobre a paisagem de desigualdade urbana em que ela se insere. Em defesa dessa escolha, só posso dizer que acredito que o enfoque sobre as elites serve, de alguma maneira, para começar a preencher outro espaço já existente em torno da questão da desigualdade socioeconômica, e que os inúmeros momentos no texto em que a minha narrativa carece de um olhar sobre o ponto de vista dos ‘beneficiados’ na relação filantrópica, não passam por mim despercebidos.

O campo

A busca de um campo para a investigação desses temas da desigualdade, segregação e filantropia levou-me ao bairro paulistano do Morumbi, no sudoeste da cidade. Um passeio pela área mostra claramente as mudanças pelas quais São Paulo tem passado nos últimos trinta anos. Sempre um bairro da classe alta, a população do Morumbi começou a crescer rapidamente no início dos anos oitenta, quando construtores do mercado imobiliário começaram a investir em terras de preço baixo na região, para a construção de prédios e condomínios de luxo, ambos residenciais e comerciais, atraindo novos moradores de condição financeira alta ao lugar. Esses empreendimentos foram construídos já embutidos com as marcas da segregação urbana – muros altos, guaritas fortificadas e sistemas de segurança –, que estavam se tornando populares entre as elites da época. O resultado foi o surgimento de um bairro pouco parecido visualmente com as regiões das elites mais antigas da cidade, como, por exemplo, a região dos Jardins. A mistura de pequeno comércio – lojas, cafés e restaurantes – e prédios habitacionais, que caracteriza essa última, deixando suas ruas movimentadas através de uma diversidade de usos (mesmo que sem uma diversidade socioeconômica de usuários), não se repete no Morumbi, onde as ruas largas, limpas e arborizadas permanecem usualmente desertas. O movimento constante que é possível encontrar ali é o do trânsito motorizado e o do trabalhador doméstico uniformizado, que ocasionalmente volta a pé para casa ou passeia com o cachorro do seu patrão.

Junto ao crescimento da população de classe alta, os anos oitenta também presenciaram um aumento maciço nas populações das favelas do Morumbi. Na maior dessas, Paraisópolis – que é também a segunda maior favela da cidade, depois de Heliópolis, esta localizada na zona

sul –, a população atual é de cerca de 80 mil habitantes. O crescimento dessas duas populações lado a lado resultou na situação atual observada no bairro: uma grande parcela da elite paulistana morando muito próxima à segunda maior favela da cidade. A paisagem urbana criada por essa situação é marcante, especialmente nos lugares em que se passa das ruas largas entre os prédios luxuosos do bairro para os becos estreitos de Paraisópolis.

A Avenida Giovanni Gronchi, local de um dos projetos investigados nesse estudo, é um desses lugares. Passando pelo lado oeste de Paraisópolis, ela serve como local de transição entre esses dois mundos urbanos. Atravessando a avenida para entrar na favela, desce-se abruptamente para baixo do nível da rua, onde o próprio terreno se transforma: as terras niveladas cedem lugar a subidas e descidas íngremes; os prédios acabam de repente, substituídos por pequenas casas e barracões de diversos tipos em variados estados de manutenção; as largas ruas arborizadas, asfaltadas e bem cuidadas, transformam-se em becos e ruas estreitas, muitas não pavimentadas, algumas atravessadas por córregos, com forte cheiro de esgoto. As residências, antes perfeitamente acabadas e pintadas, tornam-se inacabadas e irregulares. O pequeno comércio mistura-se com as casas, em contraste com a separação entre as áreas de lazer, trabalho e habitação características do outro lado da avenida, e, assim, o ambiente muda radicalmente: as ruas tornam-se barulhentas e cheias de gente.

A forma de interação mais conhecida entre os moradores da favela e dos prédios de luxo de Morumbi é aquela já mencionada entre trabalhador doméstico e patrão. Um outro tipo de interação, porém, resulta do alto número de projetos sociais com origem fora de Paraisópolis,⁵ a maioria criada pela elite do bairro com a intenção de melhorar a condição de vida dos moradores da favela localizada nas suas vizinhanças. Entre eles, dois me chamaram atenção por envolver uma interação concreta entre voluntários e beneficiários, o que levava, inclusive, os moradores da favela e dos prédios do bairro para dentro de espaços aos quais eles normalmente não teriam acesso.

O primeiro desses projetos, *Friendship and Learning Acquisition* (FALA), é um programa da Escola Graduada, escola internacional norte-americana freqüentada pelos filhos da elite brasileira e internacional residente em São Paulo. Tal escola promove diversas atividades de responsabilidade social com estudantes de todas as séries. Através do FALA, estudantes das últimas séries (de 16 a 18 anos de idade) oferecem aulas de inglês todo sábado de manhã, durante o semestre escolar, para jovens dos bairros populares no entorno da escola (incluindo Paraisópolis), para seus funcionários (motoristas, faxineiras, funcionários do xérox

⁵ Almeida e D'Andrea estimam esse número ao redor de quarenta, entre ações de variadas ONGs, instituições filantrópicas e empresas privadas (Almeida e D'Andrea, 2004: 100).

e cozinha, dentre outros.) e seus filhos. O projeto FALA tem 40 “professores” (estudantes da escola) e 125 alunos que se deslocam de Paraisópolis e outros bairros populares da região para a escola, que fica na Avenida Giovanni Gronchi, a poucos metros da favela.

O segundo projeto, *Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis* (PECP), é uma iniciativa do Hospital Albert Einstein, instituição privada fundada no bairro do Morumbi em 1971 pela comunidade judaica paulistana, hoje considerado um dos melhores hospitais e centros de pesquisa na área de saúde da América Latina. O hospital, cujos tratamentos e recursos de altíssima qualidade vêm acompanhados por sofisticados serviços de atendimento e hotelaria (e custos mais elevados do que qualquer outro hospital do país), é uma referência forte para o bairro, e para parcelas da elite paulistana.⁶ O hospital sempre teve, desde a sua concepção, uma forte atuação na área da responsabilidade social, desempenhando várias atividades filantrópicas no bairro e fora dele. Uma das suas ações mais importantes, o PECP, foi estabelecida em 1996 na favela Paraisópolis, para prestar serviços de saúde a crianças de 0 a 10 anos de idade. Hoje, o programa oferece uma série de serviços, incluindo um ambulatório para crianças, grupos de apoio e ensino para gestantes e mães de recém-nascidos, aulas de planejamento familiar, campanhas de vacinação, aulas de trabalhos manuais com tecidos para mulheres, atividades esportivas para crianças, reforço escolar e aulas de computação para adolescentes. O programa tem 10 mil crianças registradas no seu ambulatório e mais 6 mil usuários dos seus outros serviços.

A administração do PECP é compartilhada entre o Instituto de Responsabilidade Social do hospital e seu Departamento de Voluntários. A maior parte do trabalho administrativo e as funções mais especializadas do programa (dos médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais da área) são feitos por cerca de 150 funcionários pagos, contratados pelo hospital. Adicionalmente, o Departamento de Voluntários, onde entrevistei alguns integrantes para minha pesquisa no PECP, coordena cerca de 130 voluntários que trabalham, na maior parte, em funções de apoio no programa. Esses voluntários são, na maioria, mulheres na faixa dos 40 aos 60 anos, com perfil socioeconômico alto, e que vão do Morumbi (e alguns outros bairros da cidade, como Itaim Bibi e Jardins) para Paraisópolis, para prestar serviço no programa semanalmente, durante um ou dois períodos de 4 horas (das 7h30 às 11h30 da manhã ou das 12h30 às 16h30).

O terceiro programa contemplado nesse estudo, o *Programa Nova Geração* (PNG), foge do enfoque no bairro de Morumbi. Trata-se de um programa de quatro finais de semana

⁶ Para a maioria dos atores no meu campo, nascimentos, mortes, doenças e questões de saúde em geral sempre envolveram uma visita ao Einstein, independente do bairro onde tais atores moraram.

residenciais e uma série de jantares informais ao longo de um ano, para filhos de famílias da alta elite brasileira, com o objetivo de discutir questões de privilégio financeiro, desigualdade socioeconômica, responsabilidade social e investimento social no Brasil. Participei do programa no ano passado, durante seu plano piloto. Seus 19 participantes tinham todos entre 18 e 35 anos de idade, e a maioria era residente na Região Metropolitana de São Paulo, com alguns provenientes de pequenas cidades do interior do Estado. A maioria já havia atuado de alguma maneira no terceiro setor, seja em fundações familiares, em ONGs (estabelecidas por eles mesmos, por parentes ou por outros), em trabalhos voluntários, através de ações de responsabilidade social corporativa, ou mediante doações filantrópicas privadas. O programa em si não tinha a intenção de promover uma intervenção específica entre os participantes como grupo, mas procurava criar um espaço para a reflexão e discussão sobre os problemas sociais brasileiros e a responsabilidade e o potencial de uma nova geração da elite paulistana para enfrentá-los.

A coordenadora e idealizadora do PNG era uma mulher de 31 anos que tinha o mesmo perfil socioeconômico dos participantes do grupo e possuía vários anos de experiência trabalhando na Fundação Kellogg e no IDIS (*Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social*), em São Paulo. Seu trabalho com filantropia familiar nessa organização levou-a a se interessar em trabalhar com um público de sua própria geração, na qual sentia falta de um fórum seguro para abordar abertamente as questões relativas à posição e intervenção de tais indivíduos e suas famílias, frente aos problemas sociais do país. Depois do ano piloto do PNG, ela fundou uma ONG chamada 'GerAção', para dar continuidade ao programa (que já está em progresso, com uma segunda turma de participantes) e desenvolver outras atividades na área de responsabilidade social com esse público. Em paralelo (mas independente dessa ONG), a primeira turma do programa continua desenvolvendo uma série de atividades juntos, incluindo a formação de um pequeno grupo de investimento social.

O convite para participar desse programa e a idéia de incluí-lo na minha pesquisa coincidiram com a decisão de focar minha análise mais especificamente no universo das elites. Nesse sentido, o PNG ofereceu uma oportunidade inédita de aprofundar as questões que estavam me chamando atenção entre os atores que vinham atuando nos outros dois projetos do meu estudo. Apesar de não procurar promover uma iniciativa filantrópica específica, o programa instigava uma reflexão mais profunda sobre a prática filantrópica e a responsabilidade social entre as elites. Através dos seus integrantes, tive a oportunidade de conhecer uma série de iniciativas concretas, elaboradas por eles mesmos ou suas famílias.

Foram basicamente essas experiências que eles trouxeram como material para reflexão durante o programa.

O PNG teve, adicionalmente, outro diferencial frente aos demais projetos do meu estudo, com relação à minha própria participação no campo. Minha presença no programa como pesquisadora era condicional à minha participação como integrante, papel que eu poderia desempenhar devido ao meu próprio perfil socioeconômico e à familiaridade, embora limitada, com algumas práticas filantrópicas desenvolvidas por minha mãe na Inglaterra. Nesse sentido, apesar de compartilharmos pouco as experiências em outras esferas da vida, eu tinha certas experiências e interesses em comum com os outros integrantes do programa. Tais interesses me levaram a participar de maneira bastante ativa no programa e depois nas atividades desenvolvidas pela turma; o grupo de investimento, inclusive, foi liderado por mim durante um semestre, baseado em um modelo inglês do meu conhecimento. Retornarei a esse assunto no capítulo três, para investigar as implicações para minha pesquisa desse envolvimento nessa etapa do meu campo.

Meu campo com esses três projetos envolveu observação de suas atividades durante visitas ao longo de um período de aproximadamente um ano e meio, com um período de visitas mais intenso ao longo do primeiro semestre de 2006. No caso do PNG, envolveu também minha participação. Fora da observação das atividades, essas visitas propiciaram oportunidades de conversar informalmente com integrantes dos projetos e, depois de um tempo, de gravar uma série de entrevistas (26 no total). A maioria de tais entrevistas foi conduzida nos locais dos projetos (a Escola Graduada, a sede do Programa de Einstein em Paraisópolis ou no próprio hospital), com algumas exceções em que o entrevistado me convidou para sua casa ou escritório (como foi o caso com todos os integrantes do Programa Nova Geração.)

Antes de elaborar o arcabouço teórico em que esse estudo se apóia, queria deixar clara a maneira pela qual dois termos importantes para esse trabalho, 'elite' e 'filantropia', serão aplicados daqui em diante. Procurar uma definição única para a etiqueta 'elite' é uma tarefa pouco útil para nossos objetivos. Isso guarda similaridades com o termo 'pobre', que, como mostra Agier em nível transnacional (1999: 57-90) e Torres e Marques no contexto de São Paulo (2001: 20-22), engloba uma enorme diversidade de circunstâncias e experiências que estão longe de responder a uma homogeneidade. Nesse raciocínio, a idéia de uma elite paulistana homogênea, com discursos e práticas coerentes, mostra-se problemática, a partir da entrada etnográfica nesse campo. Trabalhar nessa esfera tem acarretado o reconhecimento de fatores e signos fluidos, que permitem identificar tendências entre certa população de atores, em vez de um grupo fixo com limites bem definidos.

A questão financeira é obviamente o fator que mais permite localizar esses atores dentro do plano maior da população da cidade. O *Atlas da Exclusão Social, vol. 3: os ricos no Brasil* (2005) relata que o Brasil tem 1.162.164 famílias ricas (2,4% do total das famílias no país), cuja renda familiar mensal está acima de R\$10.982,00, sendo a média mensal R\$22.487,00. Entre elas, existem 5 mil famílias “muito ricas” (0,001% das famílias do país), que se apropriam “do equivalente a 3% da renda total nacional, representando o seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro” (2005: 29). Em 2000, a maior concentração (38%) de famílias ricas do país morava na cidade de São Paulo. Embora eu não disponha de dados para provar tal alegação, os sinais de consumo evidentes no meu campo (caros, roupas, endereços etc.) sugerem que todos os atores que fazem parte da minha pesquisa caberiam no perfil das ‘famílias ricas’ especificado pelo *Atlas*⁷. No caso dos integrantes do Programa Nova Geração (e alguns indivíduos dos outros dois projetos), podemos constatar ainda o perfil de ‘família muito rica’, até pelos nomes familiares conhecidos de grande parte das participantes. Portanto, essas duas categorias abrangem uma heterogeneidade de experiências, se levarmos em conta as rendas mensais e o patrimônio dessas pessoas, além da forma como elas se apropriam de sua riqueza através de distintos padrões de consumo. Os integrantes dessas categorias também se diferenciam por meio de suas atitudes, valores e práticas.

É claro, também, que a relação entre condição financeira, atitude e comportamento não pode ser um pressuposto. No programa do Einstein, algumas mulheres chegam ao hospital de carro blindado, com motoristas fardados, para então pegar a perua fornecida pelo hospital até Paraisópolis, enquanto outras dirigem seus próprios carros dentro da favela, sem cerimônia. Tal escolha, porém, como eu descobri no campo, não reflete necessariamente a condição financeira dessas voluntárias. Na auto-definição dos atores do meu campo, a questão da riqueza é igualmente complexa: na Escola Graduada, uma menina explica para mim que a sua família não é rica *de verdade*, pois todo o dinheiro da sua família, o seu motorista e outros luxos são benefícios do trabalho da sua mãe numa certa empresa, em contraste com a condição de seu namorado, cujo dinheiro pertence à sua própria família. E no Programa Nova Geração, uma mulher me conta que viver cercada de seguranças, como alguns dos outros participantes, a deixaria louca. Tratamos, aqui, de um tema que vai reaparecer sempre na minha pesquisa: o dinheiro em si é pensado de maneira condicional, comparativa e altamente simbólica.

⁷ É necessário mencionar, aqui, que o PECP do Hospital Albert Einstein oferece algumas exceções a essa regra, tendo, entre suas voluntárias, algumas mulheres que escapam desse perfil. Pode-se dizer, no entanto, que elas são minoria dentro do projeto, e que aparecem pouco na minha etnografia, sendo as mais ricas meu foco principal.

Mas dentro dessa diversidade, certos elementos permitem demarcar fios comuns da experiência urbana dos atores do meu campo. São referências a lugares de moradia, trabalho e lazer em certos bairros da cidade (como Morumbi, Itaim Bibi, Jardim Paulista e Cidade Jardim), caracterizados por dinâmicas próximas de auto-segregação: os sistemas de segurança, os muros, a separação estrutural do resto da cidade, reforçadas pelo fato dos seus habitantes evitarem espaços de lazer e meios de transporte público.⁸ Dessa forma, a própria auto-segregação informa uma experiência da cidade que permite traçar uma definição para esse grupo de atores, uma definição flexível que, ao mesmo tempo em que informa a análise das suas práticas e se contextualiza frente à cidade, também permite abraçar a diversidade em que se enquadra.

O termo ‘filantropia’ goza de certa ambigüidade em minha etnografia, e também carece de elaboração. Embora apareça ocasionalmente nesse campo no Brasil e com grande frequência no exterior (especialmente nos Estados Unidos, na sua tradução para o inglês: *philanthropy*), alguns atores brasileiros pesquisados rejeitam o seu uso por remeter a um tipo de ‘caridade’ antiga.⁹ A palavra, nas suas origens, define-se mais amplamente em relação ao valor do ‘amor ao próximo’, e encontra-se historicamente ligada aos atos de caridade religiosa. Aplicando-a nesse estudo, porém, no contexto das práticas de uma elite urbana, refiro-me ao seu uso especificamente como um ato de benevolência empreendido por aqueles que têm boa condição financeira, na direção daqueles que não têm, ao contrário de outras formas de ação social em que as condições financeiras do doador e recipiente não são, necessariamente, tão distintas.¹⁰

Assim, o enfoque desse trabalho pede uma distinção deliberada entre esse tipo de prática e as milhares de outras encontradas dentro do chamado ‘terceiro setor’. A literatura sobre tais práticas muitas vezes deixa de explicitar as diferenças entre tipos de ação, que variam bastante em termos de objetivos, abordagem e resultados. Um exemplo é o trabalho de Rubem César Fernandes para a CIVICUS (*World Alliance for Citizen Participation – Aliança Mundial para a Participação do Cidadão*), reproduzido na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1995), que vê entidades tão diversas quanto movimentos sociais, atividades sociais corporativas, ONGs e fundações filantrópicas unidas no desenvolvimento de um mesmo

⁸ Tal rejeição do espaço público pela elite em São Paulo é discutido por, entre outros, Frúgoli Jr. (1995: 73-106) e Caldeira (1997: 164).

⁹ Uma preocupação que será examinada mais à frente, em relação às mudanças pelas quais a prática filantrópica tem passado ao longo das últimas décadas.

¹⁰ Muita filantropia das elites também se direciona à questão meio-ambiental. Apesar de não ser o enfoque desse estudo, é comum haver intersecções entre esses dois tipos de filantropia.

processo de crescente “participação do cidadão”, frente aos problemas sociais mundiais. Tal abordagem dá pouca atenção às diferentes preocupações, interesses políticos e estruturas organizacionais dessas diversas formas de ação social.

Ao escolher as práticas filantrópicas das elites paulistanas como assunto desse estudo, destaco um tipo de ação específica dentro desse extenso campo, identificado através de um recorte que se refere às pessoas que as conduzem. Trabalho aqui com o pressuposto, portanto, de que as diferentes formas de intervenção social observadas no meu campo, apesar de suas diferenças, podem ser consideradas e analisadas em conjunto, por se tratarem todas de iniciativas da elite paulistana acima referida. Nesse sentido, tais práticas representam um determinado *tipo* de projeto social, caracterizado por suas origens. Essa distinção é fundamental para o objetivo mais amplo desse trabalho: as relações entre pessoas nos pólos mais extremos da gama de perfis socioeconômicos encontrados na cidade.

Entre os atores do meu campo, porém, as práticas às quais me refiro com o termo ‘filantropia’ são apresentadas sob diversos outros nomes. Na Escola Graduada, FALA é apresentado como um programa de ‘serviço comunitário’, no Hospital Albert Einstein, a atividade das mulheres no PECP é ‘trabalho voluntário’, enquanto o PNG procura incentivar ações de ‘conscientização, investimento e transformação social’. No campo dos três projetos, as práticas enfocadas são ainda contextualizadas sob iniciativas institucionais mais amplas, que se apresentam sob o nome de ‘responsabilidade social’.¹¹ Esses nomes remetem aos diferentes contextos e representações de tais práticas específicas a cada projeto; essa diversidade de representações, e a sua relevância para o presente trabalho, serão investigadas abaixo. Devemos indicar aqui, porém, que essas representações nativas – e a rejeição de outras representações, como, por exemplo, a de ‘caridade’ –, são também ligadas a certas tendências de uma crescente filantropia ‘profissionalizante’, cuja conceituação e desenvolvimento ao longo das últimas décadas também serão investigados abaixo, com referência às configurações (e gerações) diferentes em que aparecem nos três projetos do meu campo.

Desigualdade e segregação: investigando dinâmicas urbanas brasileiras

Desigualdade socioeconômica e segregação sempre formaram parte da experiência urbana dos paulistanos. Ao longo das últimas décadas, porém, esses fenômenos têm aumentado e se tornado cada vez mais visíveis, mudando as maneiras pelas quais os habitantes

¹¹ O Hospital Albert Einstein é a única instituição do meu campo que usa o termo ‘filantropia’ no seu discurso.

da cidade, de todas as classes sociais, vivem e convivem. As causas da crescente desigualdade e segregação urbana observadas em São Paulo e as inúmeras maneiras pelas quais ambas se manifestam no cotidiano da cidade foram bem documentadas pelas ciências sociais brasileiras ao longo desse período.¹² Sabemos bem, por exemplo, através de anos de trabalhos de autores como Lúcio Kowarick e Francisco Oliveira (ver, entre os primeiros deles, Kowarick, 1979 e Oliveira, 1972), como mudanças no mercado de trabalho, trazidas pela desindustrialização e a crescente participação do país nos processos econômicos transnacionais do capitalismo tardio, têm enfraquecido modelos mais antigos de exploração da força de trabalho, deixando milhares de pessoas desempregadas ou forçando-as a participar dos crescentes mercados informais, sem a segurança do trabalho contratado e os direitos – salário fixo, férias, seguro de saúde, participação sindical etc. – nele embutidos.

Na esfera da habitação popular, Eunice Durham terminou a sua análise de 1986, sobre o sentido simbólico da prática de auto-construção da casa familiar na periferia da cidade (prática essa que já tinha sido reconhecida em si como outra modalidade de exploração da força de trabalho (Oliveira, 1972: 32), com um alerta sobre a ameaça a esse projeto, representada pela crise econômica atual. O tratamento retrospectivo desse período e a década que o seguiu, feito por Teresa Caldeira no seu trabalho de 2000 sobre crime e segregação urbana em São Paulo¹³, mostra que, apesar das melhorias urbanas conseguidas na periferia durante os anos 70 e 80 através do trabalho sindical e reivindicações ao poder público da época, muitos jovens da próxima geração encontravam-se sem condições econômicas de reproduzir o sonho da ‘casa própria’ dos seus pais. A resultante heterogeneidade de condições de ‘pobreza’ vista hoje nas periferias paulistanas e o crescimento maciço da população favelada da cidade (Torres e Marques, 2001 e 2002) alteraram significativamente a paisagem paulistana.

Ao longo do mesmo período, a cidade registrou um aumento nas estatísticas de crime e violência urbana, acompanhadas por um crescente discurso de medo e a proliferação das já

¹² Heitor Frúgoli Jr. mostra como a própria questão urbana foi elaborada pela maior parte em referência a esses temas, no diálogo entre a antropologia e a sociologia brasileira durante esse época, especialmente através de reflexão e pesquisa sobre a periferia paulistana (Frúgoli Jr., 2005).

¹³ Caldeira descreve um processo de mudança na cidade de São Paulo que passa por três modelos de segregação urbana ao longo do último século: o da mescla de habitação popular e de classe média e alta nas regiões centrais da cidade, substituído pelo modelo ‘centro-periferia’ a partir dos anos 40, e depois, pelo surgimento de novos bairros em áreas diversas da cidade, onde comunidades populares e elites se estabelecem lado a lado (como no caso do Morumbi/Paraisópolis). Nesses últimos casos, tais bairros tendem a se caracterizar por um novo tipo de segregação extrema, gerado pela construção, por parte das elites, dos já mencionados enclaves fortificados (2000: 211-255).

mencionadas medidas de segregação entre as classes altas (Caldeira, 2000).¹⁴ Essa proliferação dos meios de segregação levou, por sua vez, a diversas mudanças nas dinâmicas da sociabilidade urbana em São Paulo. Frúgoli Jr. examinou essa questão em dois estudos: o primeiro enfoca a crescente segregação entre usuários dos *shopping centers* da cidade (1992), enquanto o segundo preocupa-se com o impacto dessas tendências no uso dos espaços públicos urbanos especialmente, mas não somente, no seu antigo Centro, onde se registrou uma redução da heterogeneidade de classes sociais, devido ao seu abandono pela classe alta e uma parcela da classe média (Frúgoli Jr., 1995).

É claro que nenhum desses fenômenos ligados à crescente desigualdade e segregação urbana é restrito ao Brasil. Estudos urbanos dos quatro cantos do mundo revelam um sistema interligado de reconfigurações socioeconômicas trazidas pelas dinâmicas do último meio século do capitalismo transnacional. Saskia Sassen, por exemplo, cruza pesquisas em Nova York, Londres e Tóquio na sua descrição de um novo modelo de ‘cidade global’ (*global city*), termo que ela aplica na sua análise de processos que gerariam um tipo específico de cidade contemporânea, caracterizada pela aglomeração concentrada de serviços financeiros e legais, que transformam essas metrópoles em locais de apoio para corporações transnacionais. Apesar dessas atividades de apoio criarem empregos especializados para muitos profissionais, eles também geram uma alta dependência de trabalhadores, mal remunerados, atuantes no setor de serviços.

A crescente informalidade desse setor do mercado de trabalho levaria à polarização de classes nessas cidades, o que por sua vez acarretaria novos processos de segregação e *gentrification*¹⁵, bem como a crescente dependência das elites de seus baixo assalariados trabalhadores domésticos. Nesses lugares, seguindo Sassen, “essa forma de polarização econômica, consequência das tendências de crescimento, contém condições que promovem a informalidade e flexibilização do trabalho em um amplo espectro de atividades” (2001: 288),¹⁶ um argumento que enfraquece hipóteses prévias de que o crescimento do mercado informal em países do ‘primeiro mundo’ seriam consequência de práticas trazidas por populações de

¹⁴ O discurso em torno do medo do crime documentado por Caldeira (idem) não é somente das elites, mas consta como uma preocupação generalizada na cidade de São Paulo. Ela argumenta, porém, que tal medo e seu discurso servem ainda como justificativas para a crescente radicalização das formas de segregação desenvolvidas pelas elites nos bairros da cidade em que habitam e circulam.

¹⁵ Esse termo tem suas origens na Inglaterra, onde remete a processos de transformação urbana em que ocorrem deslocamentos de grupos da classe média e alta para bairros populares, o que muitas vezes significa a expulsão – através da crescente valorização imobiliária – das populações originais desses locais. Para uma discussão da aplicação desse termo às intervenções urbanas recentes no Brasil, ver Rubino, 2005: 225-264.

¹⁶ No original: “this form of economic polarization brought about by growth trends contains conditions that promote the informalization and casualization of work in a wide range of activities”.

imigrantes. O argumento de Sassen “sugere, de fato, que os traços mais elementares do capitalismo avançado podem promover as condições da informalidade” (idem, traduções minhas).¹⁷ Em outra análise, vinda desta vez da Europa, Robert Castel traça as origens, desenvolvimento e ‘crise’ da “sociedade salarial”, responsável pela precária situação atual do trabalhador informal ou desempregado, e a emergência da “questão social” em torno dessa figura (Castel, 1995 [1998]). De toda forma, é preciso tomar cuidado com a aplicação desses trabalhos à realidade social e econômica brasileira – e autores como Michael Peter Smith ainda alertam contra os problemas embutidos em esquemas analíticos como o de Sassen, que tendem a se apoiar num suposto binário *local-global* (contrapondo ‘culturas locais’ e transformações econômicas ‘globais’) e que prestam pouca atenção à influência persistente do estado-nação e de outras dinâmicas urbanas e nacionais menos ligadas à questão do capital transnacional (Smith, 2001: 1-20).¹⁸ Substituindo a distinção global/local para um enfoque ‘transnacional’, Smith procura desviar a preocupação com as forças econômicas dominantes supostamente localizadas nos assim chamados países ‘desenvolvidos’, para um olhar sobre as inúmeras redes de práticas e processos que vinculam diferentes países e suas relações econômicas de diversas maneiras.

Sob essa ótica, o Brasil se revela parte de um sistema transnacional de processos econômicos em transformação e, ao mesmo tempo, ocupa um lugar nesse sistema como país definido historicamente por suas próprias relações socioeconômicas. Tal olhar não é menos aplicável às maneiras pelas quais a situação socioeconômica brasileira tem sido tratada pelas ciências sociais deste país ao longo das últimas décadas. Em um trabalho recente, Vera da Silva Telles traça a abordagem teórica dominante desse período, que enquadrava a investigação das desigualdades urbanas brasileiras em referência às noções de direitos

¹⁷ No original: “suggests, rather, that basic traits of advanced capitalism may promote conditions for informalization”.

¹⁸ Smith critica os “motivos teóricos centrais encontrados nos escritos de David Harvey, John Friedmann, Saskia Sassen, bem como da escola de estudos urbanos de Los Angeles, que praticamente se tornaram mantras da onipotência do capital [no processo de] formação das cidades e na constituição de subjetividades humanas, a saber, o imaginário da ‘compressão espaço-temporal’, a metáfora da ‘cidade global’ e o paradigma do ‘urbanismo pós-moderno’. Cada um desses motivos constitui um tema influente na teoria urbana, sendo invocados por diversos pesquisadores urbanos para dar um verniz teórico a seu trabalho empírico, ao mesmo tempo em que dão reduzida atenção às origens teóricas dessas idéias, bem como aos limites implicados na sua utilização como moldura conceitual, ou ainda às implicações políticas, na prática, de seu uso freqüente” (2001: 10, tradução minha). No original: “... central theoretical motifs found in the writings of David Harvey, John Friedmann, Saskia Sassen, and the Los Angeles school of urban studies that have become virtual mantras to the omnipotence of capital in the formation of cities and the constitution of human subjectivities. These are the “time-space compression” imaginary, the “global city” metaphor, and the “postmodern urbanism” paradigm. Each of these motifs has been an influential theme in urban theory, having been invoked by numerous urban researchers to give their empirical work a theoretical gloss, while devoting scant attention to the theoretical origins of these ideas, the constraints entailed in their use as conceptual frames, or the practical political implications of their frequent use”.

humanos, democracia política e justiça legal, amparadas nos pares conceituais de “*trabalho e reprodução social, classes e conflito social, contradições urbanas e Estado* [...]”, que se articulavam e se compunham em proposições formuladas nas pesquisas e ensaios que tratavam da relação entre moradia popular e reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado” (Telles, 2006: 13, grifos no original).

Esses conceitos estruturaram as análises das ciências sociais com referência a um futuro coletivamente imaginado que seria direcionado pelo progresso, em que o país – nesse momento otimista do restabelecimento da democracia política –, se livraria do seu passado ‘atrasado’, em prol de um futuro igualmente democrático no sentido legal e socioeconômico. Com a passagem dos anos, porém, tal futuro não veio a se materializar. Assim,

Na virada dos tempos (década de 1990), o espaço conceitual (e crítico) em que essas referências circulavam foi deslocado, talvez tragado pelo vórtice de transformações que fizeram cortar os nexos que articulavam esses pares conceituais, que trouxeram questões que escapavam por todos os lados desses feixes de referência e fizeram erodir ou encolher os horizontes de possíveis que alimentavam as apostas políticas que pulsavam em todo esse debate (Telles, 2006: 14).

Na nova cena urbana brasileira, caracterizada não pelas tão esperadas transformações democráticas, mas pela zona de indistinção entre as esferas da legalidade e ilegalidade e a crescente distância entre o discurso dos direitos humanos e as infinitas práticas e situações onde tais ‘direitos’ estão em pouca evidência, o quadro analítico dessa outra época parece inadequado para enfrentar a cidade atual.

Para o presente trabalho, é interessante pensar as especificidades desse argumento em relação à questão da segregação urbana. A crescente ‘fortificação’ de espaços de trabalho, habitação, consumo e lazer em São Paulo, principalmente, mas não exclusivamente, pela elite e classe média alta, é uma das consequências mais visíveis na paisagem urbana das novas dinâmicas de desigualdade discutidas acima. Apesar das regiões periféricas da cidade serem ainda as mais perigosas para morar, as crescentes desigualdades da cidade trouxeram também, ao longo dos últimos anos, aumento nas estatísticas de crime urbano em bairros da classe alta como Morumbi, acompanhadas por variadas novas técnicas de assalto e roubo.¹⁹ Como mostra

¹⁹ Reportagens sobre crime contra as elites são comuns nos jornais da cidade, como este da *Folha de São Paulo*, intitulado “Paraisópolis concentra seqüestro relâmpago”. Apesar de Paraisópolis ter a reputação de ser uma das favelas mais seguras da cidade, com incidência muito baixa de tráfico de drogas, o artigo relata que “a favela Paraisópolis (zona sul de São Paulo) transformou-se no principal reduto de cativados onde são mantidas vítimas de seqüestro relâmpago. Segundo investigações da Polícia Civil paulista, o local abrigou cerca de 20 vítimas nos

Teresa Caldeira (2000), esse aumento de crime contra as elites se mescla a outros processos econômicos, políticos e sociais na criação de um discurso de medo, usado por sua vez para justificar a implementação de sistemas de segurança e segregação cada vez mais sofisticados nesses bairros.

A continuada incidência do crime, apesar dessa alta ‘fortificação’ da elite paulistana, parece servir somente para intensificar essa tendência. A preocupação com segurança vê a proliferação de materiais especializados (livros, cursos etc.) – e isso, é claro, sem falar em um poderoso mercado de segurança privada – sobre as melhores e mais modernas técnicas de se ‘proteger’ da ameaça do crime na cidade.²⁰ Em reportagem na *Folha de São Paulo* de março de 2005, Mônica Bergamo relata que:

Quinhentos síndicos de prédios de alto padrão de SP se reuniram na semana passada, no hotel Caesar Business, na Vila Olímpia, para um curso sobre como aumentar (ainda mais) a segurança de seus condomínios. Um dia antes, setenta zeladores e porteiros assistiram a uma palestra sobre o mesmo tema no Secovi, o sindicato da habitação. O dois grupos saíram levando nas mãos uma espécie de “manual de guerra” para enfrentar o “inimigo”, que pode atacar a qualquer momento e de forma inesperada: os assaltantes que invadem os condomínios da cidade (Bergamo, 2005).

Em outro artigo, que apareceu durante os escritos dessa introdução, o mesmo jornal reporta um ‘arrastão’ em um condomínio de alta padrão no Morumbi, em que “um portão de ferro de 2,5 metros, guardado por um vigia, e a proximidade do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado” não conseguiram segurar um grupo de cerca de 15 homens, armados com metralhadoras. A reportagem conta que, “para o morador ouvido pela Folha, embora a rua seja fechada com um portão e haja sempre uma vigia, a segurança do local é uma ‘gambiarra’: ‘Precisamos fortificar melhor, mas alguns condôminos não contribuem. Espero que esse susto os faça mudar de idéia’” (Araújo, 2007).

últimos 40 dias”. Os detalhes sobre os seqüestros registrados pelo jornal valem citação, por mostrar – e ainda no próprio local da minha pesquisa –, a tendência deste mais “moderno” dos crimes, ameaça que figura entre os atores do meu campo como um medo cotidiano já embutido na sua experiência da vida urbana contemporânea: “Nos casos investigados, as vítimas foram abordadas na região da avenida Giovanni Gronchi e nas imediações dos hospitais Albert Einstein e São Luiz. Todas têm o mesmo perfil: são jovens e dirigiam bons carros. Depois de terem sido vistas pelo grupo, as vítimas são seguidas por duas motocicletas, abordadas quando estão distraídas e levadas para o cativo na mata. A polícia apurou que, enquanto a vítima é vigiada no cativo, um grupo sai com uma mulher em um carro e faz compras no shopping Jardim Sul. O outro realiza saques nos caixas eletrônicos do shopping Morumbi. Depois, a quadrilha volta para o cativo. A vítima é colocada no próprio carro e deixada no Morumbi. A ação toda dura cerca de três horas, segundo a polícia. Casos como esse são frequentes em São Paulo. Em média, ocorrem 140 seqüestros relâmpagos por mês, de acordo com dados do Deic (Departamento de Investigação sobre o Crime Organizado). Além do Morumbi, outros bairros visados são Moema e Vila Olímpia (zona sula da capital)” (Alexandre Hisayasu, *Folha de São Paulo*, 23/05/05).

²⁰ Ver Godoy, *Técnicas de segurança em condomínios* (2005), para um exemplo, e Cubas (2005), para uma análise desse fenômeno.

Podemos constatar que os índices de crime contra as elites têm aumentado ao longo das últimas décadas, ligados a uma série de fatores que não cabe investigar aqui. Embora esse seja um elemento central no crescimento recente das técnicas de segregação observadas entre essa parcela da população, devemos lembrar – como Caldeira também não deixa de fazer, na sua análise da segregação e crime em São Paulo – que as tendências de segregação atual podem ser claramente vistas ao longo da história da cidade. A detalhada investigação de Paulo César Garcez Marins sobre habitação e vizinhança nas cidades brasileiras, desde a Abolição (1998), traça o desenvolvimento dessa tendência. No final do século dezenove, as cidades eram vistas pelas elites como espaços de oportunidade para o país se livrar da “atraso” do seu passado colonial e imperial. Só tinha um obstáculo a esse planejado progresso: as classes populares, até recentemente escravizadas, e os espaços urbanos por elas ocupados:

O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a Abolição e com a instauração de princípios democráticos. Surgia então a figura aterradora da massa de “cidadãos” pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações (Marins, 1998: 133).

Nessa época, o progresso urbano (e nacional) era buscado através das práticas higienistas desenvolvidas pelo médico Oswaldo Cruz em bairros populares, e a destruição em massa de cortiços e outras formas de habitação popular, por meio de ambiciosos projetos urbanísticos inspirados nas já famosas intervenções de Haussmann em Paris. Ao longo do século seguinte, inúmeros projetos de planejamento urbano assegurariam a separação de populações socioeconômicas diferentes em espaços distintos das grandes metrópoles brasileiras. Em São Paulo, um dos mais importantes desses foi a implementação do modelo cidade-jardim.

O modelo cidade-jardim (*garden city*) foi projetado originalmente na Inglaterra pelo arquiteto Ebenezer Howard. O projeto visava oferecer uma alternativa à insalubre vida das cidades modernas industriais com a construção de pequenos conjuntos suburbanos de habitação, com densidade populacional baixa, onde todos morariam perto da “natureza”, mantendo relações sociais mais igualitárias, baseadas na propriedade coletiva da terra. No design da cidade-jardim, as atividades diferentes relacionadas à residência, ao trabalho e à administração cívica seriam separadas por espaços verdes. A influência desse modelo foi

muito grande no Brasil, onde a *Companhia City* contratou os arquitetos ingleses Barry Parker e Raymond Unwin, sucessores de Howard, para projetar o primeiro de vários bairros baseado nessa proposta em São Paulo. A construção do primeiro desses, o Jardim América, começou em 1913.²¹

Na Inglaterra, as primeiras *garden cities* foram projetadas para populações das classes médias e populares. No Brasil, porém, como mostra Marins, “a Companhia direcionou seu primeiro loteamento aos segmentos mais abastados, abandonando as idéias iniciais das *garden cities*, e em alguns anos o bairro se tornaria símbolo do viver distinto das elites paulistanas” (1998: 181-2). Assim, as cidades-jardim paulistanas foram projetadas como espaços urbanos exclusivos e excludentes, garantindo aos seus moradores uma efetiva segregação residencial de setores da população urbana socialmente diferenciados. Tal segregação foi assegurada nos próprios projetos dos bairros, e na sua definição para uso exclusivamente residencial. No Jardim América,

O arruamento do bairro foi realizado num esquema geométrico quase fechado. Sendo as ruas públicas, não se podia impedir o acesso de estranhos ao bairro, mas a privacidade dos lares estava razoavelmente garantida pela sinuosidade viária, confusa para o transeunte ou para os que quisessem usar as ruas como passagem de tráfego. Ainda assim, o fluxo de forasteiros era raro, pois pouco se teria a fazer no bairro senão visitas, já que comércio e serviços estavam proibidos de se instalar nos lotes (1998: 182).

Como mostram Marins e o antropólogo James Holston, o maior projeto urbano modernista no Brasil, a cidade de Brasília, passou por transformações semelhantes no caminho da concepção ideológica à realização no plano urbano. O projeto para Brasília, desenhado pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, baseava-se nos princípios de arquitetura modernista desenvolvidos pelo *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne* (CIAM), que aconteceu, regularmente, de 1928 até os meados dos anos 60.²² O projeto dos modernistas apoiava-se em uma ideologia de mudança social, e na crença no poder de arquitetura e planejamento urbano para transformar relações sociais através da reorganização do espaço urbano e seu uso. Na cidade modernista, a desigualdade social seria impedida pela construção

²¹ Para uma análise das origens do projeto cidades-jardim e da sua implementação em São Paulo, ver Wolff, 2001.

²² Durante esse período, o CIAM juntou arquitetos de diversas partes do mundo, que visavam acabar com os percebidos problemas das cidades industriais contemporâneas: o insalubre caos e a desordem da vida urbana, regidos pelos interesses privados. A figura mais influente desse movimento foi o francês Le Corbusier. Sua *Carta de Atenas*, síntese e interpretação do IV encontro internacional do CIAM, publicada em 1941, identificou os quatro elementos considerados centrais a vida urbana: habitação, trabalho, lazer e circulação. A *Carta* criticou a organização desses elementos nas cidades da época e apresentou a idéia no cerne do projeto urbano modernista: a separação dessas quatro funções pela construção de zonas diferenciadas no espaço urbano (Le Corbusier, 1941).

de habitação basicamente não-diferenciada para todos, no design de prédios e espaços residenciais que diminuiriam as barreiras entre o público e o privado, na provisão de espaços de lazer comunitários e na separação das funções da vida urbana, especialmente o trabalho e a habitação. O modelo dependia de um alto nível de intervenção por parte do estado, porém Le Corbusier argumentava que tal projeto não era politicamente motivado, e escondeu as divergências políticas entre os arquitetos do CIAM, apresentando o congresso como um conjunto sem afiliação com qualquer ideologia política. Ao seu olhar, o modelo da cidade modernista poderia resolver os problemas urbanos de qualquer país ou cidade, independentemente das particularidades políticas e históricas de cada lugar.

Durante décadas a partir do começo dos anos 30, o movimento modernista foi a influência dominante na arquitetura brasileira, influência que se consolidou com a construção de Brasília (iniciada em 1957), que se tornaria o exemplo mais completo do modelo da cidade modernista feito no mundo. Na sua análise da história da construção e habitação de Brasília, porém, James Holston revela a falha do projeto de realizar seus objetivos sociais, dada a falta de preocupação desse aspecto do projeto por parte do presidente Juscelino Kubitschek, “que ele pode ter tido pouco interesse, ou mesmo ter sido ingênuo, a respeito das intenções sociais de seus urbanistas e arquitetos” (1993 [1989] :101). Para Kubitschek, argumenta Holston, a nova capital utópica foi concebida como um símbolo para o Brasil, na quebra com seu passado colonial e na sua mudança para uma nova época de modernização industrial. Seu entusiasmo pelo projeto dos modernistas explica-se essencialmente pela “afinidade entre modernismo e modernização [...] os mesmos símbolos podem atrair pessoas que os interpretam segundo visões divergentes, ou mesmo opostas” (idem: 101).

Brasília foi construída em apenas quatro anos, e a realização de um modelo urbano desenhado para promover a igualdade social não se provou suficiente para efetuar uma mudança social tão radical, frente a um contexto sócio-político que não apoiava tal transformação. Uma área em particular, identificada por Holston, em que o contexto sócio-histórico da construção de Brasília serviu para desviar os objetivos do projeto modernista, foi o surgimento das cidades-satélites, na periferia da cidade. Apesar do projeto para Brasília fazer referência específica a essa possibilidade, deixando claro que a presença de tais cidades entraria em contradição com a organização igualitária da cidade e, portanto, não poderiam ser permitidas, elas vieram a aparecer antes mesmo do plano piloto para Brasília ser completado. A presença dessas cidades chamou atenção para o fato de que a participação na vida da nova capital dos trabalhadores *candangos* responsáveis pela construção de Brasília, tanto quanto dos outros imigrantes do nordeste do país que chegaram à cidade procurando trabalho ao longo da

sua construção, não era prevista no futuro real da cidade, muito menos os seus direitos de habitá-la quando ela ficou pronta (1993 [1989]: 257-260). Até hoje, a grande distinção entre quem mora dentro do plano piloto em Brasília e quem mora fora forma a base para a segregação e desigualdade que caracterizam a cidade.

A crítica de Holston, que traça as maneiras pelas quais Brasília escapou à ideologia dos seus criadores para se tornar uma cidade marcada pela segregação, reflete uma crítica mais ampla do projeto urbano modernista que, a partir dos anos 60, começou a aparecer, parcialmente, em vários lugares. Tal posição alegava que os elementos centrais do projeto tinham levado de maneira não intencional a uma realidade muito longe daquele que foi seu objetivo: a consequência foi uma série de projetos urbanos modernistas nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, que parecem ter incorporado tudo o que os arquitetos modernistas pretenderam evitar²³. Central nessa crítica era o conceito da ‘morte da rua’. Prescrito especificamente por Le Corbusier como uma meta do projeto modernista, a morte da rua foi uma técnica urbana desenhada para acabar com a concentração da vida nos espaços públicos. Seguindo os urbanistas modernistas, a rua seria responsável pela desordem e caos da cidade, promovendo perigo, doença e imoralidade através do constante e bagunçado encontro de grandes números de pessoas realizando funções e tarefas diversificadas. Além disso, a rua simbolizava o poder dos interesses privados, separando o ‘privado’ do ‘público’ na divisão entre a casa e a rua.

Em críticas, no entanto, como a de Jane Jacobs (cuja obra celebrada *Morte e Vida de Grandes Cidades* foi publicada em 1961), a morte da rua significava o contrário: o fim da própria vida urbana saudável. Tal crítica teve grande influência na época, fazendo parte de um crescente discurso na área de estudos urbanos, fundamentado na idéia de uma cidade mais igualitária, caracterizada pelo uso compartilhado de espaços públicos e pela participação democrática de grupos sociais distintos na vida urbana. No cerne de tal discurso, estava o conceito de diversidade, definido por Jacobs através de quatro elementos: a mistura de funções diferentes (habitação, lazer, tipos de comércio variados, entre outras) dentro do mesmo bairro; quarteirões pequenos, facilitando a oportunidade de pedestres dobrarem a esquina com frequência; a convivência densa de prédios de idade e condição variada e a uma concentração alta de pessoas, presentes no bairro em prol de objetivos variados (2000 [1961]: 165-166).

Para Jacobs, a rua seria o palco da diversidade urbana. Foi na rua, através de tal diversidade, que relações sociais democráticas nasceram e foram diariamente fortalecidas.

²³ Marshall Berman afirma que “a trágica ironia do urbanismo modernista é que seu triunfo ajudou a destruir a verdadeira vida urbana que ele um dia almejou libertar” (1986 [1982]: 163).

Nesse sentido, a rua serviria tanto para providenciar o encontro com o desconhecido quanto para forjar um senso de comunidade e apoio entre vizinhos, particularmente importante na criação das crianças e na promoção de vizinhanças seguras e dinâmicas (2000 [1961]: 81-96). No entanto, o argumento de Jacobs para “a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social” (idem: 13), contradizia tudo o que o plano modernista sugeria para o projeto urbano, especialmente o argumento de Le Corbusier sobre a divisão espacial das quatro funções da vida urbana (habitação, trabalho, lazer e circulação). Nos blocos residenciais especializados e nos *playgrounds* espaçosos que tomaram lugar da rua nos projetos urbanos modernistas dos Estados Unidos, Jacobs mostrava – num argumento retomado mais tarde por Holston na sua crítica de Brasília (1993 [1989]: 113-115) – como o morador sofria de uma sensação de isolamento, que no caso da criança, desprotegida sem a constante presença de vizinhos com seus “olhos na rua” (*eyes on the street*), poderia até passar por uma experiência perigosa.

Implícito no argumento pela diversidade urbana, existe um apelo a uma cidade mais igualitária, cujo uso do espaço seja menos segregado entre populações de perfis socioeconômicos distintos. Vale revisitar o seguinte argumento de Jacobs, contra os projetos urbanísticos dos modernistas e da cidade-jardim, escrito nos Estados Unidos em 1961, mas que poderia ser uma crítica atual da situação urbana paulistana:

Suponhamos que continuemos a construir cidades inseguras e a reurbanizá-las deliberadamente. Como conviveremos com essa insegurança? Pelas evidências que temos até hoje, parece haver três maneiras de conviver com ela [...] A primeira maneira é deixar o perigo reinar absoluto e deixar que os infelizes que defrontarem com ele sofram as conseqüências. Essa é a política adotada atualmente com relação aos conjuntos habitacionais de baixa renda e vários outros, de renda média. A segunda maneira é refugiar-se em veículos. Esse recurso é utilizado nas grandes reservas de animais selvagens da África, nas quais os turistas são advertidos a não sair do carro em hipótese alguma até que cheguem ao alojamento. [...] [A terceira maneira] foi criada por bandos de arruaceiros e abertamente adotada pelos criadores da cidade reurbanizada. Essa modalidade consiste em cultivar a instituição do Território. Segundo a modalidade tradicional do sistema do Território, uma gangue apropria-se de certas ruas e conjuntos habitacionais ou parques. [...] Os integrantes de outras gangues não podem entrar nesse Território sem a permissão de seus proprietários, e se o fizerem correm o risco de ser espancados ou enxotados. [...] Considere agora os projetos de reurbanização das cidades: residências de renda média e alta que ocupam grande extensão do solo urbano, vários quarteirões antigos, com terrenos e ruas próprias para atender a essas ‘ilhas urbanas’, ‘cidades dentro da cidade’ e esse ‘novo conceito de vida urbana’, como dizem os anúncios sobre eles. Aqui, a prática é também demarcar o

Território e deixar do lado de fora das cercas as outras gangues. (Jacobs, 2000 [1961]: 47-49)

No Brasil, ao longo das últimas décadas, a crítica que nasceu do trabalho de Jacobs influenciou muito a literatura na área de estudos urbanos, em que os conceitos de diversidade urbana e a rua como lugar de sociabilidade começaram a definir a própria noção do urbano. É isso que afirma Santos et. al, na investigação de um bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Para eles, “a negação da rua é a negação do urbano” (1985: 101). Embora alguns bairros das grandes cidades brasileiras pareçam ser caracterizados por uma forte diversidade urbana, esses tendem a ser bairros da periferia (como no caso investigado por Santos), favelas²⁴ ou antigos centros, ou seja, regiões onde a diversidade de usos não é acompanhada por uma diversidade de perfis socioeconômicos entre usuários. Enquanto isso, as dinâmicas que definem as cidades na suas totalidades continuam marcadas mais pela segregação do que pela diversidade.

Através da idéia almejada de uma cidade mais diversificada e igualitária, os novos processos de segregação promovidos pelas elites brasileiras podem ser vistos como processos que atrapalham o progresso da cidade. Os novos enclaves fortificados negam explicitamente a convivência promovida no conceito de diversidade, separando as funções da vida urbana em locais distintos e dispensando a função da rua, obrigando seus habitantes a transitar entre locais diferentes exclusivamente de carro.²⁵ Nesse olhar, as novas técnicas de segregação levam a distâncias e tensões cada vez maiores entre populações urbanas distintas, e impedem o desenvolvimento da tão esperada participação democrática na organização da cidade e seus usos. O olhar de Teresa Caldeira mostra bem essa posição crítica. Ela argumenta que

... no contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores [de São Paulo] não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim, os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle. [...] [São Paulo] é uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz

²⁴ É interessante notar que a definição de diversidade elaborada por Jacobs remete muito mais à favela Paraisópolis do que ao resto do bairro Morumbi, no seu entorno.

²⁵ Nesse elemento, Teresa Caldeira vê paralelos explícitos entre os novos processos de segregação urbana e o projeto modernista de planejamento urbano desenvolvido pelos integrantes de CIAM (Caldeira, 2000: 311).

de consolidar uma democracia política. De fato, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade. (Caldeira, 2000: 255)

Como posição política, e na sua capacidade de chamar atenção para tendências atuais no plano urbano, esse argumento sobre as novas dinâmicas observadas na cidade de São Paulo é importantíssimo. Se o consideramos, porém, em relação ao argumento de Vera Telles, sobre a abordagem conceitual que tem direcionado muitos trabalhos críticos sobre São Paulo ao longo das últimas décadas, observamos as suas limitações do ponto de vista analítico. Como nos outros exemplos da crítica urbana discutidos por Telles, o discurso analítico sobre o tema da segregação urbana organiza-se em torno de uma série de pressupostos sobre uma cidade que São Paulo nunca foi – ao menos em sua totalidade –, e ainda mostra poucos sinais de vir a se transformar. Em relação à questão da segregação, a cidade atual pede das nossas pesquisas uma mudança de abordagem, que permita investigar o que ocorre no plano urbano sem uma preocupação constante de captar o mesmo através de um jogo de referências que não dão conta de tudo o que efetivamente acontece.

Minha proposta de trabalhar com as elites paulistanas – enfocando, ainda, uma forma de interação entre elas e as classes populares em que as relações de poder e privilégio se tornam mais complexas do que em algumas outras esferas –, se faz na tentativa de investigar as dinâmicas da desigualdade e segregação urbana em São Paulo, a partir de um jogo de referências diferentes. Minha preocupação aqui é menos com a experiência da vida urbana daqueles que, através dos processos da segregação e das barreiras à reivindicação dos seus direitos como cidadãos urbanos, são ‘excluídos’ da participação democrática na organização da cidade e dos seus usos. A idéia é atentar para a experiência de quem escolhe viver e reproduzir tais processos de segregação, e constrói a sua vida urbana em torno das relações nas quais esses processos são articulados.

A intenção, porém, de efetuar mudanças na nossa abordagem no estudo da cidade, e de buscar novas referências para guiar nossa pesquisa no campo, não é uma tarefa simples. Como pensar essa proposta em relação ao campo escolhido nesse estudo? Uma observação de Antonio Arantes, feita através do seguinte trecho de uma entrevista que integra o vídeo *Ipiranga* (TV Cultura, 1989) realizada com Hanz, “paulistano, 25 anos, pintor de carros desempregado e michê”, no centro da cidade, traz uma reflexão interessante:

“Somos partes de um mundo só. Estamos todos juntos, mas não estamos no mesmo mundo. Você, se entrar no meu mundo, é estranho; eu, se entrar no seu, sou estranho. Você não ia me aceitar se soubesse que tenho passagens na polícia, e eu não ia te aceitar sabendo que você nunca roubou. Você tem um mundo, e eu tenho outro mundo. Os nossos dois mundos estão em guerra. É isso!” [...] Qual é a natureza dessas fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põem em contato, tornando possível tão diálogo? Minha hipótese é que a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica. (Arantes, 2000: 106)

A mesma sensação de ‘dois mundos’, separados mas em constante diálogo, permeia os depoimentos dos atores da elite no meu campo (especialmente na Escola Graduada e no Hospital Albert Einstein, tratados nos capítulos um e dois). São as experiências das elites dessa ‘separação e contato’ entre “práticas sociais e visões de mundo antagônicas” que estruturam a minha investigação. Mas, se nem a antropologia clássica (como sugere Arantes), nem a abordagem analítica dos estudos urbanos das últimas décadas (como sugere Telles), servem mais para estruturar tal investigação, como começar a abordá-la, no campo e no texto? A antropologia oferece algumas possibilidades para um caminho alternativo.

Redes e relações: repensando a segregação urbana

No final dos anos oitenta, alguns antropólogos começaram a questionar a matriz de conceitos analíticos que tinha estruturado a disciplina desde seu começo. Os termos sociedade/indivíduo, natureza/cultura, homem/mulher – ordenados em pares binários pelo pensamento estruturalista –, passaram por uma intensa crítica vinda de várias partes da disciplina, não menos da antropologia feminista. Em um importante debate entre antropólogos desse período na Inglaterra, Marilyn Strathern argumentou que “o conceito de sociedade é teoricamente obsoleto” (Ingold, 1989),²⁶ mostrando como a mesma age para segurar a disciplina dentro de um modo de pensamento intrinsecamente ocidental. Strathern fez uma distinção importante entre ‘sociedade’ e ‘socialidade’, o segundo sendo um conceito útil para designar a “matriz relacional que constitui a vida das pessoas” (1989: 64, tradução minha).²⁷ Ela argumentou que os pressupostos que acompanham o conceito de sociedade, como a existência de ‘sociedades’ como unidades holísticas distintas, e o papel do indivíduo como entidade prévia e contrastado à sociedade, fazem que “o conceito de sociedade deixe de

²⁶ No original: “The concept of society is theoretically obsolete”.

²⁷ No original: “relational matrix which constitutes the life of persons”.

sinalizar os fatos relacionais [ligados à socialidade], obliterando-os. A socialidade deixa de ser vista como intrínseca à definição da personalidade, para que ‘sociedade’ seja colocada contra o ‘individual’” (idem, tradução minha).²⁸

Tendo essa crítica em mente, vale considerar o que o campo urbano pode revelar se redirecionamos a nossa análise da segregação urbana, mudando de um enfoque informado principalmente por nossa ideologia política para um enfoque da matriz relacional que sustenta a segregação. A partir dessa abordagem, a filantropia pode se revelar como *uma relação* entre populações distintas localizadas nos espaços urbanos da segregação. Assim, a questão no cerne de uma abordagem mais clássica de meu tema, *por que a elite faz filantropia?* (e em consequência: a filantropia é legítima? realmente ajuda ou serve somente para legitimar o papel dos ricos?) é deslocada para a pergunta: *quais tipos de relação são encontrados em torno da prática da filantropia?*

Alfred Gell (1999), na sua apresentação de *Gender of the Gift* (1988), geralmente considerado o trabalho mais importante de Strathern, ajuda a pensar o conceito de relação e como ele pode ser explorado no meu campo. Nesta obra, Strathern investiga o conceito de relação através da sua etnografia na Melanésia. Gell nos alerta para o fato de que o sistema analítico de Strathern nesse livro é um sistema idealizado, e que a etnografia melanésia a que está aplicada exige certas especificidades que não estariam necessariamente presentes em outros lugares (na etnografia de Strathern na Melanésia, por exemplo, todas as relações são recíprocas e são caracterizadas através do gênero). Para Gell, esse sistema é elaborado através de contrastes entre a Melanésia e a cultura ocidental, e nessa medida, serve para desestabilizar “um grande número de pressupostos dogmáticas da análise sociológica que certamente precisaram ser desestabilizadas (sociedade *versus* indivíduo, masculino *versus* feminino, as coisas *versus* as pessoas, natureza *versus* cultura, e assim por diante)” (1999: 74, tradução minha).²⁹ Os elementos principais do esquema de Strathern, porém, através dos quais ela investiga as maneiras pelas quais as relações são constituídas e como as relações constituem as pessoas, representam um modelo que não é limitado à situação melanésia.

No sistema (idealista) descrito por Strathern, o mundo é constituído pelas relações, as pessoas e as coisas sendo códigos (*cyphers*) dessas relações. Uma relação é uma conexão entre dois termos, que são eles mesmos definidos através daquela relação; uma mãe, por exemplo, é somente mãe em relação a seu filho, e vice versa. Relações não existem entre coisas visíveis,

²⁸ No original: “the concept of society ceases to signal relational facts and instead obliterates them. Instead of sociality being seen as intrinsic to the definition of personhood, ‘society’ is set against ‘the individual’.”

²⁹ No original: “a large number of dogmatic assumptions in sociological analysis which certainly needed destabilizing (society vs. individual, male vs. female, things vs. persons, nature vs. culture and so on).”

mas entre termos dentro de um código. Assim, o mundo social é feito das relações, enquanto o mundo perceptível é feito das aparências, das relações significadas através dos códigos; as relações são somente acessíveis quando têm códigos no mundo que revelam sua presença. O sistema elaborado por Strathern promove um meio para passar entre as relações e suas aparências visíveis. Como explica Gell:

... não haveria mães sem filhos, pois uma mulher só obtém essa identidade devido à relação que estabelece com os mesmos. Porém, não se trata da mulher física, visível, que é o termo na relação que tem com seu filho (que também é um termo). Uma mulher não é mãe por existir fisicamente, possuir braços e pernas e outros órgãos biologicamente ativos, nem necessariamente porque o seu corpo deu à luz. Assim como há diversas formas não-biológicas de maternidade (por meio da adoção, por exemplo), não há nenhuma razão logicamente necessária que faria o parto, enquanto tal, resultar na relação específica que consideramos ser a da mãe. [...] A idéia que se deve entender é que as relações do mundo social não se estabelecem entre entidades visíveis, como mães e filhos, mas entre os termos dentro do código. (Gell, 1999: 35, tradução minha)³⁰

Cada termo em uma relação, porém, contém outras relações, ocultadas (*eclipsed*) na presença da relação atual, mas sempre presentes, e ainda ordenadas hierarquicamente. Uma mãe, por exemplo, é também filha na relação que tem com sua mãe, uma relação ocultada – mas ainda presente – na sua relação com seu filho; a noção da pessoa fractal nasce dessa multiplicidade de relações que constitui cada pessoa (Gell, 1999: 50). Na medida em que o mundo e as pessoas nele são feitos das relações – as matrizes da socialidade –, a distinção entre sociedade e os indivíduos que dela fazem parte deixaria de ser útil.

O modelo de Strathern também significa uma mudança de abordagem, que ajuda a pensar em como responder à crítica da Vera Telles, elaborada acima. Na abordagem clássica dos estudos urbanos questionada por Telles, a desigualdade urbana seria regida por dinâmicas estruturais da sociedade brasileira, que por não se alinhar ou ajustar a certos ideais (direitos humanos, justiça legal etc.), levariam à situação atual da má distribuição de recursos urbanos e da ‘guerra’ entre populações urbanas distintas. Se, porém, interrogarmos a fundo sobre essas dinâmicas estruturais, percebemos, como argumenta Telles, que “ainda se sabe pouco sobre o

³⁰ No original: “... there would be no mothers without children, because a woman only attains that identity by virtue of a relationship she has with her child. But it is not the visible, physical, woman who is the term in the relation she has with her child (also a term). A woman is a mother not because she physically exists, has arms and legs and other biologically functioning organs, and not necessarily because she has physically given birth. Not only are there many non-biological forms of motherhood (by adoption, for instance) but there is also no logically necessary reason why parturition, as such, should result in the particular relationship we think of as being a mother. [...] The idea we have to grasp is that relationships in the social world are not between visible entities, such as mothers and children, but between terms within the code.”

modo como os processos em curso redefinem a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e sua hierarquias, as mediações sociais e o jogo dos atores, as práticas urbanas e os usos da cidade” (2006: 13). É nesse sentido que sugiro que reordenemos nossa abordagem analítica, enfocando a desigualdade urbana como uma relação (ou coleção de relações), em que a segregação e a filantropia são, também, outras relações, entre populações urbanas distintas definidas como termos nessas relações. Assim, a segregação deixa de ser considerada como uma entidade externa à vida urbana, imposta no seu cotidiano, e passa a ser interrogada como uma coleção de relações que a constituem, dando forma ao cotidiano através de milhares de tipos de interação diversa. Como argumenta Telles, é preciso “um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza, as quais, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social” (2006: 15).

Como pode ser feita, porém, a aplicação dessa abordagem no campo? A noção de Strathern da pessoa, constituída de uma multiplicidade de relações, ajuda na investigação do imaginário dos atores da elite que praticam a filantropia. Como os próximos capítulos mostrarão, cada relação filantrópica investigada através de observação e entrevista parece revelar centenas de outras relações ocultas. Essas relações parecem influenciar as maneiras pelas quais as relações filantrópicas enfocadas por meu estudo são imaginadas e vividas. Assim, as relações entre uma jovem estudante da Escola Graduada e seus alunos de inglês são constituídas – da parte da jovem – também da sua relação com sua empregada doméstica (e vice versa), e as relações entre a presidenta do departamento de voluntários do Hospital Albert Einstein e os usuários do programa do hospital em Paraisópolis são constituídas – da parte da presidenta – também da sua relação com os patrocinadores do projeto (e vice versa).

Ademais, essas relações parecem estar em movimento constante. Strathern fala de uma ‘hierarquia’ de relações; qualquer relação oculta uma série de outras relações, ou seja, têm sempre uma série de outras relações ainda presentes, mas escondidas, nos ‘termos’ da relação enfocada. No campo, observamos que esse processo – em que certas relações são ocultadas enquanto outras são reveladas –, é um processo de mudança constante. Em qualquer momento, a relação presente remete a outras, que por sua vez são reveladas em outros momentos e circunstâncias. Assim, a relação da estudante da Escola Graduada com seu aluno de inglês oculta a sua relação com sua empregada doméstica, e vice versa, quando ela está em casa, interagindo com sua empregada.

O que eu quero argumentar aqui, porém, é que uma relação oculta ainda age para influenciar uma relação presente. Assim, a relação da estudante com a sua empregada está

também presente (e influente) na sua relação filantrópica com seu aluno, sendo a contrapartida também verdadeira. Momentos, situações e pessoas diferentes levam a tipos de relações diferentes, em que outras relações são ocultas, mas sempre influentes nas maneiras pelas quais os atores desenvolvem as relações presentes, nos momentos em que eles estão interagindo. Enfocando a vida social dessa forma, não podemos mais considerar a segregação como dinâmica apriorística, pois são as próprias relações que servem para configurar (e reconfigurar) o campo das desigualdades e segregações urbanas. Tal campo é feito dessas relações infinitas, em movimento constante, elaboradas por atores sociais que são extremamente ágeis na sua construção.

Sabendo o que estamos procurando em campo, porém, como fazemos para achá-lo? Rejeitando a abordagem clássica das estruturas explicativas fornecida durante muito tempo pelas ciências sociais, Bruno Latour oferece um modelo alternativo possível através de sua *Actor-Network-Theory* (ANT), introduzida em sua obra *Reassembling the Social* de 2005, na qual argumenta que

... a segunda posição [a da ANT] considera o principal quebra-cabeças a ser resolvido aquilo que a primeira toma como a sua solução, a saber, a existência de laços sociais específicos que revelam a presença oculta de algumas forças sociais específicas. Na visão alternativa, o ‘social’ não é uma espécie de cola que pode fixar tudo, inclusive aquilo que outras colas não conseguem fixar; é, isto sim, *aquilo* que é colado em conjunto por meio de *outros* tipos de conectivos. (2005: 5, tradução minha, grifos no original)³¹

A ANT desloca a prática convencional das ciências sociais, substituindo a busca de explicação pelo trabalho de traçar associações. Latour afirma que tal trabalho revela muito mais acerca do social do que as teorias e categorias limpas e conhecidas nas quais os cientistas sociais sempre tentaram encaixar os sujeitos dos seus estudos. Na ANT,

... em lugar de assumir uma posição razoável e impor uma ordem apriorística, a ANT considera-se muito mais capaz de encontrar ordem *depois* de deixar os atores manifestarem todo o leque de controvérsias nos quais estão imersos. É como se disséssemos aos atores: ‘Não tentaremos discipliná-los, fazer com que se encaixem nas nossas categorias; vamos deixar vocês manifestarem seus próprios mundos, e apenas em momento posterior é que lhes pediremos que expliquem como procederam para resolvê-los’. A tarefa de definir e ordenar o social dever ficar com os próprios atores, e não ser assumida pelo analista. É por esse motivo que, para recuperar um pouco do sentido de ordem, a melhor solução é traçar conexões *entre* as próprias controvérsias em lugar de tentar

³¹ No original: “... the second position [that of ANT] takes as the major puzzle to be solved what the first takes as its solution, namely the existence of specific social ties revealing the hidden presence of some specific social forces. In the alternative view, ‘social’ is not some glue that could fix everything including what the other glues cannot fix; it is *what* is glued together by many *other* types of connectors.”

decidir como resolver qualquer controvérsia específica. A busca de ordem, rigor e padrão não é de forma nenhuma abandonada. É simplesmente deslocada para um estágio posterior em direção ao abstrato, de modo que os atores possam revelar seus diferentes cosmos, por mais contra-intuitivos que eles pareçam. (2005: 23, grifos no original, tradução minha).³²

Evidentemente, Latour está longe de ser o primeiro teórico a trabalhar com o conceito de redes. Hannerz (1980) oferece um tratamento detalhado das origens e desenvolvimento desse conceito, que reaparece depois em muitos trabalhos que tratam da questão da transnacionalidade em antropologia (ver, por exemplo, Gupta e Ferguson, 2000, Appadurai, 1996, e o próprio Hannerz, 1996). Ao longo do desenvolvimento dessa linha de pensamento na antropologia, teóricos têm discutido o significado da ‘rede’ como conceito analítico e empírico. Enquanto a rede pode servir como ferramenta empírica, permitindo seguir conexões entre pessoas, idéias e práticas em diversos lugares no mundo, o trabalho de Latour talvez seja o exemplo mais desenvolvido do uso do conceito da rede para efetuar um deslocamento analítico na maneira em que pensamos o campo social.

No caso do presente estudo, essa abordagem permite evitar uma posição apriorística frente à prática da filantropia e sua relação com a segregação urbana, deslocando a busca para explicações ideológicas do comportamento das elites nesse meio para uma investigação das relações efetivamente encontradas no campo. Do ponto de vista etnográfico, isso significa permitir que o próprio campo revele conexões entre práticas diversas, através de infinitas redes de relações sociais, cuja extensão vai muito além dos limites do presente estudo. Cabe a cada pesquisador escolher entre redes para serem seguidas e conexões a serem traçadas, sendo que no meu campo, duas redes se revelaram a mim; os seguintes capítulos representam basicamente a minha tentativa de segui-las. Na primeira, tentei traçar as experiências das elites em se relacionar com pessoas de outros perfis socioeconômicos através da filantropia, procurando observar conexões entre tais relações e outras com características semelhantes, em outras esferas das suas vidas. Na segunda, procurei seguir conexões entre tais relações e as tentativas dessas elites de transformar as suas práticas filantrópicas, inspiradas em idéias sobre a profissionalização e eficiência de tais práticas.

³² No original: “... instead of taking a reasonable position and imposing some order beforehand, ANT claims to be able to find order much better *after* having let the actors deploy the full range of controversies in which they are immersed. It is as if we were saying to the actors: ‘We won’t try to discipline you, to make you fit into our categories; we will let you deploy your own worlds, and only later will we ask you to explain how you came about settling them’. The task of defining and ordering the social should be left to the actors themselves, not taken up by the analyst. This is why, to regain some sense of order, the best solution is to trace connections *between* the controversies themselves rather than try to decide how to settle any given controversy. The search for order, rigor and pattern is by no means abandoned. It is simply relocated one step further into abstraction so that actors are allowed to unfold their own differing cosmos, no matter how counter-intuitive they appear.”

Nos capítulos seguintes, cada um dos três projetos escolhidos para esse estudo será tratado separadamente, na tentativa de investigar as experiências muitas distintas dos seus integrantes. Na conclusão dessa dissertação, porém, procurarei traçar conexões entre os três projetos, numa tentativa de mostrar que as redes aqui seguidas vão além dos limites de cada um desses projetos em si.

Capítulo 1. FALA: lições de um programa escolar de serviço comunitário

1.1 Introdução ao campo

Friendship and Language Acquisition (FALA), ou *Amizade e Aquisição de Idioma* em português, é um programa da Escola Graduada,³³ escola internacional norte-americana freqüentada pelos filhos da elite brasileira e internacional residente em São Paulo.³⁴ No programa, estudantes das últimas séries da escola oferecem aulas de inglês todo sábado de manhã durante o semestre escolar, para jovens dos bairros populares do entorno da escola (incluindo Paraisópolis) e para funcionários da escola (motoristas, guardas, faxineiras, funcionários do xérox e cozinha) e seus filhos. O FALA foi fundado por dois professores da escola, um norte-americano e uma brasileira, e sua coordenação hoje é feita por essa professora e mais três colegas, todas brasileiras. O professor norte-americano não mora mais no Brasil, mas concedeu-me uma entrevista antes de deixar a escola, na época em que começava o meu trabalho de campo sobre o programa, em maio de 2005.

As aulas ministradas pelos jovens ‘professores’ (a maioria entre 16 a 18 anos) acontecem dentro das salas de aula da própria escola, das 11 até as 13h, aos sábados. Na época em que eu freqüentava o programa, o FALA tinha 40 professores e 125 alunos, mas esses números reduziram-se até o final das minhas visitas ao campo, quando tinha por volta de 20 professores e 70 alunos. Os alunos do programa variavam em idade, de 12 até 56 anos (o Sr. Oto, que trabalha há 26 anos na manutenção na escola, era o aluno mais velho da turma), mas a grande maioria era constituída por adolescentes com idade semelhante à dos estudantes-professores. Os alunos são encaminhados para o programa por meio de várias fontes. Os funcionários e os filhos de funcionários da Escola Graduada podem tomar conhecimento da abertura de uma nova série do programa dentro da própria escola, enquanto que os alunos de fora são indicados por organizações que já têm contato com a escola, como o *Posto de Orientação Familiar* de Paraisópolis e o próprio *Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis*, programas que já trabalham com adolescentes.³⁵

No que tange ao FALA, meu campo construiu-se em torno de visitas ao programa, que ocorriam aos sábados pela manhã. Nessas visitas, observei as aulas de inglês e reuniões entre

³³ Ao longo desse capítulo, utilizarei o termo Escola Graduada ou, ainda, a forma como a maioria dos entrevistados utilizam, ou seja, o original em inglês, *Graded*.

³⁴ A escola atualmente tem a seguinte distribuição de alunos por nacionalidade: 43% são brasileiros, 25%, norte-americanos, canadenses e britânicos, 32%, latino-americanos, europeus, asiáticos e outros (dados aproximados recolhidos do site da escola, no: www.graded.br).

³⁵ O PECP oferece aulas de computação e arte para os adolescentes de Paraisópolis.

os coordenadores e professores, e participei de eventos realizados pelo programa, como o dia de treinamento dos professores e os churrascos para professores e alunos, promovidos no final de cada semestre. Conversava com os coordenadores, os professores e os alunos antes e depois das aulas, e durante o intervalo; ajudava a monitorar novos professores, participava de exercícios durante as aulas e auxiliava os coordenadores a arrumar as salas antes de ir embora. Houve um total de 15 visitas aos sábados, mais uma série de 12 entrevistas (7 com professores, 3 com alunos e 2 com coordenadores) em outras ocasiões, a maioria durante a semana, no final do dia escolar, ao longo do segundo semestre de 2005 e o primeiro de 2006.

Este capítulo pretende investigar o FALA a partir das experiências das pessoas que dele participam, bem como das maneiras pelas quais o programa é definido dentro da escola. Primeiro, pretendo explorar a história do programa, os modos pelos quais foi definido e idealizado por seus coordenadores, e as mudanças por que passou ao longo dos últimos anos. Várias questões surgem aqui: uma tensão dentro do programa entre o objetivo de ensinar inglês e o de promover a interação entre os jovens; as maneiras pelas quais o programa é considerado um elemento potencialmente ‘transformador’ (tanto dos estudantes-professores como dos alunos); e as tentativas de desenhar um programa que fuja da ‘caridade’ e procure ser um instrumento de ‘transformação social’.

Em seguida, será investigado o papel dos programas de ‘serviço comunitário’ (denominação que abrange o FALA e outros programas sociais da Escola Graduada) no complexo processo de autodefinição da escola como entidade socialmente responsável, processo esse ligado à construção da reputação da escola, por sua vez essencial dentro de um mercado competitivo de instituições de ensino particular na cidade. Nesse contexto, os programas de serviço comunitário desempenham papel importante no cotidiano da escola, envolvendo estudantes de todas as idades em diversos projetos (18 no total). Neste trabalho, um pequeno estudo de caso enfocará a construção recente do novo *arts center* da escola, um projeto de mais de R\$ 8 milhões, no qual a promoção da responsabilidade social da escola teve papel central na busca de doações junto a empresas, pais e ex-alunos. A tentativa da administração da escola de envolver o FALA nesse esforço de arrecadar fundos encontrou resistência por parte de um dos coordenadores do programa, professor da escola que sentiu que seus próprios objetivos e preocupações frente ao programa e ao discurso da escola sobre responsabilidade social não eram contemplados. Com referência a esse caso, discutiremos as diferentes idéias dos participantes do FALA sobre a ‘pureza’ da filantropia e as esferas em que ela, como prática, deve ou não entrar na vida social e econômica da escola.

Finalmente, os depoimentos dos estudantes-professores e minhas observações das suas ações em campo serão enfocados em uma investigação sobre a experiência desses jovens no programa. Através de aulas de inglês, o FALA promove momentos de interação entre populações socioeconomicamente distintas em um contexto de alta segregação espacial. Na última parte desse capítulo, investigarei as maneiras pelas quais essa interação é vivenciada pela jovem elite envolvida no FALA. Sua experiência da desigualdade socioeconômica e da segregação urbana, suas idéias sobre responsabilidade e culpa, suas motivações para participar de programas de serviço comunitário, suas reflexões sobre a ‘moda’ da filantropia e como julgar sua legitimidade e impacto, e suas idéias sobre os benefícios da interação com pessoas de perfil socioeconômico diferente (dentro e fora do programa) serão aqui exploradas. Em especial, serão enfocadas as maneiras pelas quais a interação com uma população de perfil socioeconômico diferente traz uma reflexão sobre o próprio perfil, ou seja, uma percepção, por parte desses jovens, dos seus próprios ‘privilégios’ frente a um outro menos ‘privilegiado’.

1.2 A concepção de um programa de serviço comunitário

Na época em que iniciei meu trabalho de campo na Escola Graduada, o FALA era coordenado por cinco professores. Dois deles, a brasileira Ana Lúcia Ariani (‘Lucinha’) e o norte-americano Michael Michell,³⁶ haviam sido responsáveis pelo programa durante os últimos três anos. Michael, que estava prestes de sair da *Graded* para trabalhar em outra escola internacional no exterior, concedeu-me uma entrevista durante uma das minhas primeiras visitas à escola. No seu programa de doutorado nos Estados Unidos, disse-me Michael, havia sido bastante influenciado pelos trabalhos de Paulo Freire. Chegando à Escola Graduada e tomando consciência do programa FALA através de uma apresentação da coordenadora do serviço comunitário da escola, ele achou que “era o mais próximo possível daquilo que eu considerava ser um trabalho freiriano, portanto, assim que ela terminou de falar e assim que houve um intervalo, abordei-a e disse: “Quero participar desse programa.”³⁷ Nessa época, o programa levava um pequeno grupo de estudantes a três favelas próximas da escola, para dar aulas de inglês a grupos de crianças e adolescentes. Michael conta que:

³⁶ Uso, nesse trabalho, os nomes verdadeiros dos coordenadores do FALA e dos outros dois programas. Porém, os nomes dos demais participantes de todos os programas, no caso do FALA os estudantes-professores, foram todos alterados.

³⁷ A entrevista com Michael foi conduzida em inglês. Esse e outros trechos da mesma aparecem aqui, portanto, na tradução minha do original nessa língua.

Nos meus primeiros meses, acompanhei os grupos de alunos nas favelas. A inspiração era tremenda, mas o programa era um desastre. Era aos sábados, [os estudantes-professores] deviam estar [na escola] às 11 para serem pegos pelo ônibus, nunca sabiam quantos alunos apareceriam. Os ‘professores’ não haviam sido preparados para realizar o trabalho; não havia continuidade de sábado a sábado. Era algo com um grande potencial, algo simbolicamente muito poderoso, mas cujo programa não funcionava.

Com a transferência do FALA para os cuidados dos seus novos coordenadores, iniciou-se um período de transformação do programa. As preocupações sobre a eficiência do mesmo em atingir o objetivo de ensino de inglês aos jovens das favelas começaram a crescer, e Michael recebeu um pedido dos próprios estudantes da escola para transferir o FALA para a *Graded*. Os estudantes acreditavam que, se os alunos do programa viessem à escola para assistir às aulas, poderiam aproveitar melhor os recursos da escola, e seria mais fácil organizar um programa de ensino coerente e eficaz. No início, Michael era contra a idéia. Segundo ele,

A idéia de trazer os alunos do FALA para cá foi dos [próprios] alunos da escola, eu me opunha. Achava que era melhor para os alunos da *Graded* ir até a favela, e tinha alguns argumentos a respeito, pois achava que perderíamos o impacto tremendo que o programa tinha sobre os nossos alunos, pelo fato de ocuparem, ainda que por algumas horas, o mundo dos alunos do FALA. Uma aluna do último ano, chamada Ferooz, muito inteligente e teimosa, que é muçulmana e que, pelo fato de ser muçulmana e por ter lidado com negociações constantes em uma escola predominantemente cristã [...], sabia o que significa ser um estranho, disse, sentada exatamente nesse lugar onde você está: “este programa não trata daquilo que é melhor para nós, ele trata das necessidades dos nossos alunos e o que nós podemos fazer por eles”.

Várias preocupações se apresentaram, então, diante da decisão de trazer o programa para a escola, preocupações que se repetem de maneiras e em momentos diversos nas falas das pessoas nele envolvidas. O FALA havia sido concebido para beneficiar os jovens dos bairros populares no entorno da escola, dando-lhes a possibilidade de apreender inglês de graça, o que, de acordo com os representantes do programa, lhes abririam portas e oportunidades no mercado de trabalho da cidade. Mas o programa também visava oferecer aos jovens da Escola Graduada a oportunidade de ampliar seu conhecimento de mundo, através da interação com os alunos do FALA. Havia ainda o objetivo ‘simbólico, muito poderoso’, de promover a interação entre essas duas populações. Simbólico porque, no contexto urbano em que esses jovens se encontram, tal interação é pouco esperada. Tal possibilidade se coloca explicitamente na conceituação do programa por seus coordenadores, como nesse informativo produzido sobre o FALA em 2004:

“FALA” remete ao verbo falar em português, mas também pode sugerir amizade quando utilizado como uma expressão que abre uma conversa. FALA é uma abreviatura de *Friendship and Language Aquisition* (Amizade e Aquisição de Idioma em português). Os nossos propósitos são multifacetados. Objetivamos ensinar inglês àqueles que não teriam condições de frequentar cursos, mas também buscamos cultivar relacionamentos com aqueles membros da comunidade paulistana mais ampla que não possuem os mesmos privilégios que nós.³⁸

O ‘cultivo de relacionamentos’ nessa formulação depende da proposta do programa de juntar jovens de pólos contrários na gama de perfis socioeconômicos. Porém, se enfocamos essa prática através da questão urbana, podemos ver que se tratam também de aproximações, nos espaços e lugares de segregação (que estruturam a escola e os bairros do seu entorno). A aproximação desses jovens pode acontecer dentro da favela (como no começo do programa) ou dentro da escola (como ocorre atualmente). Qual seria a diferença, então, de se conduzir essa aproximação em um ou outro desses espaços?

Um olhar oriundo da antropologia urbana, preocupado com a questão da crescente presença de novos espaços de segregação construídos por uma elite cada vez mais preocupada com sua segurança na cidade, poderia imaginar um simbolismo marcante na estrutura atual do programa, em que alunos do FALA vão até a escola para participar no programa. A Escola Graduada localiza-se na Avenida Giovanni Gronchi, uma avenida extensa e muito movimentada que serve como uma espécie de fronteira entre Paraisópolis e o resto do bairro de Morumbi. A escola ocupa um quarteirão inteiro. Com seus muros de mais de quatro metros de altura, reforçados na parte superior com arame farpado, e a rampa íngreme que leva a um portão enorme, protegida por várias seguranças fardados (a escola não tem uma entrada de pedestres, somente uma calçada estreita que leva o pedestre à guarita ao lado dos carros³⁹), ela se destaca pelas demarcações visuais da segregação. Quando a escola abre as suas portas para que os filhos dos seus funcionários e os jovens de Paraisópolis possam participar do FALA, tratamos, então, de uma espécie de ‘travessia dos muros’ de um enclave fortificado, realizado por uma população que normalmente não teria acesso a tal espaço.

Sob o olhar de quem vive por dentro do enclave fortificado, porém, a oportunidade de *sair* do mesmo também é significativa, como Michael sinaliza no depoimento acima (o “impacto tremendo que o programa tinha sobre os nossos alunos, pelo fato de ocuparem, ainda

³⁸ Citado no panfleto: “Aproximando mundos diferentes: como o programa comunitário FALA oferece aos socioeconomicamente desprivilegiados e privilegiados de São Paulo um ponto de cruzamento, a partir do qual podem trabalhar juntos para forjar novas possibilidades pessoais e sociais” (Julho de 2004, traduções minhas do original em inglês).

³⁹ Como já discutido, a falta de acesso para pedestres é uma característica comum aos novos enclaves fortificados da cidade.

que por algumas horas, o mundo dos alunos do FALA”). As restrições de circulação e convivência às quais as elites se submetem através de rígidos sistemas de segregação, necessárias para a manutenção dos enclaves fortificados, são a condição da sua experiência urbana cotidiana, e não passam despercebidas por elas. Na *Graded*, tal condição tem até nome específico: o termo *Graded Bubble* (Bolha Graduada) remete à experiência dos estudantes de viverem isolados das outras realidades sociais da cidade. Como relata uma estudante-professora do FALA, de 17 anos:

Eu estou nesta bolha... até a minha mãe diz: “nós vivemos numa bolha!”... com certeza você já ouviu falar da *Bolha Graded*... a gente vai no Shopping Morumbi, Ibirapuera e Jardim Sul... esses são os lugares que a gente vai [...] eu preciso saber que o mundo não é todo igual à minha pequena bolha, meus *shopping-centers* e meu motorista e a minha escola... o mundo real não é assim.⁴⁰

Para Michael Michell, a criação da oportunidade de interação ente os seus estudantes e jovens dos bairros populares do entorno da escola sempre foi um objetivo do programa, tão importante (se não mais importante) quanto o objetivo de ensinar inglês. No campo, porém, observamos que esses dois objetivos – o ensino de inglês e o cultivo de relacionamentos – são de naturezas muito diferentes. Enquanto o sucesso do primeiro pode ser medido através de marcadores concretos (os avanços no uso da língua pelos alunos, as histórias dos alunos que conseguem empregos mais especializados depois de freqüentar o programa etc.), o segundo permanece em um plano mais enigmático. Como medir, então, o sucesso do FALA em cultivar relacionamentos entre os estudantes da escola e seus alunos? No campo, observamos várias respostas a essa pergunta, o que por sua vez remete a idéias diferentes sobre a forma que tal ‘relacionamento’ pode tomar.

Fora das aulas de inglês, o FALA promove alguns eventos sociais para incentivar a formação de amizades entre os estudantes da escola e seus alunos, como os churrascos no pátio da escola no final de cada semestre, em que as turmas – os estudantes da escola juntos com seus alunos - são convidados para apresentar alguma atividade de dança, teatro ou canto. No campo e nos depoimentos dos coordenadores do programa, porém, observamos que esses eventos não parecem ‘dar muito certo’. Ao participar de uma reunião entre os estudantes da escola e os coordenadores do FALA no começo do dia de um desses churrascos, pude observar uma das coordenadoras do programa incentivando os estudantes a interagir com seus alunos

⁴⁰ Todo o ensino na escola se dá na língua inglesa, e a maioria dos alunos que conheci durante meu trabalho de campo, incluindo os brasileiros, optaram por falar em inglês comigo durante as entrevistas. Esse depoimento, portanto, aparece aqui traduzido a partir do original nessa língua (tradução minha).

durante o encontro, lembrando-os de que seus alunos são tímidos e que era o papel dos estudantes “puxar conversa” e socializar com eles nesse evento. Chegando ao pátio da escola, porém, os estudantes e seus alunos separaram-se imediatamente em pequenos grupos distintos, com quase nenhuma integração. Um passeio pelos corredores da escola na hora do intervalo das aulas do programa revela algo semelhante: os estudantes do programa podem ser vistos unidos em pequenos grupos à parte de seus professores e, embora todos compartilhem das mesmas bolachas e refrigerantes fornecidos pelo programa, a conversa nos corredores é restrita aos membros de cada grupo entre si. Lucinha, coordenadora do programa, lamenta essa falta de interação:

Olhando para trás, eu acho que essa parte social era mais rica do que ela é hoje. E a parte acadêmica, o currículo, era mais fraco. Eu acho que nesses últimos 2 ou 3 anos nós estamos pondo muito forte no currículo para poder dar uma estrutura e eu acho que o social ficou um pouco deixado de lado. Ele acontece naturalmente em algumas classes mais do que outras, mas eu acho que a gente não está fazendo um papel muito forte aí. E eu me sinto mal por isso porque eu acho que, por exemplo, no passado tinha um elo maior. Teve um casamento que eles convidaram e os alunos foram, os professores deles foram. Tinha mais essa troca [...] os jogos de futebol, por exemplo. Não estamos tendo mais esses jogos, eles tinham essa disputa até! E a gente andou apanhando muito! Mas não foi por isso que parou! [...] Mas é engraçado que eu vejo que tem duas classes que são muito fortes: a classe da Regina e a da Silvia têm um vínculo muito forte com os alunos. E quando nós fizemos o churrasco no ano passado, pedimos que algumas classes apresentassem, e só a classe delas apresentou. Porque eles têm aquela coisa do grupo [...] Eu acho que é um objetivo, retomar esse lado social [...] Mas os nossos próprios alunos não sentam com eles para conversar, então fica uma coisa meio forçada, sabe? É um tipo de “ah, nós vamos fazer um churrasco para vocês de encerramento” e tal, e é legal, é divertido, eles gostam, mas está faltando aquele temperinho especial, não está acontecendo. E agora é a gente [que] pergunta porque não está, porque não dá para forçar eles a, no dia, conversar com os seus alunos. Temos que depois estar retomando isso.

No entanto, parece que os coordenadores do programa vêm na sala de aula, mais do que nos eventos especialmente concebidos para incentivar a formação de relacionamentos entre os estudantes e seus alunos, o maior potencial para esse segundo objetivo do programa se realizar. Indagado sobre essa questão, Michael me responde:

Acho que você quer saber o que o programa tem feito para facilitar a amizade, acho que fez muito pouco. Diria que é mínimo, mas a força de uma experiência que põe alunos no papel de professores e alunos... em última instância, o processo tornou-se algo recíproco, todas as pessoas se tornam co-aprendizes na sala de aula... nossos alunos, na sua maioria, reconhecem o quanto têm que aprender e o quanto podem ganhar se se mantêm abertos e escutam, abrindo o seu coração e a sua mente para a realidade desses alunos.

E Lucinha ecoa essa fala, tanto em relação aos estudantes da escola quanto aos alunos do FALA:

O próprio nome do programa FALA significa *Friendship and Language Acquisition*, né? Então eu acho que esse *Friendship* tem que ser total, porque eu acho que para os nossos alunos é a parte enriquecedora do programa. [...] E por outro lado, para os alunos do FALA, esse *friendship* também é muito importante, porque eles estão sendo tratados como igual, sabe? Estão sendo tratados com respeito, uma coisa que, talvez, em outro lugar não tivesse essa troca de conversa com pessoas, muitas vezes, da mesma idade deles [...], mas que vivem uma realidade completamente diferente. Então essa troca só acontece se eles estiverem numa zona de conforto, se eles não estiverem inibidos, né?

De vez em quando, no campo, encontrei casos em que, na opinião dos coordenadores e estudantes-professores, a interação promovida pelo FALA gerou transformações profundas no comportamento dos estudantes da escola. As histórias desses casos foram contadas com muito orgulho, oferecidas como se fosse uma prova do potencial do programa para efetuar mudanças duradouras na atitude desses jovens da elite brasileira em relação às desigualdades tão presentes no seu país. Michael descreve esse processo:

Acho que a mágica do programa é a forma pela qual os estudantes da Escola Graduada se transformam, e não acho que aconteça em todas as turmas. Acho que há uma porcentagem, cerca de um terço ou metade dos estudantes, em que coisas realmente belas e surpreendentes acontecem, seja com relação ao aprendizado, mas muito mais em termos de afetar a vida das pessoas. Muitas vezes acho que vai além do ganho lingüístico, trata-se de um simbolismo, pessoas extremamente privilegiadas dispendo do seu tempo para ajudar a melhorar a vida dos outros.

O mais ‘famoso’ desses casos, que me foi contado várias vezes por pessoas diferentes, é a história de Daniel – ex-estudante-professor do FALA, que já não estava mais na escola quando comecei o trabalho de campo –, aqui contada por Michael:

O Daniel tinha uma reputação de “*bad boy*”, de louco por festas, do tipo “eu sou o máximo, sou um hedonista e me orgulho disso”, e minha percepção, de fora, era de que ele veio [para o programa] e pensei: “e agora?” Depois do terceiro sábado havia tantas reclamações sobre o Daniel que tive que ter uma conversa com ele [...] os alunos da *Graded* que trabalhavam com ele me contaram que “o Daniel vem de ressaca, dormiu no sofá que fica no canto da sala, só fala de festas com os seus colegas.” Então, tive uma conversa com ele e disse: “Se você quiser ficar neste programa, vai ter que entender o seu papel.” Conversei com ele e, na semana seguinte, ele simplesmente mudou, como um “*click*”, visivelmente, ficou muito clara a sua motivação, pela forma que preparava as aulas, foram sinais extremamente visíveis. A prova adicional foi a fala dos estudantes que saíam com o Daniel, que diziam: “Cara, é triste, o programa FALA arruinou o Daniel, ele não quer mais sair na sexta à noite.” [...] Ficou claro já nas duas ou três primeiras semanas do segundo semestre,

ele ficou sério, era surpreendente. No final do período letivo, ele disse: “Não vou viajar nas férias, posso dar aula para os meus alunos todos os dias, durante seis semanas, duas horas por dia? Já falei com eles, eles querem fazer as aulas”. Organizamos o que foi necessário. E no final da história ele se tornou um excelente modelo para os alunos, tornou-se uma espécie de mentor, já deu apresentações sobre o uso da tecnologia para o ensino, todo esse tipo de coisas. [Antes] ele só se importava com a diversão, aproveitar a vida, e no futuro, ganhar muito dinheiro, e ele se tornou... ele envolveu-se no programa porque sabia que queria fazer algo mais do que simplesmente... ele tinha essa intuição de que tem que ter algo mais na vida. E então teve esse momento, essa percepção do impacto que poderia ter na vida de outras pessoas, e assim o seu envolvimento no programa FALA permitiu que ele reorganizasse as suas prioridades, e foi esse compromisso, em última instância. O Brasil é um país arruinado em termos de educação e desigualdade, e ele vê e entende isso, e a educação é um dos fatores que pode fazer diferença na vida das pessoas individualmente e na vida socioeconômica do país, e foi isso que o motivou, e ele espera, ele ainda diz que vai ganhar muito dinheiro, mas vai fazer o que puder depois que terminar a Escola Graduada para fazer alguma coisa pela educação brasileira. Ele vai fazer faculdade no Brasil, critica abertamente aqueles que participam do FALA somente porque querem ganhar horas de IB CAS,⁴¹ ele é bastante puro no que diz respeito a dar tanto e esperar tão pouco de volta, e sente que ganha muito mais do que qualquer coisa que já deu para os outros. Uma ótima história.

Quais foram os elementos considerados necessários para a construção desse programa de serviço comunitário no contexto da extrema diferenciação socioeconômica característico da escola e de seus arredores? Vemos que o ensino de inglês, em benefício dos alunos do programa, é o objetivo mais explícito do FALA, o aspecto mais visível do programa e, sem dúvida, a parte que consome a maior porção do tempo de organização, planejamento e avaliação de seus coordenadores e estudantes-professores. A observação das atividades do programa durante um sábado de manhã confirma isso; as conversas entre os coordenadores e os estudantes-professores, as atividades de preparação, as aulas em si, são todas enfocadas no ensino do inglês, e nas diversas dificuldades, desafios e êxitos dessa tarefa. Indagados em entrevista sobre os objetivos do FALA, porém, os coordenadores e muitos dos estudantes-professores, como veremos abaixo, revelam uma preocupação explícita com a interação inusitada entre jovens de perfis socioeconômicos diferentes, promovida pelo programa. Assim, tal interação se torna um elemento central no imaginário do programa, oferecendo a promessa de ampliar a consciência social dos estudantes da escola e trazer alterações à sua atitude e comportamento. Dessa forma, a intervenção social do FALA é conceituado em duas frentes:

⁴¹ O *International Baccalaureate* (Bacharelado Internacional) é um programa de ensino internacional oferecido por escolas – e reconhecido por universidades – em diversos países do mundo. A Escola Graduada oferece a opção de seguir o currículo do programa; os estudantes podem escolher entre o IB e os currículos do Brasil e dos Estados Unidos. Um elemento importante do IB é a participação nas chamadas atividades “de CAS” (*creativity, action & service*, ou seja, criatividade, ação e serviço). Estudantes são obrigados a acumular ‘créditos de CAS’, através de atividades de serviço comunitário e outras atividades extracurriculares.

primeiro, na capacitação de uma população menos privilegiada (através do ensino de inglês), auxiliando-a a avançar na escala socioeconômica e, em segundo lugar, conscientizando uma população de jovens altamente privilegiados sobre as desigualdades sociais presentes na sua cidade. Um informativo sobre o FALA utiliza a seguinte citação para resumir o conceito do programa:

Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos comprometidos e conscientes possa mudar o mundo: na verdade, foram os únicos que conseguiram - Margaret Mead.⁴²

Há ainda mais uma prática desenvolvida dentro do FALA que serve como um exemplo interessante das maneiras pelas quais o programa é idealizado por seus coordenadores. Uma vez por ano, o FALA monta um evento denominado *Market Place* (Feira), em que os coordenadores e estudantes-professores montam um tipo de brechó no refeitório da escola, com doações de roupas e outros itens arrecadados entre as famílias dos estudantes da *Graded*. Lucinha explica que a iniciativa de doar roupas para os participantes de FALA começou com o próprio programa, quando as aulas ainda aconteciam nas favelas do entorno da escola. Nessa época, Lucinha trabalhava ocasionalmente fora da escola como voluntária em uma cooperativa de artesanato de mulheres e crianças na Vila Brasilândia, uma experiência que a levava a pensar sobre as relações desenvolvidas na *Graded* entre os integrantes do FALA e os alunos do programa. Quando começaram a arrecadar roupas através do programa, nas palavras de Lucinha,

... surgiu a discussão de como a gente ia distribuir essas roupas, íamos dar três caixas sem saber o que tem dentro lá para a Dona Conceição, lá do Jardim Irene? Como a gente ia fazer isso? E essa idéia da caridade era uma coisa que me incomodava bastante em consequência do que eu tinha vivenciado na cooperativa. Trabalhando lá na cooperativa a gente tinha bastante reunião e essa senhora, que eu te falei que faleceu de AIDS, que era a cabeça da cooperativa, ela falou muitas vezes: “a gente não quer caridade, a gente quer oportunidade”. E eu falei: “nossa, como isso é importante”, porque muda completamente a energia. Eles não estão sendo vistos como coitadinhos, mas como pessoas que precisam de uma oportunidade para poder fazer, o que falta ali é oportunidade mesmo. [...] E outra coisa, eles também, quando recebem alguma coisa encaixotada, não é a mesma coisa de eles escolherem, né? Muitas vezes tem muita coisa boa lá que não vão aproveitar, não foram eles que escolheram. E a gente está numa posição de que a gente tem o poder de decisão sobre o que eles vão levar, a gente ainda está com aquele poder sobre eles.

⁴² Citado no panfleto: Aproximando mundos diferentes: como o programa comunitário FALA oferece aos socioeconomicamente desprivilegiados e privilegiados de São Paulo um ponto de cruzamento, a partir do qual podem trabalhar juntos para forjar novas possibilidades pessoais e sociais (Julho de 2004, tradução minha do original em inglês).

A distinção entre ‘caridade’ e ‘oportunidade’ já se encontra na própria proposta do FALA, um programa que tem como seu primeiro objetivo a capacitação de jovens no uso da língua inglesa para que possam ter acesso a oportunidades melhores de trabalho e educação no futuro. A tentativa do FALA de promover relações de respeito e igualdade entre os estudantes-professores e seus alunos também remete à proposta de montar uma iniciativa que fugisse da ‘caridade’, em busca de uma intervenção social com impacto mais profundo. Com essa preocupação em mente, Lucinha procurou uma maneira de distribuir as doações de roupas entre os alunos do FALA, que não fosse um ato de caridade. Diz ela,

Daí surgiu a idéia do *Market Place*, que é isso: a gente arrecada as roupas, faz um processo de seleção, porque às vezes tem épocas que recebemos roupinhas sujas, furadas, mas normalmente a qualidade é muito boa, a gente separa, seleciona, e no dia do *Market Place*, lá no refeitório dos alunos, a gente põe as mesas por itens, por roupas de criança, ou calças ou camisas... a idéia é fazer uma lojinha, como se fosse um brechó. [...] O primeiro que nós fizemos, os alunos fizeram cartazes com nomes das lojinhas deles, sabe? Era assim, tipo: “Nancy’s Super Shirts”. [...] Agora a gente divide as mesas por setor para que fique uma coisa que seja um apelo visual interessante, para que fique organizado, bonitinho. E os alunos são avisados que vai ter esse dia que é o *Market Place*, eles são treinados em vocabulário que eles vão usar, expressões para usar... a idéia é fazer disso uma atividade em que eles usem o inglês que eles aprenderam, para comprar as peças que eles querem. Então as primeiras aulas do ano, eles estão lembrando para os que já sabem, e ensinando os novos, peças de roupa, ou aquelas perguntas mais básicas: ‘quanto custa’, ‘eu quero isto’, ‘quero aquilo’, ‘obrigada’, ‘por favor’, para eles usarem. E eles recebem – a gente imprime – um ‘FALA-dólar’, e cada FALA-dólar é 20 centavos, então com um real, eles ganham cinco FALA-dólares, e cada peça é 20 centavos, tudo é um FALA-dólar. Se é um conjunto de coisas a gente põe 2 FALA-dólares. Por exemplo, esse ano nós tivemos uma enciclopédia, então eram 2 FALA-dólares, ao invés de 1. E ainda é ridiculamente barato. Mas aí no dia do primeiro *Market Place* nós arrumamos todo o refeitório, todos aqueles alunos ali fora e eu falei: “nossa, Michael, na hora que abrir essa porta vai ser uma correria, um desespero, né?” E aí os alunos do Graded entraram primeiro e ficaram nas mesas para serem os vendedores. [...] Bom, abriu a porta e, para a minha surpresa, eles entraram assim, ansiosos para ver e tudo mais, mas super ordenadamente e olhando – eu falei “nossa, vai ser uma coisa de pegar peça, né...” – andaram, eles escolhem. Então esse acho que é o ponto. Diferente de eles estarem, de graça, pegando o que for, na hora que eles estão comprando, nem que seja 20 centavos, eles estão escolhendo o que eles querem, faz toda a diferença. [...] E é um sucesso, vende tudo!

No caso do *Market Place*, a ação de doar roupas deixa de ser um ato de ‘caridade’, não por alterar o conteúdo da ação (as roupas continuam a ser doadas), mas porque a ação é reinventada, através de uma série de mudanças na maneira pela qual se realiza. A doação de uma caixa de roupas, de forma aleatória, a um jovem de pouca condição financeira é definida como um ato de caridade, e tal ato é considerado pouco apropriado no contexto de um

programa que procura fugir da caridade em busca da construção de uma intervenção transformadora. Com a simples doação das roupas, o doador não saberia se as mesmas iriam servir ou agradar quem as recebesse,⁴³ e o próprio ato da doação da caixa também chamaria atenção para a desigualdade entre quem a dá e quem a recebe. Seria, assim, uma esmola, uma dádiva que não tem expectativa de retorno,⁴⁴ e doá-la mostraria pouco respeito ao seu beneficiário. A idéia de distribuir as roupas através do *Market Place*, porém, transforma a ação de doar roupas através de uma série de inovações. Com a introdução do esquema da feira e dos *FALA-dólares*, a natureza simbólica da distribuição das roupas muda, deixando de ser a oferta de uma dádiva sem retorno e tornando-se uma modalidade de transação financeira. Mesmo que os alunos do FALA estejam pagando um valor claramente simbólico nessa transação, o qual não reflete o valor dos objetos que estão comprando, cobrar pelas roupas e ter o ‘direito’ de escolher a peça que desejarem traz uma mudança profunda nas maneiras pelas quais a atividade é imaginada. E para complementar tal mudança, o *Market Place* ainda oferece uma oportunidade para os alunos que freqüentam o programa incorporem ao seu inglês uma situação simulada de convivência cotidiana, o que também torna a atividade uma oportunidade de aprendizagem.

1.3 Responsabilidade social como política escolar

O FALA, dentre os outros programas de serviço comunitário da Escola Graduada, faz parte de um conjunto de ações representadas pela escola como a realização de um compromisso com a *responsabilidade social*, preocupação que permeia todo o discurso da

⁴³ Essa preocupação com o gosto dos jovens que vão receber as roupas doadas, e a percepção de que poderiam gostar de escolher quais roupas lhes servem e agradam, vai na contramão da tendência identificada por Teresa Caldeira entre as classes média e alta brasileiras, segundo a qual “considera-se que eles [os pobres] estão mais perto da necessidade, preocupados apenas com a sobrevivência, e sem preocupação com boa aparência ou estilo”. Caldeira considera essa crença uma maneira comum em que pessoas deste perfil socioeconômico procuram se diferenciar das classes populares, e ainda nos lembra que “essas suposições em relação aos pobres obviamente não são exclusivas às classes alta e média brasileiras”. Há, por exemplo, uma longa tradição em estudos de estética que afirma que o gosto das pessoas pobres é uma função da necessidade; de fato, as pessoas pobres não teriam uma percepção estética já que não se distanciariam da necessidade. Uma versão recente e sofisticada dessa perspectiva é apresentada por Bourdieu (1984, especialmente o capítulo 7), para quem as classes trabalhadores estão confinadas à “escolha do necessário” (Caldeira, 2000: 69). A preocupação de Lucinha a esse respeito sugere que ela tem percebido que essa idéia é recorrente entre pessoas do seu próprio perfil socioeconômico. Ao identificar e recusar essa idéia, porém, demonstra uma tentativa de se distanciar da mesma.

⁴⁴ Na obra seminal de Marcel Mauss, *Ensaio Sobre a Dádiva*, a idéia da reciprocidade tem um papel central. A dádiva serve para criar vínculos e relações sociais exatamente porque ela é sempre retribuída; sem tal retorno – e a expectativa dele enquanto não realizado –, a dádiva deixa de ser um catalisador das relações, e perde seu sentido e função. No seu *Ensaio*, Mauss argumenta que “a caridade fere ainda aquele que a aceita, e todo o esforço de nossa moral tende a suprimir a patronagem inconsciente e injuriosa do rico ‘caridoso’” (1974 [1925]: 163).

escola sobre os valores e princípios da sua organização e método de ensino. O próprio texto da missão da escola já deixa isso claro:

A missão da Escola Graduada é de oferecer excelência em ensino individual, preparando os alunos de modo que possam maximizar o seu potencial e ser cidadãos responsáveis em uma sociedade pluralista. A Escola fornece um ensino de qualidade, abrangente, em idioma inglês e no estilo norte-americano aos filhos da comunidade internacional e brasileira. Mediante suas políticas e programas, a Escola Graduada endossa o valor da diversidade⁴⁵ e a virtude da responsabilidade social e ambiental, bem como a conscientização cultural.⁴⁶

Nesse sentido, o site da escola também apresenta especificamente a seguinte *missão do serviço comunitário*:

O Programa de Serviço Comunitário tem como prioridades envolver toda a comunidade da Graduada numa ação coletiva consciente, enriquecer a experiência educacional dos alunos e prestar assistência à comunidade em geral, buscando soluções sustentáveis para os mais diversos problemas sociais. Conseqüentemente, é nossa missão desenvolver a conscientização, estimular a reflexão, e motivar os alunos na prática da cidadania responsável. Esse programa reflete a filosofia defendida pela Escola Graduada de que a educação ultrapassa as paredes da sala de aula, complementando-se na convivência com a comunidade em geral. Em síntese, o programa visa permitir que os alunos comprovem suas habilidades em provocar mudanças.⁴⁷

Os mais de 17 programas de serviço comunitário desenvolvidos na escola têm vários objetivos, atuando no entorno da mesma e em outras regiões da cidade e do país. Os programas são desenvolvidos dentro da sala de aula e no tempo livre dos estudantes e seus professores, depois do dia letivo e nos finais de semana e férias, e envolvem estudantes de todas as séries, começando “na pré-escola, [onde] os alunos contribuem principalmente com doações que trazem de casa, [e] os professores trabalham a idéia de que as doações são para outras crianças que não vivenciam as mesmas condições sociais que eles”.⁴⁸ Alguns exemplos dos programas, fora do próprio FALA, são: a doação de fraldas e produtos de higiene à Creche Vila Cisper (pré-escola); coleta de toalhas, lençóis e outros itens para doação aos índios Kuikuro, na área do Xingu, e aos Xavantes da Aldeia Abelhinha, em um programa que integra o serviço

⁴⁵ O uso do termo ‘diversidade’ no presente contexto chama a atenção. A aplicação desse conceito por teóricos urbanos em análises sobre a questão da segregação urbana já foi discutida acima, mas a sua presença aqui aponta para as diversas maneiras pelas quais tal conceito é atualmente apropriado por diferentes entidades urbanas. No contexto da Escola Graduada, o conceito parece remeter principalmente a idéias sobre a mistura de culturas representada pela população estudantil da escola, mas o mesmo também se encontra vinculado a questões sobre diferença socioeconômica. Meu primeiro contato oficial com o FALA, de fato, foi durante um ‘dia de diversidade’ promovido por *Graded*, com objetivo de estimular diálogo entre seus professores ao respeito do conceito, em que eu assisti a uma apresentação sobre o programa.

⁴⁶ Tradução minha do original em inglês, recolhido do website da escola, no: www.graded.br

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

comunitário com a aprendizagem sobre grupos indígenas americanos e em que representantes desses grupos fazem visitas à escola (quarta-série); orientação curricular e doação de material escolar em escolas ao longo dos rios Juruá e Tejo, no Acre, em viagens anuais realizadas às referidas escolas por alunos e professores (ensino médio); viagens à Ilha do Cardoso para ajudar a população local a desenvolver diversos projetos comunitários (ensino médio); visitas quinzenais a um lar de idosos (ensino médio); Escola Irmã, um programa de reforço acadêmico diário para os alunos da escola municipal EMEI Paraisópolis (ensino médio); apoio à construção de uma biblioteca em Paraisópolis; um programa de uso da pista de atletismo da escola por crianças da Creche Paraisópolis; e a escolinha de verão, um programa de ensino oferecido pelos professores da escola para os filhos dos funcionários do quadro de apoio, ligado ao programa de bolsas de estudo, que anualmente escolhe duas ou três dessas crianças para frequentarem a escola como alunos regulares.

Esse volume e variedade de atividades ocupam bastante tempo da vida dos estudantes e professores dentro e fora da escola, em um contexto escolar já bastante exigente em termos de volume de trabalho e preparo curricular. Mais de uma vez professores comentaram comigo, em campo, sobre as exigências feitas pela administração da escola sobre seu tempo, e a pressão no ambiente escolar de participação nas atividades de serviço comunitário, que, apesar de teoricamente voluntária, era claramente esperada de todos os professores. Para entender melhor o compromisso maciço da escola com a responsabilidade social e seus programas de serviço comunitário, podemos seguir alguns fios que conectam o FALA e a experiência dos seus integrantes a outros fenômenos que ocorrem na escola e fora dela. Primeiro, o site da escola relata que:

A Escola desenvolveu uma tradição de compartilhar, ensinar e aprender com a comunidade carente que a cerca. O crescimento desse trabalho favorece a integração escola-comunidades regionais carentes e abre aos nossos alunos ainda mais portas às melhores instituições universitárias de todo o mundo. [...] Paralelamente, os alunos inscritos no Diploma do IB precisam comprovar 150 horas de prática de serviços à comunidade, sob rigorosos critérios previamente estabelecidos pelo programa.

O vínculo aqui explicitado, entre os programas de serviço comunitário da escola e as chances de seus alunos de conseguir uma vaga nas ‘melhores instituições universitárias de todo o mundo’, é uma dica para começar a enxergar a extensa rede de práticas e relações sociais, através das quais a atuação da escola na área da ‘responsabilidade social’ assume uma importância que vai além dos seus próprios limites, e que se torna fundamental para sua própria existência. Investigando essa rede a partir do campo do FALA e da Escola Graduada,

podemos começar a vislumbrar as conexões entre o FALA e os outros dois programas da minha pesquisa, que serão introduzidos nos próximos capítulos.

Redes de relações sociais são raramente lineares, e os vários elementos de uma rede podem se conectar com vários outros, sem nenhuma lógica refinada de causa e efeito. Assim, as redes de relações sociais das quais o campo antropológico é constituído são difíceis de se descrever, e podem receber ênfases e apresentar elementos diferentes, dependendo do antropólogo que as descreve. Nesse sentido, lembremos do argumento de Latour, segundo o qual:

... encontraremos uma forma muito mais científica de construir o mundo social se deixarmos de interromper o fluxo de controvérsias. Também devemos encontrar a nossa terra firme: em areia movediça. Ao contrário do que normalmente se diz, o relativismo é uma forma de se flutuar sobre os dados, e não de nos afogarmos neles. (Latour, 2005: 24, tradução minha⁴⁹)

Dessa forma, certas informações a respeito do FALA e do contexto em que ele está inserido na Escola Graduada – o discurso sobre responsabilidade social e as variadas práticas de serviço comunitário – destacaram-se durante a minha pesquisa, através das conversas, entrevistas, observações e documentos que, no seu conjunto, formaram meu campo. Essas informações permitem que eu perceba certas conexões que, por sua vez, se refletem ou se conectam com outras informações, colhidas nos outros dois programas que formaram o restante do meu campo.

Não se trata, porém, de construir, a partir dessas informações, uma explicação causal das práticas observadas nesse campo. O que se pretende fazer aqui é descrever algumas dessas informações, apontando certas conexões entre elas, ou seja, tentar traçar uma rede que encontrei no campo, partindo das informações que esse próprio campo me cedeu. Assim sendo, não há uma ordem correta para apresentar essas informações, uma ordem que permita ‘explicar’ a ‘lógica’ desse campo. Ao descrever o que lá achei, sem tentar encaixar as minhas informações dentro de uma moldura analítica estática, as forças de causa e efeito tornam-se mais fluidas e inconsistentes, mudando, dando voltas e escapando novamente à minha análise. Acredito, porém, que essa representação do meu campo permite que o leitor o enxergue da maneira pela qual o vivenciei.

A Escola Graduada é um dos colégios mais prestigiosos de São Paulo. Os recursos oferecidos, nível de ensino, bibliotecas, computadores, equipamentos de esporte e artes etc.,

⁴⁹ No original: “... we will find a much more scientific way of building the social world if we abstain from interrupting the flood of controversies. We too should find our firm ground: on shifting sands. Contrary to what is so often said, relativism is a way to float on data, not drown in them”.

estão entre os melhores de todas as escolas da cidade, e a maioria dos seus estudantes cursarão uma faculdade depois de deixarem a escola, muitos deles em faculdades de alto padrão no Brasil e no exterior. Com uma mensalidade de aproximadamente R\$5.000,00, a escola também é uma das mais caras da cidade, e mesmo com seu sistema de apoio financeiro parcial para algumas famílias e o programa de bolsas que atende a dois ou três alunos por ano, é freqüentada, na sua maioria, pelos filhos e filhas de uma ínfima parcela da população brasileira e estrangeira, de altíssimo nível financeiro. Para esse público, é de grande importância que um colégio possibilite que seus filhos consigam uma vaga em uma faculdade de qualidade, e para atrair estudantes oriundos dessa parcela da população – ou seja, com as condições de pagar sua mensalidade –, a Escola Graduada precisa manter uma reputação de excelência, em relação tanto à qualidade do ensino e de seus recursos quanto à sua articulação com as ‘melhores instituições universitárias de todo o mundo’.

Na manutenção dessa reputação, o compromisso da escola com a ‘responsabilidade social’ parece funcionar como um tipo de capital simbólico poderoso. Aqui, a rede de relações sociais é claramente não-linear. As próprias universidades parecem valorizar bastante as atividades ligadas à responsabilidade social, além da cooperação, dedicação, capacidade de lidar com a diversidade etc. (basta lembrar a história de Daniel, citada acima), que tais atividades ensinam a quem as desenvolve. A idéia de fazer serviço comunitário apenas para poder colocar essa atividade no currículo apareceu em várias ocasiões no campo, em conversas com estudantes da escola e os coordenadores do FALA e, no caso dos estudantes cursando o programa IB, tais atividades estão oficializadas dentro do próprio currículo de um programa internacional de ensino. Mais do que isso, a valorização de atividades escolares de responsabilidade social vai além das universidades e do programa IB, chegando até a outras ‘comunidades internacionais’. Como informa o site da escola:

Em março de 2000, a Escola Graduada foi admitida como membro da rede de Escolas Associadas à UNESCO (PEA), que objetivam uma maior cooperação internacional em busca da paz. Ao focar os temas propostos pela UNESCO, a escola enfatiza a discussão da cidadania, da diversidade cultural e também cria uma cultura de aprendizado e desenvolvimento de serviço.

Assim sendo, os programas de serviço comunitário da *Graded* servem como capital simbólico para atrair famílias para a escola, primeiro devido à promessa da valorização de tais programas por parte das melhores universidades do mundo, e, segundo, pela valorização do conceito de responsabilidade social pelos próprios pais dessas famílias. Um pequeno exemplo

revela as dinâmicas em torno dessa valorização e como a mesma se articula com outras questões dentro da escola, e com os coordenadores dos próprios programas.

Em 2004, a Escola Graduada começou a buscar fundos para a construção de um novo *arts center* (centro de artes), a ser erguido no site da escola, com uma área construída de 3.067,09 m². O projeto era ambicioso, visando à integração de um teatro, uma biblioteca, ateliês de fotografia, cerâmica e pintura, salas de estudo e de montagem de vídeo, todos equipados com recursos de altíssima qualidade. Para financiar o projeto, a escola começou a buscar doações de ex-alunos e de pais dos atuais estudantes, bem como parcerias com empresas. Para incentivar tais doações, a escola registrou o *arts center* dentro da Lei Rouanet, lei de incentivo fiscal para apoio à cultura brasileira, com autorização de captar até R\$ 8.135.634,59 no período de um ano, permitindo o abatimento ou a restituição de 80% (pessoa física) ou 40% (pessoa jurídica) do valor doado do imposto de renda do doador, existindo também um esquema semelhante nos Estados Unidos, pelo qual os norte-americanos também podem fazer doações.

O *arts center*, que ficou pronto durante o período em que comecei a frequentar o FALA, é realmente um projeto impressionante. Seus dois andares de generosas salas de aula e estúdios elegantes concentram-se ao redor de corredores largos, onde estão exibidos trabalhos de artes plásticas dos estudantes. Ao observar o interior de qualquer sala, vêem-se amplos espaços de trabalho e diversos equipamentos modernos e sofisticados. No hall de entrada, ao lado de uma placa anunciando a inauguração do prédio, encontram-se pendurados dois enormes logotipos de empresas que doaram fundos ao projeto, um da Chevrolet e o outro do Guaraná Antarctica.⁵⁰ Não há dúvida de que o prédio tem servido para aumentar a reputação de excelência do ensino da *Graded* e, se entramos no website da escola, percebemos que o *arts center* recebe um destaque especial quando comparado às demais informações. A parte do site que trata do *arts center* leva o leitor ao que parece ser um outro site, com design gráfico sofisticado, música da orquestra da escola e animações da planta do projeto arquitetônico do prédio.

O que a nós interessa sobre esse projeto, porém, é a articulação entre a busca de financiamento para sua construção e a prática das atividades ligadas à responsabilidade social dentro da escola. Uma coisa que chama atenção no website da escola é que todas as informações sobre os programas de serviço comunitário se encontram dentro das páginas do *arts center*, e o acesso às mesmas se dá através de um *link* chamado “Responsabilidade Social

⁵⁰ As oportunidades de marketing representam um grande incentivo para as empresas doarem fundos aos projetos culturais brasileiros através da Lei Rouanet.

da Graded”. Nesse ponto, antes das informações sobre os programas, o usuário é levado ao texto a seguir, que estabelece a missão do centro, cuja proposta também remete à questão da responsabilidade social, sugerindo que tal centro beneficiará não somente os estudantes da escola, mas também uma população mais ampla:

Jovens das camadas mais carentes da população têm oportunidade ímpar de desenvolver habilidades artísticas. [...] O novo Centro de Artes da Escola Graduada vai estender oportunidades de enriquecimento cultural à comunidade carente. Buscando-se beneficiar tanto aos alunos da escola, como também a outros jovens provenientes de grupos sociais diversos, vários projetos serão propostos, tais como: a criação de uma orquestra jovem e de grupos de balé e teatro, entre outros. O empreendimento está planejado para funcionar como um centro gravitacional de cultura, para pessoas diretamente ligadas à escola, ou não. [...] O Centro será um espaço onde jovens músicos, cantores, bailarinos, diretores de cinema, fotógrafos, pintores, escultores e escritores terão oportunidade de mostrar seu talento e desenvolver habilidades. Quando as portas da oportunidade se abrem grande, todos se beneficiam.

É claro que o compromisso da escola com a promoção da responsabilidade social foi um dos principais argumentos nas tentativas da *Graded* de buscar fundos para a construção do *arts center*. Também sabemos que os programas de serviço comunitário da escola, por serem a concretização desse compromisso, têm um papel importante nesse processo; é por isso que as informações sobre esses programas se encontram no página do *arts center*, no website.

Várias conversas e entrevistas no campo me levaram a entender que o FALA, entre todos esses programas, é considerado uma espécie de programa ‘modelo’ na escola. A interação que promove entre os jovens de populações diferentes e sua proposta de ensino fazem com que seja considerado um projeto de grande e duradouro impacto. Portanto, na hora de começar a levantar fundos para o *arts center*, a administração da escola viu no FALA um grande potencial para essa busca. Todavia, para Michael Michell, coordenador do FALA na época, esse olhar estava longe dos objetivos que as pessoas envolvidas no cotidiano do programa haviam imaginado. Sua fala a respeito dessa época revela muito sobre os conflitos que nascem da inserção do programa na vasta rede de relações sociais que comecei a traçar acima:

Uma das coisas problemáticas que aconteceram foi que, conforme o programa obtinha mais êxito, tornava-se uma ferramenta de relações públicas. [...] Devido ao meu trabalho no centro de redação, e porque também posso redigir propostas de pedidos de auxílio financeiro, quando levantavam fundos para o Centro de Artes, a instituição estava tentando conseguir tudo através do FALA, bem, não tudo, mas escrever uma proposta que pudesse ser enviada para a empresa x ou y que incluísse o programa FALA, que mencionasse o programa FALA, e me indignei com o que pensei que aconteceria ao programa, [pois] ele

ficaria sobrecarregado por um excesso de expectativas amarradas a um excesso de dólares das doações [...]

Você acha que isso ocorreu mais com o FALA do que com outros programas de serviço comunitário?

Somente com o FALA, porque é uma história tão impressionante. Jovens ricos dando aula a jovens pobres; veja como fizemos da nossa escola um recurso para a comunidade; veja como mudamos as vidas das pessoas. Quer dizer, como a história de um dos alunos que frequentou o FALA nos primeiros três anos e acabou conseguindo um emprego no serviço de atendimento ao cliente porque sabia falar inglês – mas tinha mais a ver com a sua própria iniciativa e motivação, do tipo “vou conseguir, aconteça o que acontecer” –, mas dá para contar essa história para as pessoas, vejam, não se trata de ajudar as pessoas a se tornarem empregadas, é um emprego num banco, é aquela história do sonho inatingível. Que ótima oportunidade fotográfica, rostos negros e brancos. Eles diziam: “você têm que redigir um orçamento maior. Assim, quando formos pedir dinheiro, existe uma justificativa para se pedir US\$ 25.000 por ano, é essa a idéia [...] essas idéias são ótimas histórias que fazem as pessoas quererem botar a mão no bolso. “Quantas pessoas o programa atende?” “Nossa, 100!” [...] Quando viam o quadro de avisos, era sempre “Nossa!” [...] sempre mudávamos as fotos, e era sempre uma das primeiras paradas quando viam visitar a Escola Graduada, o quadro de avisos, a história do FALA estava estampada no quadro, ou seja, muito pano para a manga do pessoal de RP. [...] Estava indignado com a iniciativa da instituição no sentido de obter divulgação por meio do FALA [...] se a motivação é realmente construir um novo edifício, então o dinheiro é sujo e não quero fazer parte disso [...] escrevi o texto da Missão do Centro de Artes aqui [ver acima] e não tive problema algum em fazê-lo, acreditava em tudo que escrevi, mas quando chegou a hora de escrever especificamente sobre o FALA, para incluir o programa nos pedidos de doações, aí a coisa tornou-se conflituosa.

No momento em que a administração da escola decide inserir o FALA dentro da rede de relações sociais através das quais busca doações para o *arts center*, nasce um conflito com Michael, então coordenador do programa. Observamos que o FALA enquanto capital simbólico para a arrecadação de fundos com vistas à melhoria dos equipamentos da escola, e o FALA enquanto compromisso dos seus coordenadores com a melhoria da vida dos estudantes-professores e dos alunos que atende, constituem dois olhares diferentes e, na perspectiva de Michael, incompatíveis, sobre o programa. Por que essa incompatibilidade?

No campo dos três projetos da minha pesquisa, percebi que a ideologia moral em torno das práticas associadas à idéia da responsabilidade social entre as elites é complexa e pouco consistente. No caso do FALA, associar o programa ao dinheiro para a construção do *arts center* foi considerado inadequado e imoral por Michael; mesclar a atividade beneficente promovida pelo FALA com a atividade financeira promovida pela administração da escola significa desprezar a fronteira entre as figuras que Jacques Godbout chama de *homo donatur* e

*homo oeconomicus*⁵¹ (Godbout, 2002: 63-97), maculando as intenções puras e morais do primeiro com as interesses egoístas do último. Em relação ao FALA, no olhar de Michael, essa mescla desvia-se dos objetivos do programa, aproveita-se das pessoas nele envolvidas e torna os recursos obtidos para o *arts center* “dinheiro sujo”.⁵² Observamos que, na medida em que as redes se expandem, surgem novos atores com outros interesses, cruzando-se com os atores a partir dos quais começamos nossas pesquisas.

O conflito entre Michael e a administração da escola lembra as críticas das atividades de responsabilidade social corporativa das grandes empresas brasileiras e transnacionais, vistas muitas vezes como estratégia de marketing e tentativa de melhorar a própria reputação no mercado financeiro (ou pior, desviar a atenção do público de outras ações que estejam causando dano social ou ambiental). Tais críticas são investigadas pelo antropólogo Pedro Jaime na sua análise sobre o desenvolvimento do conceito de responsabilidade social entre as empresas brasileiras na segunda metade dos anos 90 (Jaime, 2005: 939-78).⁵³ Em uma análise que lembra os deslocamentos analíticos discutidos na introdução desse trabalho, Jaime aponta para a relação complexa entre o lucro e a preocupação empresarial com a responsabilidade social, afirmando que “em vez de lançarmos a pergunta: “valores ou interesses?”, talvez devêssemos problematizar a relação entre valores e interesses, investigando em que contexto sócio-histórico determinados valores passam a interessar ao empresariado” (2005: 941, ênfase no original).⁵⁴

Retornando ao campo, percebemos que a responsabilidade social tem se tornado um capital simbólico tão forte na sociedade elitista brasileira, que a escola hoje em dia se beneficia

⁵¹ Jacques Godbout, integrante do *M.A.U.S.S. – Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), argumenta que o paradigma neoliberal, que visa a “explicar o sistema de produção – e, sobretudo, de circulação – dos bens e serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade e de utilidade” (2002: 63), promove o ideal do *homo oeconomicus*, e oculta a presença do *homo donatur* – figura movida pelo “engodo do dom” em vez do “engodo do lucro” (idem: 80) – na vida social contemporânea.

⁵² Ruben George Oliven (1998: 35-59) investiga o universo moral do dinheiro em um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. Para ele, nos Estados Unidos o dinheiro é associado muito mais abertamente à vida social e é considerado menos poluente e ‘sujo’ do que no Brasil.

⁵³ Nesse artigo de Jaime de 2005, bem como em um relatório do *United Nations Research Institute for Social Development*, intitulado *A Economia Política da Responsabilidade Corporativa no Brasil (The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil)* (2004), chama-se atenção para a necessidade de um olhar crítico sobre a preocupação dos empresários com a questão social no país, reconhecendo nas suas próprias pesquisas e nas de outros os benefícios de reputação e *marketing* que tais ações trazem para as empresas, a natureza não regulada das suas atividades e as quantias relativamente pequenas efetivamente investidas em tais iniciativas.

⁵⁴ Jaime conta que “o líder empresarial Oded Grajew [...] um dos fundadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e então presidente da fundação da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), foi taxativo: “Não tenho ilusões. A lógica empresarial é o lucro e não a solidariedade. Mas de repente há a percepção de que o lucro depende de posturas mais éticas e solidárias. [...] As empresas se interessaram em ser socialmente responsáveis. Porque dá mais lucro” (2005: 941).

muito ao se mostrar comprometida com o desenvolvimento de diversas práticas socialmente responsáveis. Como na experiência de Jaime, descobrimos que as análises teóricas de muitos cientistas sociais oferecem várias respostas para a preocupação contemporânea com a responsabilidade social.⁵⁵ Mas se voltarmos o olhar para o interior da Escola Graduada, podemos perceber um pouco da complexa relação entre ‘valores e interesses’ presente nesse pequeno campo.

Segundo a abordagem da ANT (Latour, 2005), também se torna necessário perceber que em certo momento temos que parar de seguir as redes que identificamos em campo, reconhecendo os limites de tempo que conformam as nossas pesquisas. Fora da Escola Graduada (e dos outros dois projetos a serem tratados nos próximos capítulos), as redes identificadas nesse estudo continuam se expandindo, e se fôssemos continuar a traçá-las, poderiam revelar mais e mais informações relacionadas a inúmeros outros lugares e atores sociais. Mas, dentro dos limites deste estudo, a tentativa de elaborar propostas generalizadas sobre tais redes seria um ato de especulação. Aqui, podemos falar somente dos ‘trechos’ das redes sob investigação que são visíveis em nosso campo. Como já vimos, tais ‘trechos’ revelam que, no universo ‘socialmente responsável’ da Escola Graduada, são várias as relações entre valores e interesses, bem como são várias as formas com que se imaginam esses valores e interesses. Nessa última parte deste capítulo, então, aproveito a oportunidade de investigar essas relações por outro enfoque, junto a um grupo de atores que têm muito que falar a respeito: os jovens estudantes da Escola Graduada, praticantes do serviço comunitário através do programa FALA.

1.4 Lidando com o privilégio, lidando com a desigualdade

Na última parte deste capítulo, investigarei a experiência dos jovens estudantes-professores do programa FALA, através dos seus depoimentos e minhas observações de suas ações em campo. Quando comecei a pesquisar o FALA, minha preocupação central era a interação entre esses jovens da classe alta e os jovens dos bairros populares e favelas do entorno da escola, que freqüentavam o programa como alunos, bem como as maneiras pelas quais essas relações informavam as suas percepções sobre as desigualdades da sua cidade. No campo, porém, encontrei outro elemento interessante na experiência dos jovens estudantes da Escola Graduada, que se mostrou intimamente ligado a esses outros: a interação com pessoas

⁵⁵ Para exemplos de análises que se contrapõem, ver Roelofs, que entende o terceiro setor como “um sistema de poder exercido nos interesses do mundo corporativo” (1995, tradução minha), e Fernandes, que o interpreta como “um fio genuinamente comum... um tipo de ‘participação’ que implica ‘cidadania’ e vice-versa” (1995: 15).

com perfis socioeconômicos tão distantes dos seus próprios, também agia para definir (e era definida por) a crescente percepção da sua própria posição em relação à desigualdade socioeconômica, ou seja, nos seus encontros com seus alunos, os estudantes-professores do FALA tornaram-se ‘ricos’ frente à ‘pobreza’ dos outros.⁵⁶

O campo também revela a idade dos estudantes-professores do FALA (todos com menos de 20 anos) como um dado importante para o presente estudo. Esses jovens vivem um momento histórico que oferece os discursos sobre responsabilidade social como uma das principais referências no processo de se aprender a conviver com as desigualdades da cidade, discursos que estão na moda atualmente, dentro e fora da sua escola. Ao mesmo tempo, esses jovens vivenciam o desenvolvimento de um programa de ‘serviço comunitário’ ao lado de seus professores e têm suas próprias experiências de participação concreta nesse programa. Seus depoimentos revelam as maneiras pelas quais tais experiências são imaginadas com referência aos termos e conceitos oriundos dos discursos sobre responsabilidade social, com os quais estão se familiarizando.

Entre os estudantes-professores do FALA, encontrei jovens com diversas idéias, opiniões e experiências em relação ao programa, uma diversidade que se refletia na minha pesquisa com os participantes dos outros dois projetos filantrópicos do meu campo, a serem tratados nos próximos capítulos. Aqui, desenvolvo a minha análise principalmente através das experiências de três deles,⁵⁷ escolhidos por apresentarem idéias e interpretações distintas sobre seu papel no programa.

Mônica

Bom, não dá para agir como se fossem duas cidades diferentes, pois não são. Vemos essas pessoas trabalhando no McDonald's, no cinema, ou trabalhando nas nossas casas... não dá para agirmos como se eles fossem de outro planeta.

Em uma das minhas primeiras visitas ao FALA, Lucinha pede para Mônica me acompanhar até a sala onde está acontecendo a aula que assistirei nesse dia. Andando ao seu

⁵⁶ Podemos aqui invocar a clássica formulação de Fredrik Barth (1969), em que grupos étnicos se definem como entidades distintas somente no reconhecimento das suas diferenças frente aos outros grupos. Nessa análise, a fronteira não existe como entidade prévia ao contato entre grupos, mas constrói-se na negociação desse contato, visando à manutenção das distintas identidades de cada grupo. No seu trabalho sobre riqueza e os ricos no Brasil, Marcelo Medeiros também desenvolve um argumento para a distinção entre grupos sociais (partindo da questão socioeconômica em lugar da étnica), baseado nas posições relativas dos grupos entre si, esboçando “um método para se identificar a população rica a partir de uma linha de riqueza [... através da qual] a estratificação pode ser feita por meio de uma noção de riqueza relativa que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade” (Medeiros, 2004: 69-70).

⁵⁷ Esses três estudantes são brasileiros, mas as entrevistas com eles foram conduzidas em uma mistura de inglês e português. Quando necessário, então, seus depoimentos aparecem em tradução minha do original.

lado, no corredor, me impressiona o ar de confiança emitido por essa jovem mulher. Pequena, bonita, de cabelos pretos e longos (mais tarde ela me conta que tem ancestrais indígenas, que é “muito brasileira”), Mônica se veste bem e com estilo, sem jamais se ostentar. Sempre sorridente, parece séria e responsável. No dia em que me concedeu a entrevista, Mônica conta que havia feito dezoito anos há pouco tempo. No final do semestre deixará a escola para começar a sua vida adulta. Diferente de muitos estudantes da *Graded*, que pretendem fazer uma faculdade no exterior, pretende cursar Relações Internacionais na USP.

Como muitos dos alunos brasileiros da *Graded*, Mônica já morou fora do país com seus pais – no Chile e depois na Venezuela –, mas voltou ao Brasil faz cinco anos, e desde então mora a alguns quarteirões da escola. Seu prédio tem vista para Paraisópolis, naquela última linha de moradia verticalizada até o ponto em que os prédios cedem lugar à favela (ou será que é a favela que cede lugar aos prédios?). Desde os treze anos, essa proximidade faz parte da convivência urbana de Mônica e contribui para o seu olhar sobre a desigualdade socioeconômica. Nesse espaço físico de encontro entre dois ‘mundos’, a experiência da vizinhança assume características interessantes. Mônica conta que seu prédio,

... na verdade, dá para a favela... e o meu jardineiro e os três guardas do prédio, todos moram na favela lá embaixo, então sempre que a gente precisa chamar o jardineiro aqui em casa, amarramos um pano na sacada e ele vem! Então... muita gente vem aqui em casa e eles dizem: “você não tem medo de bala perdida?” E eu digo: “não, eu conheço as pessoas que moram lá embaixo, eu sei que tiveram que pagar R\$ 500 para comprar uma casa lá, são pessoas que trabalham duro.” E falei com o administrador daquela área, e ele disse que investiga as pessoas que deixa entrar na favela, então dá para saber que são pessoas trabalhadoras, pois não quer um bando de drogados no lugar que ele tem que administrar, e ele tem que falar com a polícia quando eles aparecem por lá. Então, eu acho que as pessoas têm a sua própria idéia a respeito dessas comunidades, e simplesmente porque não se parecem com as nossas comunidades, não significa que eles vivam de um jeito diferente, eles têm uma pessoa que toma conta... ele tem um cargo diferente... mas a relação ainda é a mesma... é uma comunidade viva.

O fato de que a interação entre a família de Mônica e a população da favela adjacente ocorra através dos trabalhadores domésticos (os guardas e o jardineiro) que prestam serviço no seu prédio, é significativo para esse estudo. Repetidas vezes percebi, no meu campo, como a presença da relação trabalhador doméstico/patrão figurava como experiência formativa de interação com pessoas de perfis socioeconômicos mais pobres. As relações com trabalhadores domésticos, especialmente empregadas e outros que prestam serviço diário dentro das casas e apartamentos dos seus empregadores, são muitas vezes de longa duração. Em muitos casos, especialmente entre os estudantes da *Graded*, ouvi relatos de empregadas que permanecem

anos ou até décadas dentro da mesma família, acompanhando as vidas das crianças desde pequenas até a idade adulta. Assim, muitas vezes as primeiras experiências de interação com pessoas de outros perfis socioeconômicos, relatados nos depoimentos dos atores do meu campo, foram as relações com trabalhadores domésticos nas casas dos seus pais, relações essas que antecederam por muito tempo suas primeiras experiências de filantropia. Tais relações poderiam não ter ligação direta com as atividades filantrópicas desempenhadas atualmente por esses atores – de fato, raramente tinham –, mas em quase todos os casos, forneceram (e continuaram a fornecer, através da interação com novos empregados domésticos na vida adulta) uma base de experiência e conhecimento que informava as suas idéias sobre as classes populares, sobre desigualdade socioeconômica e sobre as relações (existentes e esperadas) entre classes sociais distintas.

De fato, o trabalho doméstico é uma fonte muito mais comum de interação entre classes sociais diferentes na cidade de São Paulo do que as relações que nascem do trabalho filantrópico.⁵⁸ Apesar desse tipo de interação não ser o foco de análise deste trabalho, vale mencionar as maneiras pelas quais as redes de filantropia aqui traçadas se interligam com as redes de relações sociais do entorno desse trabalho, pois, como os depoimentos do meu campo mostram, as duas formas de interação fazem parte de uma única teia de relações de desigualdade socioeconômica na cidade. Entre as elites que desempenham algum tipo de trabalho filantrópico, as relações passadas e atuais com empregados domésticos influenciam e são influenciadas pela experiência da interação através da filantropia. Esse é certamente o caso de Mônica, que fala a seguir sobre o relacionamento com a empregada de sua família:

A minha empregada está com a minha família há vinte e cinco anos, então é como se fosse a minha mãe... quando eu era pequena, chamava-a de “mãe preta”... então, vou dormir na casa dela uma vez por mês, e ela mora numa favela [...] Estou acostumada a ir visitá-la na sua casa, ficar com os seus netos, e conviver com aquela comunidade. Não é esquisito para mim.

Você não se sente desconfortável?

Não, eu... para mim, o que me incomoda é a violência, porque eu sei que a casa em que eu dormi, eu sei que o namorado dela, não sei como chamá-lo, foi baleado no sofá [...] É medo, mas não é medo deles. Eu sei que posso confiar neles... Não estou partindo do princípio que eles são pessoas más, e que eles querem me fazer mal, mas é como com todos nós, tem sempre uma pessoa ruim que arruína a reputação de todos os outros, então é mais isso, é isso que me incomoda, e não o conviver com eles.

⁵⁸ Entre os estudos sobre as relações entre trabalhadores domésticos e seus patrões no Brasil, destacam-se o de Kofes (2001) e o de Brandt (2003). Outro trabalho importante é o de Hondagneu-Sotelo, sobre trabalhadores domésticos em Los Angeles (2001).

Mônica explica como a sua relação e a relação dos seus pais com a empregada da família influencia a maneira em que ela interage com pessoas de outros perfis socioeconômicos:

A minha empregada me leva para a escola no carro dela, que eu acho muito legal... e eu a chamo de “tia” porque essa é a minha relação com ela [...] Bom, meus pais nunca me disseram “você não pode discriminar [ninguém]”, ou “você não pode julgar alguém por causa da...” nunca falamos sobre isso, acho que simplesmente ficou implícito pela forma que receberam a minha empregada na minha casa... então acho que foi mais como... uma coisa que ficou marcada, vê-los tratando-a como parte da família, para mim... fez-me sentir que era assim que se devia tratar uma pessoa.

Assim como as preocupações com a discriminação social fazem parte da ética da família de Mônica, entre eles o trabalho social também é bem valorizado. A sua mãe trabalha em uma ONG internacional, sediada em São Paulo, e seu pai, em uma corporação transnacional com grande atuação na área da Responsabilidade Social Corporativa. Mônica conta que “se você tem oportunidades, o mínimo que pode fazer é dar aos outros alguma oportunidade [...] essa noção de compartilhar é muito importante na minha casa” e é uma noção que ela leva a sério, como podemos ver pelo número de atividades de ‘serviço comunitário’ de que participa:

Dou aulas de inglês para o pessoal da manutenção, porque eles não podem vir aos sábados [frequentar o FALA], pois trabalham aos sábados, então todos que querem fazer aula, seja da manutenção ou do pessoal da limpeza, eu dou aula para eles às quintas. Vou para a Sister School sempre que posso [...] Faço parte de um projeto de serviço comunitário com índios, achei que seria uma boa forma de me conectar com a minha cultura, com os índios xavante, entregamos material escolar para eles, na aldeia deles no Mato Grosso, então... é um projeto que nos toma durante quase todo o ano... mas também coisas menores, como arrecadação de fundos para as vítimas do Katrina, e... tento participar de tudo que a escola oferece.

Mônica, porém, incomoda-se com a ênfase nas minhas perguntas sobre filantropia como atividade desenvolvida por pessoas de alta condição financeira em benefício de pessoas menos privilegiadas. Para ela, o ato de ajudar ao outro tem o mesmo significado independente do perfil socioeconômico, seja daquele que ajuda, seja do beneficiário. Em resposta a uma pergunta sobre o papel da filantropia das elites na redução das desigualdades socioeconômicas, disse-me que

Não acho que deva ser assim... “por ter dinheiro, tenho que fazer alguma coisa”. [...] Acho que talvez a sua definição seja um pouco distorcida para mim, porque eu acho que ajudar alguém a fazer a lição de casa, para algumas pessoas... é somente ajudar por ajudar... é isso que é filantropia para mim... e não importa a classe [social] da pessoa [...] vemos países como a Alemanha, e a Bélgica, onde 90% da população dá dinheiro para o serviço social, para o

trabalho voluntário nas escolas, mesmo para as escolas em que seus filhos trabalham, nem mesmo para comunidades diferentes, mas a noção de envolver-se e fazer mais está mais presente. [...] Acho que a solução é algo geral, como os esforços da comunidade mundial [...] não acho que há uma responsabilidade maior só porque você tem mais dinheiro. Acho que qualquer um pode ajudar.

No raciocínio de Mônica, melhorar os problemas sociais é responsabilidade de todos, e todos podem, e devem, trabalhar para essas melhorias, independente da sua classe social.⁵⁹ Essa perspectiva é relacionada à maneira pela qual Mônica pensa sobre a desigualdade socioeconômica, e sua própria posição frente ao outro menos (ou mais) financeiramente privilegiado. Mônica tem bastante consciência dessas desigualdades, e percebe-as como se fosse uma gama de sutis diferenças, na qual ela ocupa uma posição intermediária, mais do que como uma diferencia dicotomizada entre “nós” e “eles”, “ricos” e “pobres”. Quando lhe perguntei sobre quando começou a perceber as desigualdades sociais do seu país, Mônica relatou duas experiências pessoais, a primeira ocorrida quando tinha nove anos e a segunda, aos quatorze:

Antes de me mudar [para o exterior], a filha da minha empregada morreu, e acho que ela não tinha dinheiro para enterrá-la, então nós pagamos [o enterro], e me lembro bem do seu olhar, como se dissesse “puxa, não tenho dinheiro nem para dar algo básico para a minha família”, e isso me machucou.

Quando eu entrei na Escola Graduada, pedimos uma bolsa de estudos... e não é na mesma medida, mas é mais pessoal... porque eu me lembro de olhar para o meu pai e ele estava se sentindo... eu sabia que ele estava se sentindo um fracassado por não poder pagar a mensalidade de R\$ 5.000,00, o que é um absurdo, então, sabe, não é na mesma medida, “não sei o que vou dar para os meus filhos comer”... é um patamar diferente, mas o sentimento, para mim, é o mesmo.

Nessas duas experiências dentro de sua própria casa, Mônica, criança, acompanha o sentimento de uma mãe/pai que se encontra sem recursos financeiros para pagar um serviço para sua filha – o enterro de uma menina, a educação da outra. Apesar de ser difícil comparar tais serviços (um enterro simples e a mensalidade de uma escola de altíssimo padrão) – de fato, a própria Mônica considera que estão em um “patamar diferente...” –, é a proximidade percebida por ela entre os sentimentos do seu pai e de sua empregada que aqui tem relevância. Pois, nessa fala, Mônica revela um elemento importante para nossa investigação sobre a desigualdade socioeconômica: a fronteira entre riqueza e pobreza e a definição de quem é pobre e quem é rico estão sempre em movimento, dependendo de como os parâmetros de

⁵⁹ Esse argumento de Mônica reflete uma série de conceitos sobre cidadania e a intervenção da sociedade civil no meio social, comum ao discurso de diversas entidades do assim chamado ‘terceiro setor’. Retomaremos esse tema no próximo capítulo.

riqueza/pobreza se definem em cada situação. O conceito de ‘desigualdade’ entra na consciência de Mônica e ganha sentido quando ela presencia tanto o desconforto de sua empregada em não poder pagar o enterro da filha, quanto o de seu pai em não poder pagar sua própria educação (por mais vultosos que sejam os valores envolvidos nessa última).

Dentro da Escola Graduada, inclusive, a noção de desigualdade financeira encontra-se bem afinada entre os alunos. Nos casos dos estudantes estrangeiros – dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Índia, Coréia e outros países da América Latina, cujos pais trabalham em grandes corporações transnacionais e foram transferidos para trabalhar temporariamente no Brasil –, a mensalidade da escola normalmente é paga pela empresa dos seus países, como parte do pacote de benefícios recebidos na sua transferência para o Brasil. Nesse caso, tais famílias não teriam necessariamente as condições de pagar uma escola desse padrão em seus próprios países. A população estudantil brasileira da escola, por sua vez, em geral vem de famílias com perfil socioeconômico muito elevado. Alguns brasileiros, cujos pais não têm condições de pagar a mensalidade inteira, concorrem a uma bolsa parcial para ajudar com esse custo. Há ainda algumas poucas bolsas competitivas para filhos de funcionários da escola (guardas, motoristas, pessoal da manutenção e limpeza etc.), que em geral possuem perfis socioeconômicos muito mais baixos.

Tal diversidade é um elemento forte na formação das relações sociais dentro da escola. A hierarquia das condições financeiras das famílias dos alunos é conhecida intimamente por todos, através de sinais que formam parte da comunicação cotidiana: marcas de roupas, equipamentos eletrônicos (celulares, *players* de MP3 etc.), endereço e estilo de habitação, destinos de férias, nível de segurança mantido em torno de cada família (há vários alunos, por exemplo, que andam com segurança privada fora da escola) e assim por diante, sem falar da informação, por todos conhecida, de quem tem bolsa escolar e de quais as profissões dos pais.

Cada estudante conhece bem a sua posição nessa hierarquia. Mônica, como já vimos, encaixa-se no perfil do estudante nacional que frequenta a escola com a ajuda parcial de uma bolsa. Mônica, dentre outros estudantes entrevistados, faz uma conexão entre a condição financeira dos alunos da escola e seu comportamento frente às diversas personagens desse ambiente (outros alunos, professores, funcionários). Ela explica que, em geral, os alunos brasileiros têm pais

... extremamente ricos, então tem sempre aquela noção de... mesmo entre nós, algo do tipo “Sou melhor do que você, o meu pai paga a mensalidade integral”... “Tenho o direito de fazer isso” porque “pago R\$ 5.000,00 de mensalidade, por isso é claro que eu posso escrever nas carteiras”... porque tem gente para limpar... é como se estivesse comprando um produto, tenho o direito

de fazer o que quiser com esse produto. Então não tem nada a ver com a coisa da comunidade, do tipo “vamos cuidar da nossa escola”, é muito mais “o meu pai paga”. E não acho que os expatriados [estrangeiros] tenham essa noção, pois os pais deles trabalham para ganhar a vida. Tem muitos pais aqui que nunca trabalharam, mas que são extremamente ricos [...] simplesmente pagam para fazer o que quiserem.

E fica claro, dentro da Graded, quem se encaixa nessa categoria?

Sim, claro, e existe uma segregação dentro da *Graded*, e as pessoas podem dizer que não existe, mas é porque fazem parte do ‘grupo.’

Mônica também traça uma correlação entre a posição dos estudantes da escola nessa hierarquia e a escolha de participar nos programas de serviço comunitário:

O que é curioso sobre o FALA é que todos os alunos que têm bolsa estão envolvidos com o FALA ou no projeto da *Sister School*. Acho que existe uma correlação muito interessante [...] não consigo lembrar de ninguém no FALA que seja assim, tipo super rico, mas os poucos que são ricos são extremamente humildes. Não se vê ninguém esnobando.

No seu modo de ver, quando um estudante da Escola Graduada opta por participar do FALA, entre as diversas opções de serviço comunitários oferecidas por essa escola, sua escolha carrega uma certa atitude frente à segregação socioeconômica que ordena o mundo por dentro e fora da escola. Para Mônica, a atitude sobre e lugar na hierarquia das coisas deve ser tratada à parte; a atitude ‘humilde’ por parte dos poucos alunos de condição financeira muito alta que participam do FALA destaca-os dos outros alunos mais ricos da escola, e se torna condição e razão da sua participação no programa. Esse olhar lembra o depoimento do Michael Michell sobre o estudante Daniel, cuja mudança de postura e comportamento em relação as suas prioridades pessoais e responsabilidades dentro do FALA foram resultado e condição da continuação de sua participação no programa.

Mônica dá aula no FALA há cinco anos – ela me conta que é a ‘veterana’ entre os professores do programa – e ensina a mesma turma durante todo esse tempo. Disse que seus alunos já são amigos, que a amizade na sala ajuda todos a relaxar e a aproveitar melhor as aulas, e conta que já foi convidada para participar de eventos fora da escola com eles, como um casamento, e o enterro do tio de uma aluna. Realmente, o ambiente na sua aula é descontraído, com bastante diálogo entre a estudante-professora e seus alunos. Tais relações de amizade, porém, estão geralmente confinadas à sala de aula, e se estruturam em referência à dinâmica professor-aluno. É dentro desse contexto, então, que Mônica e seus alunos têm a oportunidade de explorar elementos da experiência compartilhada, bem como os limites da mesma. São

nesses momentos que o conceito um tanto abstrato da desigualdade – e as oportunidades e expectativas ligadas a ele – tornam-se mais concretos:

Pelo fato de terem a minha idade, consigo me conectar com eles... falamos sobre música e os programas de televisão que a Globo transmite em português, que são os mesmos que eu assisto na Warner, ou outro, mas há algumas coisas que gostaria de ensinar a eles mas não consigo, como na semana passada, em que íamos dar uma aula sobre viagens, e nós nos demos conta: qual a probabilidade deles entrarem num avião? [...] Em uma turma, faz dois anos, uma turma avançada, fizemos currículos, foi muito legal, mas depois perdi duas alunas que ficaram grávidas... então, por mais que eu tente ajudá-los a ter um futuro profissional, tem sempre uma barreira [...] uma das que ficaram grávidas era uma excelente aluna na sua escola, então a Porto Seguro lhe ofereceu uma bolsa, mas ela perdeu. Ela queria fazer medicina na USP, ela tinha tudo para dar certo. E a gente se sente frustrada, porque, por mais que tentemos ajudar, tem sempre um limite àquilo que podemos fazer.

Plenamente consciente das desigualdades no seu entorno, Mônica acha importante ‘ajudar’ onde puder. Segura e tranqüila com relação à sua postura e ações nesse campo, ela ocupa seu papel de intervenção filantrópica com agilidade e confiança. Mas não é para todos que a experiência de participar do FALA tem sido tão tranqüila, como veremos a seguir.

Sara

Eu gostava muito de ir [para FALA] todo sábado, eu achava que eu estava realmente fazendo algo importante. E eu comecei a conhecer os meus alunos mais... e eles falavam coisas que para mim eram quase chocantes sempre, e eu não podia mostrar, porque eu era muito orgulhosa. Eu não queria ser a menininha privilegiada...

Conheci a Sara no começo da minha pesquisa de campo na Escola Graduada, recém-chegada dos Estados Unidos, onde cursava a universidade. Aos 19 anos, havia completado a última série do ensino médio na *Graded* há um ano, escola em que estudara desde os cinco anos. Enquanto estudante da *Graded*, Sara deu aula no FALA durante dois anos. Seu desempenho no programa levou-a a ganhar, junto com a colega com quem dividia a sala de aula, um prêmio escolar para o serviço comunitário chamado *The Good Will Service Award*. Como no caso de Mônica, Sara freqüentava a escola com a ajuda parcial de uma bolsa, e também como Mônica, tem bastante consciência das desigualdades no seu entorno. No entanto, entende sua posição em relação a essas desigualdades de uma maneira algo diferente da de Mônica. Para Sara, pensar em desigualdade significa envergonhar-se pelos amplos privilégios sociais e financeiros aos quais teve acesso a vida inteira, e perceber que são poucos os que se encontram na sua situação. “Passei a minha vida inteira aqui em São Paulo”, disse-me, “mas não São Paulo como a maioria da população brasileira vive [...] São Paulo numa bolha”. Tal reflexão deixa Sara

bastante incomodada. Na sua fala, percebo que esse foi um fator que a levou a trabalhar no FALA:

[FALA] era uma ótima oportunidade para ensinar, através do inglês, muitas outras coisas que eu tinha tido a oportunidade de aprender com a minha... a vantagem que eu tive de nascer na casa que eu nasci. Acho que uma época eu comecei a pensar: “porque eu nasci lá, porque eu não nasci na favela, o que eu fiz para merecer...?” Então eu achava que eu tinha que fazer alguma coisa. Não sei, eu acho que também eu tinha toda uma curiosidade de saber... de conhecer gente de uma comunidade tão diferente da minha. [...] para mim, tendo crescido na *Graded*, esse sentimento tem que surgir. Tipo indo de ônibus todo dia para a escola, ônibus escolar, sabe, não o ônibus comum! Com um X enorme no teto, caso nos seqüestrassem, para poderem nos rastrear de um helicóptero. Nunca aconteceu, mas eu ainda achei meio engraçado... mas a gente passava por Paraisópolis indo para a escola [...] todos os dias ela [a favela] aparecia entre os prédios, geralmente quando eu acordava no ônibus, e era o momento em que passávamos [ao lado da favela], às vezes parávamos, às vezes não, mas sempre me fazia pensar “argh!”

Esse incômodo traz várias questões para Sara. Sentimento de culpa, por ter nascido com tanto privilégio, desespero com as injustiças do mundo, responsabilidade de intervir para mudar o modo como as coisas são. Mas como intervir? E onde? E quanto tempo dedicar a isso? Diferente de Mônica, para Sara, participar do FALA não resolvia essas questões. Pelo contrário, a oportunidade de interagir com pessoas dos bairros populares e favelas do entorno da escola muitas vezes deixava essas questões ainda mais difíceis de responder:

Acho que é o fato de perceber que tem muito mais que eu poderia fazer. E que seria ótimo se fizesse porque tem as pessoas que não são mais pessoas aleatórias, como as pessoas da favela, são a Maria, o José, amigos meus, quase. E talvez eu pudesse melhorar a vida deles, tem tantas coisas que eu poderia fazer pelos filhos deles. Enquanto isso, é sábado e estou preocupada com o que vou fazer à noite e eles estão se preocupando, sei lá, se vão conseguir comer ou não. E uma coisa leva à outra e à outra e todas as coisas que eu deveria estar fazendo, mas que não pude, na verdade. Era toda essa batalha sobre o que eu sei que poderia estar fazendo e que seria ótimo para todos, mas eu teria que desistir de todos os sonhos que tenho desde pequena. Ou tinha que alcançar um equilíbrio, que eu tentei, sabe, mas ainda não é justo. Eu fui estudar nos EUA, era o meu grande sonho e não estava disposta a abrir mão dele. Mas com esse dinheiro, sabe, poderia estar fazendo tanta coisa. Mas ao mesmo tempo, sabe... não é culpa minha que nasci nessa [realidade]. E acho – isso já está quase fora do assunto, mas na verdade não está – eu costumava pensar muito sobre isso, sobre como eu achava que alguns dos meus alunos do FALA eram tão felizes quanto eu. Porque mesmo ter dinheiro não significa que você é feliz.

O problema parece insuperável; a dedicação pessoal necessária para um mundo mais justo exigiria um sacrifício enorme, desistir de todos seus sonhos futuros. Sara não consegue identificar as origens dessa preocupação com a desigualdade socioeconômica. Enquanto seus

pais nunca a impediram de participar do FALA e outros programas de serviço comunitário – orgulhando-se, no fundo, da sua dedicação nessa área –, também não a encorajavam. Acreditavam que tais trabalhos ocupavam muito do tempo de Sara, distraíndo-a do trabalho escolar, deixando pouco tempo para o descanso e desviando seu foco dos seus sonhos e objetivos de, no futuro, estudar no exterior. Já seu irmão, relata Sara, pensa de maneira diametralmente oposta. “A coisa mais importante na vida dele é ganhar mais dinheiro e status, ir a baladas fenomenais, restaurantes conhecidos, usar roupas chiques e andar com pessoas importantes”, uma atitude bastante comum em muitos outros alunos da escola: “tem tantas pessoas na minha escola que saem à noite e gastam R\$ 90 para entrar numa boate, eu sempre tento ficar quieta porque sei o que eles vão me responder, mas às vezes não agüento e digo “R\$ 90? Você sabe a quantidade de comida que dá para comprar com esse dinheiro, para alguém que não vai ter nada para comer no dia seguinte?”

Apesar de não receber muito estímulo para essas atividades em casa, Sara gostava de envolver-se com o serviço comunitário da escola desde pequena. Sua primeira atividade nesse sentido foi em um orfanato. Depois, participava das viagens à Ilha do Cardoso, levando materiais escolares para as comunidades da região. Por volta dos dezesseis anos, começou a perceber a política em torno da responsabilidade social na escola e, já levando muita a sério a sua participação, começou a preocupar-se com as motivações dela e das pessoas no seu entorno, antes de decidir participar de um programa ou outro. A esse respeito, sua fala lembra as preocupações de Michael Michell, coordenador de FALA:

Tentaram impor [programas de] serviço comunitário na Escola Graduada desde muito cedo. Ao mesmo tempo, nos instruem, de uma maneira ou de outra, que o serviço comunitário é ótimo para o currículo. Por isso, toda vez que começava a participar de algum [programa], era muito difícil ter que dizer “Eu tenho que saber que não estou fazendo isso pelo currículo.” Eu sabia que não era [pelo currículo], na minha cabeça, mas ao mesmo tempo eu me dizia: “mas se eu sei que vai ser bom para o currículo, talvez eu deva fazer algum [trabalho] fora da escola e nunca incluí-lo [no currículo].” Mas então como isso vai ajudar? Eu fico me falando “eu não devo tirar vantagem [do programa]”.

Como Michael, Sara também se preocupa com a idéia de misturar a filantropia com ganho pessoal. Preocupa-se também com o valor das atividades que está desenvolvendo, seu impacto e durabilidade. Essas duas preocupações foram centrais à sua decisão de entrar no FALA no momento em que, ao ingressar no curso de IB, foi obrigada a se dedicar com mais freqüência a um programa de serviço comunitário. Muitos dos seus colegas, conta-me, escolheram qualquer

programa, sem critério, preocupados somente em completar o número de horas de serviço exigidos pelo programa. Mas Sara

... queria fazer alguma coisa que pelo menos eu acreditava. E eu parei de acreditar um pouco na Ilha do Cardoso e outros projetos. Também tem um que vai para a Amazônia. Eu ia nesses projetos porque eu gostava de ajudar, mas também porque era uma viagem muito divertida, com os amigos. E eu acreditava que levar materiais para uma comunidade não era um serviço comunitário muito duradouro, porque você dá uma coisa para alguém e acaba. Sabe, eu não sei como eles dizem, mas compra peixe para alguém em vez de ensinar a pescar? E eu acreditava em ensinar a pescar. [...] Nunca gostei do fato de que as pessoas fossem para a Ilha do Cardoso ou fossem ajudar os povos da Amazônia, com Paraisópolis do outro lado da rua. É que ir para outro lugar parece muito mais nobre, dá muito mais publicidade e é uma ótima oportunidade para viajar de graça, sabe? E conhecer a Amazônia brasileira e voltar para casa e poder dizer “eu ajudei os índios da Amazônia”, sabe?”

Como já vimos no começo desse capítulo, na medida em que as redes em torno dos programas de serviço comunitário da escola começam a se revelar, as complexas relações através das quais essas redes foram tecidas também começam a surgir no campo. Falando dos motivos que levam os estudantes da escola a prestar serviço comunitário, Sara também me relata a história de Daniel. Na sua versão, porém, o entusiasmo surpreendente de Daniel, que abriu mão de uma grande parte das suas férias para dar um curso intensivo de inglês para seus alunos do FALA, ganha um caráter um tanto suspeito. Para Sara,

... tem dois lados de olhar, um jeito cínico que é tipo assim ‘muito esperto,’ e o outro jeito que é assim “nossa, isso é o máximo.” Mesmo que ele tenha sido muito esperto, mesmo que ele tenha tido motivos ocultos – eu acho que ele não teve, mas mesmo que ele tivesse tido – ele estava ajudando muita gente, e tomando o seu tempo pessoal. Isso é uma coisa que eu acho que aprendi no FALA. Às vezes eu achava que você tinha que fazer serviço comunitário e realmente entender o que você estava fazendo e se desconectar de... hoje em dia eu acho que não. Eu acho que se você é um cara rico que não tem noção do que está fazendo, mas você está ajudando alguma coisa, por exemplo grandes empresas que resolvem ajudar comunidades na África porque sai bonito no papel, eu não acho isso super legal, só que eu acho que é super legal ao mesmo tempo porque está ajudando muita gente.

Porque que muito esperto?

A resposta mais óbvia é o ingresso na universidade. Porque você está mandando um currículo e o que você faz nos últimos dois anos de escola aparece lá, sabe.

Mesmo assim, por que isso é tão bem visto?

[...] eu acho que se você não é uma pessoa cínica, você vê esse ‘muito esperto’ não como muito esperto, mas como uma vontade de... uma habilidade de olhar ao redor, de trabalhar em grupo, de perceber que existem outras pessoas no

mundo além de você, de ter motivação pessoal, fazer coisas, tem muitas qualidades eu acho que também... ah, a minha resposta óbvia é que o serviço comunitário é o máximo! Mas eu não acho que todo mundo veja isso pelo seu motivo original... é importante você fazer serviço comunitário porque é boa publicidade para a sua empresa, ou porque as pessoas acham que você é um benfeitor e confiam mais em você. Mas para uma faculdade é porque alguém que faz serviço comunitário tem uma noção mais abrangente do mundo.

A fala de Sara aponta para um paralelo importante entre as esferas de ação que se interconectam no meu campo. O seu questionamento sobre os motivos que levaram Daniel a abrir mão das suas férias em prol do seu compromisso com o serviço comunitário pode ser entendido de diversas maneiras: a inveja do reconhecimento atribuído a um colega por um ato benevolente, a percepção de que o raciocínio desse colega foi, de fato, movido pelo ganho pessoal (e quem disse que os dois não podem ser reais ao mesmo tempo?). Mas o interessante aqui é observar como, ao fazer uma ligação entre o ato de Daniel e as ações de responsabilidade social corporativa das grandes empresas que vê no seu entorno, Sara reconhece o FALA e as ações de tais empresas como parte de uma mesma rede de relações em torno da questão da responsabilidade social.

Apesar de fazer parte da mesma rede de relações sociais e freqüentemente trazer reflexões semelhantes, as atividades de serviço comunitário dentro da escola e as da responsabilidade social corporativa das empresas são, ao mesmo tempo, práticas distintas e também imaginadas de maneiras diferentes. Uma das distinções é a ênfase na interação entre os jovens estudantes da *Graded* e os beneficiários dos programas de serviço comunitário, discutido acima no caso do FALA.⁶⁰ Tal interação, para muitos dos estudantes-professores com quem conversei, era um elemento importante do programa, algo que muitos, como no depoimento abaixo, de Sara, buscaram desenvolver:

Eu e a [minha colega], a gente queria muito ensinar outras coisas através do inglês. A gente queria estabelecer uma relação de amizade quase, mas, tipo, mesmo para compartilhar as nossas diferenças culturais através da aula de inglês. Era o nosso objetivo pessoal. Então muitas vezes na aula a gente fazia trabalhos que envolviam falar um pouco sobre experiência, o que você mais gosta de fazer, quais são os seus sonhos.

A experiência de conhecer seus alunos e aprender sobre suas vidas, através dessas tentativas explícitas nas aulas e também, de modo mais abrangente, por meio da sua participação cotidiana no programa, trouxe reflexões distintas para Sara. Por um lado, ela sentia uma

⁶⁰ Há, é claro, casos de responsabilidade social corporativa em que tal interação também é enfatizada – especialmente em projetos que promovem o trabalho voluntário entre os funcionários das empresas – e programas de serviço comunitário que não têm esse elemento, enfocando mais na doação de dinheiro e recursos. Mas, em geral, a distinção é representativa.

afinidade com seus alunos. A descoberta dessa capacidade de relacionar-se com eles foi uma experiência nova:

Tem você e o outro, e eu acho que quanto mais em contato com o outro você está, mais você percebe que eles, na verdade, não são o outro. E que não somos tão diferentes assim. Embora eu ainda diga “eles”. Tem muitas contradições, mas, não sei, acho que foi diferente descobrir que eu posso me relacionar com pessoas que vivem em um mundo diferente.

Ao mesmo tempo, Sara também sente que “ainda tem tantas barreiras”, e que, por mais que tentasse se relacionar, a experiência dos seus alunos permanecia sempre muito distante da sua. O exemplo de uma aluna que faltou na aula da Sara mostra as maneiras inesperadas pelas quais essa distância se revela no contexto do programa:

Essa minha aluna faltou duas aulas, ela faltou duas semanas. E aí quando ela chegou, eu falei “ah, porque você faltou, né?” Não fiquei brava com ela, eu só falei “você não devia ter faltado” e não sei o quê lá. E ela falou uma coisa do tipo “ah, é que eu tenho um filho” – ela era bem nova, tinha uns 19 anos – “é que o meu filho não tinha com quem ficar, e o meu marido...” sei lá, perdeu o emprego, uma coisa assim que eu não tinha nem imaginado, “minha casa se destruiu.” Mas eu tinha achado que ela não veio porque sabe, né, na minha cabeça porque ela não quis vir. E eu fiquei pensando “nossa, eu não acredito que eu pensei que ela não quis vir”. E tinha vários momentos assim.

Sara conta do incômodo que sentia nesses momentos, em que as diferenças entre a experiência dela e dos seus alunos se revelavam, deixando expostas as desigualdades entre eles:

Aí tinha aquele momento sem graça, não sabe bem o que falar, como não ofender, como não falar uma coisa absurda. Eu tinha isso muito também, o que eu vou falar em relação àquilo? Porque eu posso dizer alguma coisa, só que num nível que não tem nada a ver. Mas você fala... às vezes eu fico com vergonha de parecer idiota, uma garota mimada.

Essa mistura de tensão e entusiasmo quanto à interação entre estudantes-professores e alunos do FALA era palpável em todo o meu campo. Todos os estudantes-professores com quem conversava falavam com orgulho das amizades cultivadas com seus alunos dentro da sala de aula e, na maioria das aulas que observei, podia constatar uma atmosfera amigável, em que estudantes-professores e seus alunos trocavam brincadeiras e conversavam tranquilamente entre si. No entanto, como já vimos acima através do depoimento de Lucinha, nos eventos sociais organizados pelo programa e mesmo nos corredores da escola na hora do intervalo entre as aulas, a situação era diferente. Nesses momentos, parece que os alunos e seus estudantes-professores tomavam-se de certa timidez e a interação diminuía. De fato, a sala de aula parecia oferecer um espaço (e atividades) mais seguro, em que as experiências distintas

dos estudantes-professores e seus alunos podiam ser exploradas de forma gradual. O olhar de Marcelo, outro estudante-professor do programa, revela mais sobre a experiência dessa interação.

Marcelo

A minha relação com os alunos do FALA é excelente [...] é um dos pontos altos do FALA, para mim, acho que sempre foi [assim], como se as diferenças fossem esquecidas por um momento. Pelo menos eu não as sinto, não sei se eles sentem assim.

Marcelo tem 17 anos e morou a vida inteira em São Paulo. Quando era pequeno, morava no bairro dos Jardins, mas logo se mudou para o Morumbi, e desde então mora na mesma rua da Escola Graduada. Ele dá aula no FALA há três anos e meio. Ao contrário de Mônica e Sara, conta que se interessou pelo programa somente porque achava que ficaria bem no seu currículo na hora de tentar ingressar na faculdade, e porque estava cursando o programa IB e precisava cumprir as horas exigidas de serviço comunitário. No começo, ele conta, estava pouco comprometido com o programa:

Quando eu comecei... não sei, eu sou meio tímido, não sou do tipo que se envolve, achava um tédio ter que acordar cedo e vir para cá, o meu compromisso não era verdadeiro. Daí, na décima série, lembro de [uma vez em que] eu estava observando uma aula, não era nem um aluno da *Graded* que estava dando essa aula, era uma mulher que às vezes ajudava [o projeto FALA], ela estava dando a aula e eu observava, uma aula que não era a minha. Daí, lembro que no fim da aula aconteceu o seguinte, não sei, nem me lembro do nome da garota, acho que era Vilma [...] e a professora falou comigo, disse “você está vendo aquela garota, a Vilma, ela trabalha numa padaria”, algo assim. E ela tinha decidido aumentar a sua carga horária durante a semana, para poder ter o sábado de manhã livre para vir ao FALA. E foi um choque porque você se sente um nada, de verdade, você se sente o egocêntrico, porque eu não queria vir aqui, não que eu não quisesse vir, na verdade eu não queria acordar cedo num sábado porque faço outras coisas no final de semana, esse tipo de coisa. E depois disso, não imediatamente, não mudou o meu modo de pensar imediatamente, mas ao longo do programa a coisa não saía da minha cabeça. Eu não estou fazendo isso... eu estou fazendo isso por eles, eles é que acham [as aulas] muito importantes, então temos que respeitá-los, porque alguém precisa ajudá-los com isso, se não eles nunca vão poder aprender se realmente quiserem aprender.

Esse relato possui elementos da ‘transformação’ efetuada no caso de Daniel, mas Marcelo expressa ao mesmo tempo um certo ceticismo sobre o alcance do programa, atribuindo aos seus alunos o papel de julgar seu impacto:

Não sei o quanto o [estudo do] inglês pode ajudá-los. Mas para eles parece muito importante, e muitos deles vieram falar comigo, dizendo que [o

programa] vai mudar a sua vida, que vai abrir novas oportunidades, acho que eles conhecem melhor essas oportunidades do que eu, então, se for importante para eles, então acho que é algo que a gente deve ajudar.

Como Sara, Marcelo também passa por momentos tanto de aproximação quanto de estranhamento nas suas relações com os alunos de sua sala. Em geral, dá-se muito bem com eles, e às vezes, no sábado à tarde, depois das aulas, joga futebol com o pessoal que trabalha durante a semana como guardas na *Graded*, no campo da escola. Ele sente, porém, que tais relações são limitadas, e entende quase como exceção à regra o caso de um aluno se que aproximou mais do que os outros:

Eu realmente me dou bem com os meus alunos [mas] não sei se eles se abrem comigo de verdade e me falam da vida deles, isso eles não fazem. Acho que teve um que se aproximou de mim, no ano passado, um aluno que começou a falar das dificuldades que ele estava vivendo, e que ele estava tentando arranjar um emprego de motorista e até me pediu que eu o ajudasse, para eu ver com os outros alunos se alguém estava precisando de motorista. Acho que talvez essa tenha sido a relação mais próxima a um relacionamento pessoal. É uma realidade diferente, a nossa e a deles. Para eles é difícil abrir-se, para nós também, sabe, são vidas diferentes.

A ‘realidade diferente’ dos seus alunos fora da escola permanece oculta a Marcelo. As suas raras experiências de conhecer os espaços urbanos dessa realidade têm sido um pouco assustadoras. Apesar de Paraisópolis estar à sua porta, Marcelo passa por lá poucas vezes, só quando o trânsito exige um desvio da rota (muitos estudantes da *Graded* me contam que conhecem a favela da sua vizinhança somente pela janela do carro, na hora em que seu motorista resolve evitar o trânsito, pegando uma rua que passa por dentro dela), e uma vez quando acompanhou um colega da escola que foi buscar a sua mãe, que trabalha como voluntária no programa do Hospital Albert Einstein (programa a ser tratado no próximo capítulo). A única vez em que esteve lá, a não ser de passagem, foi recentemente, quando um grupo de escolas particulares que oferecem o programa IB (incluindo a *Graded*), organizaram uma visita a uma creche comunitária, onde os estudantes das escolas passaram o dia fazendo atividades (capoeira, samba etc.) com as crianças.

É bem estranho porque a gente passa por ela todos os dias, mas na verdade [nunca] entramos. [...] Devo admitir que me sinto até um pouco com vergonha, pois quando eu entrei em Paraisópolis pela primeira vez, eu ficava olhando em volta e pensava “meu Deus, ele tem uma cara de meter medo!” É uma realidade tão diferente.

E como você se sente a respeito, você sente medo, curiosidade?

Acho que a minha primeira reação foi de medo. É estranho pensar que tem esta comunidade, esta favela, bem no meio de tudo. É tão enorme, e em volta dela inteira tem todas estas pessoas, que não têm consciência desse meio. [...] É difícil eu entender como as pessoas dessa favela conseguem olhar em volta e perceber que estão cercados de algo que é completamente diferente deles. Por isso, acho que é uma situação que acontece nos dois lados, do nosso, vindo de fora para dentro, e do deles, vindo de dentro para fora. Não sei, é difícil falar a respeito. [...] O aspecto físico representa tão bem a mentalidade da coisa, porque é esse submundo gigantesco que não conhecemos realmente, que está no meio da nossa vida, uma parte no meio da nossa vida que ignoramos, é um buraco e nós só andamos pela sua borda.

É inevitável que, de vez em quando, as desigualdades socioeconômicas entre estudante-professor e aluno se revelem na sala de aula:

Quando eu entro na sala, às vezes surge um comentário, como um problema de trabalho, ou um comentário sobre dinheiro, então a gente se sente meio... não é explícito, mas a gente se sente tenso.

Em geral, porém, a interação inusitada entre esses jovens de perfis socioeconômicos distintos normaliza-se conforme se desenrola o FALA. Na medida em que Marcelo começa a se acostumar com essa interação, as desigualdades entre ele e seus alunos deixam ‘naturalmente’ de chamar tanta atenção. Disse-me que:

Mas realmente, quando a gente entra na sala de aula do FALA, [...] não pensamos na vida deles fora da escola. Não posso dizer o mesmo deles, mas tenho certeza que pensam em mim como um estudante e um professor que tenta ajudá-los, e isso é legal, porque a gente nem pensa que as desigualdades estão sendo quebradas, a gente só vê que... é algo que se torna uma espécie de rotina, vira uma coisa normal entre eles e nós. Não é que... não sei como dizer, não estamos fazendo um esforço para esquecer essas desigualdades, acontece naturalmente. De vez em quando a gente até sente que existe uma desigualdade, mas não com frequência.

O que revela a experiência do Marcelo e seus colegas do FALA sobre as relações que constroem a paisagem da segregação urbana paulistana? O que acontece no FALA interessa tanto em termos do que o programa revela sobre a experiência e o imaginário dos jovens elites da cidade em relação a essa paisagem, quanto pelas maneiras com que busca introduzir nela uma experiência inusitada e transformadora. O resultado é ambíguo e, como já vimos, estimula reações variadas nos jovens atores cujos depoimentos temos ouvido.

O programa cria um espaço, sob a forma de uma sala de aula de inglês, que existe tanto no sentido físico (uma sala de uma escola normalmente ‘fortificada’) quanto no sentido simbólico (uma aula do programa), no qual se pode desenvolver uma relação entre esses jovens que não seja definida pelas desigualdades socioeconômicas entre eles. Ou seja, uma

relação diferente daquelas com os quais eles estão acostumados (empregada doméstica e filho dos patrões, funcionário de escola particular e estudante de escola particular, morador da favela e morador do prédio de alto padrão etc.). Tal relação traz uma série de ambigüidades: deixa as desigualdades mais visíveis, ao mesmo tempo em que parece fazê-las desaparecer; revela as experiências que os estudantes-professores têm em comum com seus alunos – e aquelas que são tão diferentes que dificilmente podem ser imaginadas; estabelece uma fronteira entre ‘rico’ e ‘pobre’ que vai além do programa e diante da qual os estudantes da *Graded* percebem seu próprio perfil socioeconômico com nova clareza (e confunde essa fronteira, transformando-a em uma zona cinzenta, através da revelação de uma série de sutilezas e continuidades); oferece uma oportunidade para efetuar a transformação (e traz dúvidas sobre a possibilidade de mudar o mundo).

Acima de tudo, o FALA revela que um contexto urbano de alta desigualdade e segregação não significa ausência de relações entre pessoas de perfis socioeconômicos diferentes. Pelo contrário, tais relações são o próprio material do qual se fazem tais dinâmicas urbanas, e a sua criação e sustentação são normalizadas no cotidiano das vidas de quem mora e trabalha nos espaços urbanos de segregação. Portanto, para os estudantes da *Graded*, as aulas semanais do FALA fazem parte. Fazem parte da vida da escola, da vida do bairro, da vida da cidade. Todavia, também devemos perceber que a reflexão sobre a desigualdade presente nas entrelinhas de tais aulas muitas vezes não acompanha esse cotidiano. Como explica Marcelo:

Eu raramente converso sobre isso, às vezes com os meus amigos. [...] O difícil sobre essas conversas – e às vezes também falo com os meus pais – é que não dá para encerrar a questão. A gente diz coisas e elas ficam flutuando e quando a gente sai da sala elas parecem continuar lá, porque é extremamente... extremamente difícil, se não impossível, achar uma resposta para essa situação. E mesmo agora estou tendo dificuldade em me expressar, porque tem coisas que eu sinto mas não consigo dizer, e na verdade não sei como expressá-las ou resolvê-las, mas também não quero só levantar questões.

Talvez seja esse ambíguo e precário equilíbrio entre a desigualdade e a sua normalização que faz da convivência nos espaços de segregação urbana uma experiência eivada de tensões implícitas. Para Marcelo, o FALA tem um papel importante nesse cenário. Ele vê, no programa, uma forma de aliviar as tensões do cotidiano urbano do seu bairro:

Acho que com o FALA e esses programas que têm interação, a gente aprende uns sobre os outros e vemos que esta pessoa que mora do lado de fora não é uma pessoa ruim, só é diferente de mim, vive uma vida diferente da minha, sabe, tive um pouco mais de sorte na vida, poderiam dizer... não sei, na verdade dizer que você é rico não necessariamente significa que você tem mais sorte... acho que esses pequenos programas liberam um pouco da tensão, como

uma válvula... e é isso que impede que os ânimos estourem, como numa panela de pressão. Acho que são importantes por causa disso, porque a gente tem a oportunidade de conhecer o outro lado, a gente vê as pessoas, caso contrário seria separado demais.

Do outro lado da Giovanni Gronchi, a avenida que separa a Escola Graduada da favela Paraisópolis, outra válvula também se movimenta do alto dessa panela de pressão urbana...

Capítulo 2. Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis: trabalho voluntário do outro lado do muro

2.1 Introdução ao campo

O Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP) é uma iniciativa do Instituto de Responsabilidade Social do Hospital Albert Einstein. Sua história, porém, é intimamente ligada ao trabalho do Departamento de Voluntários do hospital, que fornece atualmente cerca de 130 voluntários ao programa. Tais voluntários, a maioria mulheres na faixa de 40 a 60 anos,⁶¹ prestam diversos serviços no PECP em períodos semanais de quatro horas. Exceção feita a alguns profissionais de saúde que oferecem o seu trabalho de forma voluntária ao programa, a maioria dos voluntários trabalha em cargos de apoio, auxiliando os médicos, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos etc., empregados pelo hospital para trabalhar em período integral no programa.

Os serviços e atividades do PECP são todos gratuitos e oferecidos exclusivamente aos moradores de Paraisópolis. Ocorrem no *Complexo Telma Sobolh*, um conjunto de prédios localizado na própria favela, cujo título homenageia a presidente do Departamento de Voluntários. No primeiro desses prédios, o ambulatório, são oferecidos serviços de atendimento em saúde a 10 mil crianças de 0 a 10 anos. Aqui, bebês no primeiro ano de vida recebem mensalmente um acompanhamento geral de saúde e, depois de um ano, têm acesso a diversos serviços de saúde em geral, passando inicialmente por uma triagem diária e, se necessário, são encaminhados para especialistas nas áreas de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. O ambulatório mantém uma farmácia, e toda medicação prescrita pelos médicos é distribuída às crianças gratuitamente (é o Departamento de Voluntários que, excepcionalmente, arca com os custos desse serviço, por meio da arrecadação de doações). Em casos de doença mais grave, como leucemia, algumas crianças são encaminhadas para o próprio Hospital Albert Einstein, onde recebem tratamentos mais sofisticados do que aqueles oferecidos no PECP. O programa não oferece serviços de emergência e não tem um pronto socorro, mas, através de uma parceria entre o Einstein e o Hospital Santa Marina, na Vila Santa Catarina, toda criança registrada no PECP recebe um plano de saúde que lhe dá o direito de ser atendida neste

⁶¹ Atualmente, somente 5% dos voluntários do departamento são homens.

hospital em caso de emergência.⁶² Além disso, o ambulatório coordena campanhas regulares de vacinação, aplicando vacinas não oferecidas pelo Estado.⁶³

No ambulatório, as voluntárias atuam em três áreas. Na recepção, ajudam a receber e encaminhar as crianças e seus pais.⁶⁴ Na seção de biometria, elas são responsáveis por medir e pesar todas as crianças antes de serem levadas ao consultório médico e, na farmácia, são encarregadas de distribuir os medicamentos e explicar para as mães das crianças como preparar e administrá-los.

No *Centro de Promoção e Atenção à Saúde*, uma série de atividades são desenvolvidas por mulheres, incluindo oficinas de planejamento familiar e atendimento ginecológico, acompanhamento médico e psicológico para gestantes (incluindo grupos especialmente para gestantes adolescentes) e aulas de nutrição e desenvolvimento do bebê para mães de recém-nascidos. As voluntárias trabalham em cargos de apoio em todas essas atividades (entrevistando novos integrantes para os grupos, recepcionando as mulheres e anotando alterações no estado da sua saúde e de seus filhos, cuidando dos bebês enquanto as mães participam de aulas na cozinha do programa e, em uma brinquedoteca bem equipada, cuidando dos filhos mais velhos das mulheres que participam das aulas), e algumas voluntárias também lideram as oficinas de planejamento familiar. Na *Casa da Criança* e na *Casa de Trabalhos Manuais*, o programa oferece uma série de atividades ‘sócio-educativas’. Essas incluem aulas de costura e bordado, e de estética e cabeleireiro (para mulheres), aulas de computação e de arte (para adolescentes), aulas de ‘educação cidadã’ (reforço escolar e outras atividades pedagógicas) e atividades de recreação física (para crianças) na sua quadra. Com exceção das aulas de arte e algumas aulas de trabalhos manuais e planejamento familiar, que são administradas pelas próprias voluntárias, a sua participação dá-se na qualidade de apoio. Ainda, o PECP distribuiu, no final do ano, cerca de 9.800 cestas básicas para as famílias das crianças registradas no seu ambulatório.

A maioria dos voluntários trabalha no PECP uma vez por semana. Aqueles que já freqüentam o programa durante mais tempo, trabalham durante dois períodos semanais. Existe uma estrutura hierárquica que os organiza, começando com a coordenação do Departamento de Voluntários do Einstein, à qual se reporta uma coordenadora geral exclusiva para PECP (que

⁶² Realizam-se ainda algumas internações nesse hospital, e consultas com fonoaudiólogas, que atendem algumas crianças que não conseguem vaga no próprio PECP.

⁶³ Na campanha de vacinação contra meningococos C realizada pelo PECP em 2006, foram aplicadas 14.924 doses da vacina em crianças e adolescentes de até 15 anos de idade.

⁶⁴ As crianças são usualmente trazidas ao programa por suas mães. Ocasionalmente, vêm-se crianças no ambulatório com seus pais, avós, irmãos ou outros parentes, mas o programa, em geral, é um universo predominantemente feminino.

trabalha junto aos funcionários do programa), havendo ainda, abaixo dela, coordenadores para cada setor específico dentro do projeto. Nos prédios do programa, as voluntárias são reconhecidas por seu uniforme: um avental cor-de-rosa, vestido sobre calças jeans ou pretas, e sapatos pretos fechados, *keds* pretos ou tênis brancos. Essa roupa dá destaque aos voluntários, ao lado dos uniformes diferenciados dos funcionários.

Meu interesse pelo PECP, neste estudo, é especificamente relacionado às voluntárias e à sua interação com os usuários do programa. O PECP é particularmente interessante por levar essas mulheres para dentro de Paraisópolis, em uma inversão do movimento entre espaços segregados observado no programa FALA da Escola Graduada. Por esse motivo, resolvi procurar entrar nesse campo através do Departamento de Voluntários e, depois de um processo um tanto longo e burocrático, meu projeto de pesquisa foi aprovado pela presidente do departamento. Fui liberada para circular livremente no programa, com a condição de que restringisse as minhas perguntas às voluntárias, já que o departamento não podia me autorizar a conversar com os funcionários. Meu campo no PECP foi feito através de uma série de 14 visitas em fevereiro e março de 2006, durante os períodos (de manhã ou à tarde) em que as voluntárias trabalham no PECP, nos quais observei uma diversidade de atividades desempenhadas por elas em todos os setores. Coletei mais dados e impressões em conversas informais nessas ocasiões e em uma série de 9 entrevistas gravadas em outras ocasiões ao longo de 2006 e no começo de 2007, das quais 7 com voluntárias e usuários do programa (feitas no PECP ou no próprio Hospital), uma com Telma Sobolh, presidente do Departamento de Voluntários, e uma com José Rolim, presidente da União dos Moradores de Paraisópolis e recém-eleito vereador da Câmara Municipal de São Paulo. Além disso, participei de alguns eventos ligados ao programa durante esse período: uma campanha de vacinação e um dia de distribuição de cestas básicas, ambos no PECP, e uma reunião geral dos voluntários, no próprio hospital.

Neste capítulo, investigarei as origens do Departamento de Voluntários do Hospital Albert Einstein, o crescimento do seu trabalho dentro e fora do hospital e as circunstâncias que levaram à fundação do PECP em Paraisópolis. Ao longo dessa história, serão exploradas as maneiras pelas quais os conceitos de filantropia, responsabilidade social e trabalho voluntário informaram o trabalho e desenvolvimento desse departamento, e como tais conceitos foram repensados e rearticulados ao longo dos anos. A relação do departamento com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein (a sociedade responsável pelo próprio hospital), e com o Instituto de Responsabilidade Social do mesmo, também será investigada,

permitindo traçar o desenvolvimento de certas tendências à profissionalização no discurso e prática filantrópica do hospital ao longo das últimas décadas.

Por fim, investigarei as experiências das voluntárias (as ‘mulheres de cor-de-rosa’, assim denominadas devido ao avental que todas usam) no PECP. Os depoimentos dessas mulheres ajudam explorar as maneiras pelas quais elas pensam e vivenciam seus caminhos – do Morumbi até Paraisópolis e vice-versa – e seus encontros e relações dentro do programa. As conexões entre a crescente profissionalização do Departamento de Voluntários, as experiências dessas mulheres no cotidiano do programa e as maneiras em que seu trabalho é por elas imaginado, também serão investigadas.

2.2 O Departamento de Voluntários do Hospital Albert Einstein: a trajetória de uma prática filantrópica

No campo paulistano do assim chamado ‘terceiro setor’, o trabalho do Hospital Albert Einstein em Paraisópolis é considerado um projeto modelo, visto como um dos mais importantes e bem sucedidos exemplos de um empreendimento filantrópico vindo de uma instituição privada. Para entender como e porque o projeto conquistou esse reconhecimento, porém, é necessário traçar a trajetória do hospital e seu Departamento de Voluntários desde suas origens. A idéia de construir um hospital no Morumbi nasceu em 1955, quando um pequeno grupo de médicos da comunidade judaica paulistana juntou-se para fundar a SBIBHAE, *Sociedade Benéfica Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein*. Para tal elite da comunidade judaica no ambiente pós-guerra de São Paulo dos anos 50, o projeto de um hospital significava uma tentativa de fortalecer a comunidade e consolidar sua inserção socioeconômica na cidade. Mas o projeto do hospital era ambicioso e a Sociedade não tinha recursos para cobrir o custo total de sua construção. Para poder realizar seu projeto, os integrantes da Sociedade precisaram procurar fundos junto à (e além da) comunidade judaica paulistana.

Inspirada pelo conceito religioso de *Tsedaká*, que representa os valores de justiça social e solidariedade, e preocupada, de um lado, com o futuro dos numerosos imigrantes judeus recém-chegadas ao país, e do outro, com o estabelecimento de relações diplomáticas com a sociedade brasileira que a estava recebendo,⁶⁵ a comunidade judaica paulistana dessa época

⁶⁵ Hannerz, no seu tratamento das etnografias urbanas desenvolvidas pela Escola de Chicago na primeira parte do último século, discute preocupações semelhantes da comunidade judaica imigrante de Chicago, reveladas por Louis Wirth no seu trabalho sobre o gueto judaico de 1928. Nessa época, judeus alemães com condições financeiras mais elevadas, preocupados em facilitar a integração da comunidade judaica na sociedade norte-

estava muito envolvida com as questões da assistência social.⁶⁶ Como relata um livro produzido pelo Departamento de Voluntários sobre a sua própria história,

A Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, fundada em 1946, concedeu bolsas de estudo para diversos jovens estudarem Serviço Social na PUC-SP, formando uma geração profissional na área e que atuou não apenas na recepção aos imigrantes que chegaram nos anos 1950, mas nas diversas instituições de assistência social que a comunidade judaica mantinha. [...] A rede assistencial na comunidade judaica era sólida e provia apoio e promoção aos imigrantes recém-chegados e aos integrantes necessitados do grupo. Foi nesse ambiente social e institucional que se formou o Hospital Israelita Albert Einstein, identificado com uma tradição e uma cultura voluntária e profissional no interior da comunidade judaica (Cytrynowicz, 2004: 24).

Para poder arrecadar fundos para seu projeto, a Sociedade percebeu a necessidade de o hospital ser reconhecido como um empreendimento assistencial. Por sua própria natureza, o projeto já tinha aspectos assistencialistas na sua proposta, sendo uma instituição que contribuía com a saúde, bem como com o conhecimento na área da saúde, e atendia à população paulistana, judia ou não. O hospital, porém, seria uma instituição privada, e para ser reconhecido como projeto assistencialista, teria que desenvolver outras atividades na área social. Como explica o livro do Departamento de Voluntários:

Uma das preocupações da diretoria recém-eleita era que o hospital pudesse ser rapidamente reconhecido como beneficente. [A SBIBHAE] foi criada com um projeto que pretendia compatibilizar o aspecto social e filantrópico com o atendimento privado. De acordo com a filosofia dos fundadores, o hospital deveria ter uma faceta assistencial, e foi com esta intenção que muitos doadores da comunidade judaica apoiaram materialmente a construção. Mas o atendimento médico à população carente no hospital só poderia se dar com a finalização das suas obras. Para atingir o objetivo de ser reconhecido como beneficente, ainda durante a construção do hospital, uma das propostas da diretoria foi que a Comissão Médica organizasse, em regime de atendimento provisório, consultas gratuitas nos próprios consultórios dos médicos nas diversas especialidades. Outra opção, mais viável a curto prazo, era a distribuição de roupas e outros auxílios a pessoas necessitadas, conforme a exigência para o registro no Serviço Social do Estado e de acordo com os valores e filosofia da Sociedade. A diretoria optou pela segunda linha de atuação, a da distribuição de roupas e auxílios, e a primeira doação de

americana, desenvolveram vários projetos sociais para ajudar os recém-chegados judeus do leste europeu, que viviam em situação de extrema pobreza no gueto (ou enclave) judaico da cidade (1980: 42-43).

⁶⁶ Mesmo hoje, em entrevista reproduzida na revista do Departamento de Voluntários, o vice-presidente da gestão atual da SBIBHAE relata, que “a atividade do Hospital Albert Einstein funda-se nos quatro grandes pilares que orientam o judaísmo: Refuah (resgate à saúde), Chinuch (ensino), Tzedaka (promoção da justiça social visando a elevação do ser humano) e Mitzva (realização de boas ações). Ou seja, a meta é resgatar a dignidade humana, tornando cidadãos os menos favorecidos. Tudo isso dentro do espírito de gratidão da comunidade israelita à sociedade brasileira” (Goldenberg, 2006: 5). Os conceitos religiosos já presentes na fundação da Sociedade nos anos 50 são reinventados, aqui, dentro de um discurso atual sobre pobreza e direitos humanos.

agasalhos foi feita. Mas, para ser caracterizada como atividade da Sociedade, esta deveria ter um caráter contínuo. Para tal, entre as metas imediatas da nova diretoria estava a “formação de um Comitê Feminino” (Cytrynowicz, 2004: 21).

Foi assim que, em 1958, um grupo de mulheres, formado pelas esposas dos médicos, diretores e conselheiros da Sociedade, montou a *Comissão de Atividades Femininas*, dedicando seu tempo de forma exclusivamente voluntária. Este grupo se tornará, no ano seguinte, a *Comissão Feminina e Social*, e mais adiante, o *Departamento de Voluntários* do hospital. A Comissão atuava em duas frentes, na arrecadação de fundos para a construção do hospital e nos já mencionados trabalhos de assistência social, como a distribuição de roupas e a concessão de algumas bolsas de estudos “para estudantes pobres” (idem: 22). Tais atividades permitiram que a Sociedade fosse registrada no *Conselho Nacional do Serviço Social* em 1960 e, no mesmo ano, a SBIBHAE foi reconhecida legalmente como serviço de utilidade pública.

Ao longo dos anos seguintes, a maior parte do trabalho da Comissão girava em torno da arrecadação de fundos para a construção do hospital, através de bazares, festas e leilões de arte moderna beneficentes. Nessa época, a Comissão também começou a desenvolver um terceiro ramo de atuação: a preparação de voluntárias para trabalhar dentro do hospital, quando estivesse pronto. Nesse sentido, o primeiro grupo de voluntárias foi capacitado através do um ‘curso de treinamento básico de voluntariado’, oferecido pela *Federação de Obras Sociais* (FOS), uma entidade estabelecida em 1963, com a participação de 54 organizações de assistência social.

Durante esse período, a Comissão também dava continuidade a suas atividades assistencialistas. Em 1969, depois de um bem-sucedida campanha de vacinação, realizada em cooperação com a Secretaria da Saúde do Estado nas vilas Morse e Monte Kemel, foi fundado um posto fixo de vacinação no próprio hospital, cuja construção já estava quase terminada. Esse posto foi o primeiro passo para a fundação de uma pediatria assistencial, o *Posto de Puericultura*, onde médicos e voluntárias começaram a trabalhar juntos no atendimento pediátrico e distribuição de fármacos a crianças das favelas que já estavam se estabelecendo no entorno do hospital. O posto localizava-se dentro do próprio hospital, mas as voluntárias também realizavam visitas domiciliares na região, para oferecer orientação médica às famílias. Com a inauguração do hospital em 1971, os dois ramos principais do trabalho das voluntárias

foram consolidados: o do apoio humanitário aos pacientes do próprio hospital e suas famílias, e o do trabalho social na pediatria assistencial.⁶⁷

Durante os 25 anos seguintes, o voluntariado continuou a crescer e desenvolver seu trabalho nessas duas frentes. Ao longo desse período, o hospital, em cuja realização e crescimento as voluntárias desempenharam um papel central, cresceu rapidamente e tornou-se uma das instituições privadas de atendimento e pesquisa em saúde mais bem-sucedidas da América Latina. A preocupação em manter atividades de assistência social também cresceu durante esse tempo. Aos valores religiosos da Sociedade e à necessidade de promover tais atividades para poder atrair investidores, agora se somaram os novos interesses por incentivos fiscais oferecidos pelo governo para o desenvolvimento de atividades de filantropia privada. Em 2003, a Sociedade fundou seu *Instituto Israelita de Responsabilidade Social*, que passou a trabalhar junto com o Departamento de Voluntários, vindo a desenvolver uma série de atividades filantrópicas independentes deste último.

Em meados dos anos 90, uma série de mudanças começou a ocorrer no Departamento de Voluntários. Em 1995, uma nova presidente foi eleita para a gestão do departamento. Telma Sobolh, que, antes de assumir a presidência, possuía uma escola, um “centro de recreação e criatividade” para crianças, era na época esposa do presidente da SBIBHAE, e já trabalhava há algum tempo com o voluntariado do hospital. Na entrevista que me concedeu, conta que “não queria que tivesse essa dobradinha [...] mulher do presidente do hospital, da sociedade beneficente, ser presidente do voluntariado”, mas que não havia outra pessoa para assumir o cargo. Dinâmica e cheia de energia, Telma assumiu seu novo cargo já com uma visão diferenciada do papel e estrutura do voluntariado do Einstein. A primeira coisa que fez foi pedir uma secretária para o departamento, que até então não tinha nenhum funcionário pago. No livro produzido pelo departamento sobre sua própria história, Telma conta que “começamos [nesse momento] a organizar o Voluntariado de outra forma, com a introdução de normas e procedimentos formalizados, e modificamos o treinamento dos voluntários” (Cytrynowicz, 2004: 106). Ao longo dos anos, Telma introduziu grandes inovações na atuação dos voluntários: foi responsável pela fundação do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis e pela crescente profissionalização do departamento, especialmente através da adoção das normas de gestão do ISO 9001. A investigação dessas inovações revela muito sobre as dinâmicas do campo da filantropia brasileira ao longo das últimas décadas.

⁶⁷ Hoje, o Departamento de Voluntários tem 360 voluntários atuando em três áreas: cerca de 130 dentro do hospital; 130 no PECP e 100 no *Residencial Israelita Albert Einstein - Lar Golda Meir*, uma casa de repouso para idosos, fundada pela comunidade judaica em 1937, que começou receber voluntários do departamento em 2003.

Relatando, em entrevista, os eventos que levaram à fundação do PECP, Telma conta que, pouco depois de assumir a gestão do Departamento de Voluntários,

... o presidente do hospital me chama e diz o seguinte, “olha, se nós perdermos a filantropia...” [...] Na verdade o hospital, a sociedade beneficente, é uma entidade filantrópica. Todas as entidades filantrópicas, elas gozam de algumas regalias nos impostos. Mas elas têm que reverter isso em ações sociais, ou no que o governo acha que elas deveriam fazer. Esse valor de dinheiro tem que ser revertido de alguma forma. Essas leis mudam a cada três anos, o que fica muito difícil para os trabalhos sociais em entidades beneficentes permanecerem naqueles trabalhos. Então no primeiro momento eles dizem “você tem que utilizar 12% da cota patrimonial em beneficência”. Depois muda para 20% do faturamento bruto, agora já muda para 30% em assistencial e 70% em pesquisa. Essas leis vão mudando, mas na época, se a gente perdesse a filantropia – o que na época era uns 12% – o presidente disse para mim: “olha, nós não vamos ter dinheiro para manter essa pediatria assistencial”. E eu digo: “não, não é possível uma coisa dessas, o voluntariado anos atrás conseguiu montar uma pediatria assistencial, cabia a nós continuarmos com isso”. Então eu fui em busca de algum projeto que pudesse... nessa época, também, toda a tendência da medicina era com a prevenção. Nós não estávamos fazendo prevenção aqui, a gente estava só atendendo as crianças. A gente tinha um atendimento médico exemplar, com uma pediatria que funcionava aqui dentro do hospital ambulatorial, e todas as crianças eram internadas aqui mesmo no hospital, mas não existia uma preocupação com a prevenção, então era uma medicina muito cara. Uma criança que tinha desnutrição era internada e ficava aqui 15 dias. No fim, ia para casa e depois de um mês ela estava de volta. Casos que eventualmente não necessariamente precisariam estar internados, eram internados. Então a gente buscava a prevenção, diminuição de custos, e uma abrangência maior, trabalhar com mais crianças. [...] Aí eu viajei pelo Brasil à procura de alguma coisa que tivesse a característica Einstein com comunidade carente. E não existia. O que existia era o que nós fazíamos aqui, que para nós, naquele momento, deixava de ser suficientemente bom.

Podemos enxergar nesse relato as complexas relações entre as preocupações da SBIBHAE, o dinamismo individual da nova presidenta do seu Departamento de Voluntários, a situação legal em torno dos empreendimentos filantrópicos das entidades privadas e um crescente discurso – presente em todas essas esferas – sobre a intervenção efetiva no campo das desigualdades socioeconômicas. Destrinchando essas relações, percebemos a presença de uma série de dinâmicas.

Primeiro, para a SBIBHAE, a manutenção das atividades filantrópicas do hospital nessa época contribuía para sua considerável reputação internacional e, ao mesmo tempo, alinhavava seu trabalho com os valores morais e religiosos da comunidade judaica. Em segundo lugar, porém, os fundos disponibilizados para esses trabalhos dentro da Sociedade eram aqueles apropriados através das leis fiscais que permitiam isenções nos impostos do hospital em troca de investimento na área social, leis cujos critérios mudavam de gestão em gestão. Terceiro, percebemos que, nessa época, a crescente preocupação com a eficiência das

intervenções na área social estava influenciando esses critérios, bem como as preocupações do hospital, fazendo com que Telma reconhecesse a necessidade de começar a buscar alguma forma pela qual a SBIBHAE pudesse investir na área da prevenção em saúde, e não somente nos seus trabalhos de atendimento a crianças, até então recebidas pela pediatria assistencial do hospital. Finalmente, se acrescermos a isso a dedicação da própria Telma, começamos a entender as circunstâncias que levaram ao desenvolvimento do novo projeto do hospital em Paraisópolis.

Para poder desenhar um projeto comprometido com a questão da prevenção em saúde entre as crianças da população de baixa renda que habitavam o entorno do hospital, Telma buscou mais informações sobre as necessidades e condições de vida dos moradores de Paraisópolis que eram atendidos na pediatria assistencial da instituição. Com esse fim, o Departamento de Voluntários contratou Susana Rosa Lopez Barrios, médica sanitarista e ex-secretária da saúde de Diadema, para coordenar uma pesquisa sobre as condições de vida e necessidades na área de saúde dentro da favela Paraisópolis. Sob a coordenação de Barrios, o Departamento formou um pequeno grupo, constituído de voluntárias, alguns pediatras e enfermeiras do hospital e um assistente social, com o objetivo de desenvolver uma série de pesquisas sobre Paraisópolis, começando com o ‘projeto de análise do perfil sanitário da população residente na favela de Paraisópolis’ (Cytrynowicz, 2004: 114-6). Ao contrário do trabalho filantrópico do hospital até esse momento, tal grupo começava a se preocupar em conversar com moradores da favela sobre o projeto que pretendiam criar. Em entrevista, Telma contou-me como Susana Barrios trazia,

... da comunidade de Paraisópolis, líderes comunitários naturais e não-naturais, e era a primeira vez que a gente trazia para o hospital, para um *workshop*, estas lideranças, o que foi extremamente produtivo. Então veio a benzedeira, o farmacêutico, o líder comunitário eleito, enfim, foi muito legal.

No livro produzido pelo Departamento dos Voluntários sobre a sua história, a formação desse grupo é apresentada como um momento de transformação no trabalho assistencialista da SBIBHAE, que a partir daí começa a tomar novos rumos. O livro relata que

O projeto encampado por este grupo implicava, do ponto de vista da Sociedade, na quebra de um paradigma. Tratava-se de apresentar uma nova proposta de atuação e de refletir sobre a forma de trabalho que vinha sendo desenvolvida até então. Era um projeto que saía das fronteiras do Einstein, ia para dentro da comunidade (Cytrynowicz, 2004: 116).

As investigações desse grupo significaram o início de um longo processo, em que o hospital, através do Departamento de Voluntários, começou a se inserir como ator importante no cenário

das intervenções sociais privadas e públicas em Paraisópolis. Em entrevista, Telma relata que, pouco depois do grupo começar a sua pesquisa,

Nós percebemos que nem a comunidade, ninguém sabia direito quais eram as características daquela comunidade. [...] Aí a gente resolve fazer o censo de Paraisópolis. Nessa época, inclusive, já tem uma parceria com a Diagonal, que é uma firma de urbanização, e ela divide a região de Paraisópolis em 5 áreas, com características físicas, e que hoje é usado pela urbanização: Grotão, Grotinho, Brejo, região do Centro e Córrego do Tônico. [...] Nós conseguimos uma parceria, e com isso foi feito. Hoje eu posso dizer que nós mexíamos em políticas públicas, sim. Quando o Serra assinou a lei do projeto de urbanização de Paraisópolis, ele fala em Grotinho, Grotão no discurso dele. Eu não preciso te dizer que eu chorei!

Esse censo revelou uma diversidade de condições socioeconômicas dentro de Paraisópolis, que surpreendeu o grupo de pesquisa. Nas palavras de Telma,

No momento em que a gente faz o censo de Paraisópolis, a gente percebe que a população de risco maior não é aquela que a gente está atendendo. Nós precisamos pegar essa população que está precisando. Eram crianças que viviam no meio de ratos, de esgoto, enfim, coisas desse tipo, com problemas seriíssimos. A população que a gente atendia, até então, era a camada alta de Paraisópolis, que estavam lá há muitos anos, que eram donos das suas casas, tinham água, luz, telefone, enfim, tinham tudo. No fim, a gente estava fazendo um trabalho para a população “A” de Paraisópolis.

Através das suas pesquisas, o grupo descobriu que o Posto de Saúde Estadual de Paraisópolis estava desativado e fechado para reforma há quatro anos. O atendimento aos moradores de Paraisópolis era oferecido pelo Estado em postos de outros bairros, mas a distância e sobrecarga dos outros postos tornava esse atendimento insuficiente para as necessidades da população. Tomando conhecimento dessa necessidade, e vendo ali uma oportunidade para desenvolver um projeto com mais enfoque na prevenção em saúde, o Departamento de Voluntários propôs para o hospital a idéia de montar um ambulatório em Paraisópolis. Seus objetivos eram: ampliar o atendimento médico já oferecido às crianças da população na pediatria assistencial do hospital; oferecer um programa de acompanhamento médico regular a essas crianças; e desenvolver uma série de atividades educativas para as mulheres da população na área da saúde preventiva. O Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis foi o resultado dessa proposta, e o projeto foi inaugurado em 1997.

No discurso do Departamento de Voluntários sobre a sua história, o período da fundação do PECP aparece como um momento de transformação, seja na forma como o hospital e os voluntários encaravam o trabalho filantrópico, seja nas relações estabelecidas com a população atendida pelo projeto. O livro do departamento relata que

O contato com Paraisópolis, seus moradores, seus problemas e recursos modificou a relação e a visão que as voluntárias tinham desta comunidade. O próprio uso do termo “comunidade” em vez de “favela” reflete essa mudança de relação (Cytrynowicz, 2004: 120).

A mudança discursiva que torna Paraisópolis uma ‘comunidade’ para o voluntariado do Einstein mostra uma nova preocupação em humanizar a relação filantrópica, e em desenvolver um trabalho com impacto maior e mais eficaz, viabilizado através de tal relação. Podemos observar como, nessa época, o Departamento de Voluntários parecia estar atuando tanto sob a influência de uma preocupação crescente com essas questões, já evidente em outras esferas – incluindo a das políticas públicas, com seus novos critério para a isenção fiscal de atividades filantrópicas (descrita anteriormente) –, quanto como agente de tais inovações. Nesse sentido, as mudanças nas relações filantrópicas, objetivo do departamento, somaram-se a novas abordagens médicas para a questão da saúde entre populações de baixa renda. O livro do departamento cita Susana Barrios (coordenadora do grupo de pesquisa para a fundação do PECP), para enfatizar a abordagem pioneira adotada pelo voluntariado do Einstein nessa época:

Barrios enfatizava o que considerava como o ineditismo da iniciativa: “Este projeto soma-se a outras experiências brasileiras de enfrentamento de problemas sob a lógica da vigilância à saúde, em contraposição à hegemonia da assistência médico-curativa. A nosso ver, a doença muitas vezes reflete a falência do sistema em zelar pela qualidade de vida das pessoas dentro de um contexto social, econômico e político, num dado ambiente. Ressalta-se que o Einstein na Comunidade é inovador por ser a primeira vez em nosso meio que uma instituição privada propõe um enfrentamento à lógica tecnicista e burocrática centrada na assistência médica; à cultura da medicalização; ao predomínio do corporativismo no desenvolvimento de saúde. Demonstra a coragem e a ousadia de enfrentar um processo de mudança, compartilhando com diferentes atores, dialético e pedagógico, o que deverá resultar em ações sólidas e de grande impacto social” (Cytrynowicz, 2004: 115, citando o documento “Projeto Einstein na Comunidade” de 1997).

Com a fundação do PECP, o departamento propôs, pela primeira vez, que seus voluntários, bem como os médicos do hospital que trabalhavam na pediatria assistencial, saíssem do hospital para trabalhar em Paraisópolis, local pouco (ou nada) conhecido pela grande maioria. Telma e seus colegas logo descobriram, porém, que enquanto a idéia de trabalhar com a população da favela dentro do hospital era bem aceita entre tais voluntários e médicos, ir para a favela para desenvolver esse trabalho era algo bem mais complicado. Nas suas palavras,

O voluntariado e os médicos da pediatria não queriam ir para Paraisópolis. [...] Culturalmente, uma coisa era ser voluntário ou médico da pediatria assistencial, aqui dentro do Einstein, e outra trabalhar na favela. Existia o medo, existia uma série de coisas, era uma situação para nós muito nova. [...] Nessa época eu tinha 25 voluntários no ambulatório da pediatria assistencial, e só três foram. Dos sete médicos contratados, só três foram. Hoje, olhando para trás, eu acho que foi ótimo. Por que é que foi ótimo? Porque os 130 voluntários que têm hoje em Paraisópolis, eles vieram para trabalhar em Paraisópolis, foi opção deles, não foi imposição da gente. Os médicos, no começo, eles viam Paraisópolis como trampolim para ser médico aqui do hospital. Hoje não vêm mais. E por que eles não vêm? Porque têm que ser médicos que tenham características para trabalhar com a comunidade carente. Que tenham a linguagem. Não é qualquer um que tem. [...] É um médico Einstein, mas com características de trabalhar com comunidade carente.

Telma começou, com a fundação do PECP, a identificar um ‘tipo’ de voluntário com a predisposição e atitude certa para trabalhar em Paraisópolis. Tal predisposição parece fazer parte da nova relação que, nesse momento, passa a ser buscada entre os voluntários e os beneficiários do projeto. Segundo ela,

Quem quer ir para Paraisópolis, são pessoas que têm potencial para serem agentes transformadores. E nunca esquecendo um dos valores que nós temos de respeito às individualidades – vamos deixar bem claro isso –, as pessoas sabem muito bem que o que é bom para elas, de repente não é bom para os outros. É respeitar as características da comunidade. Porque se não respeitar, não fica também. A pessoa mesmo não consegue ficar. Então o perfil de um voluntário que vai para Paraisópolis é um agente transformador. São pessoas dinâmicas, são pessoas que se sentem responsáveis também pela melhoria da qualidade de vida em geral.

A mudança do ambulatório para Paraisópolis permitiu identificar quais, dentre os voluntários antigos, atingiam esse critério e levou o departamento a buscar novas pessoas com as mesmas características para participarem do projeto a partir de então. Retornaremos à questão das relações entre voluntários e usuários do PECP mais adiante, mas antes disso, voltaremos a atenção para uma outra prática vista como inovadora no trabalho do Departamento de Voluntários do Einstein: a crescente busca pela profissionalização do seu trabalho.

2.3 A profissionalização do Voluntariado Einstein

Em todo o meu campo, percebi repetidamente nas falas das pessoas trabalhando na coordenação do Departamento de Voluntários e nas materiais produzidas por esse departamento, a grande importância do conceito da ‘profissionalização’ do trabalho do voluntariado. Ficou claro que a profissionalização do departamento era um dos fatores principais que o tornava um modelo exemplar de atuação, não somente entre outras

organizações voluntárias, mas também para diversas ONGs e outras entidades de filantropia privada e corporativa. Mas o que significava tal conceito nesse campo, e de quais maneiras o departamento estava procurando implementá-lo no seu trabalho? Para responder a essa pergunta, tornou-se necessário levar em conta uma série de redes de relações diversas, por dentro e para além do hospital e das pessoas que nele trabalham. Seguindo essas redes, percebemos que a ‘profissionalização’ do departamento aponta para significados múltiplos e é alcançada através de processos e variados, que por sua vez têm conseqüências diferentes para a experiência dos voluntários do departamento. O seguinte texto, do editorial escrito por Telma Sobolh, presidente do voluntariado do Einstein, para a revista semestral do departamento, revela alguns desses significados:

A competitividade do mercado globalizado transformou de maneira significativa a gestão de pessoas no mundo corporativo. O fator humano tornou-se ferramenta eficaz para enfrentar um ambiente em constante renovação, caracterizado por complexidade e incerteza elevadas. Em meio a isso, a realidade do voluntariado também é impactada por essa onda de mudanças. Missão, visão e valores do voluntariado prosseguem intactos. Ética, integridade, solidariedade, compromisso e respeito às diferenças individuais continuam integrando a cartilha pela qual rezam essas pessoas. Hoje, no entanto, não basta ter boa vontade com a causa. Discute-se formas de gerenciamento, eficiência, aplicação de recursos. A necessidade de profissionalizar as atribuições dos voluntários traz benefícios como a definição de responsabilidades, eliminação de desperdícios e otimização de processos. A organização é o ponto de partida para seduzir e comprometer pessoas no objetivo inicial de se identificar com a causa. O voluntariado contemporâneo exige sinergia entre o *core business* e a atuação social, uma vez que a existência dessa plataforma única evidencia os padrões filosóficos e organizacionais da instituição. A abordagem profissional do voluntariado descortina uma maneira diferenciada de pensar a responsabilidade social. As organizações mais avançadas perceberam a vantagem competitiva de se atrair gente disponível e capacitada para ser um agente transformador da sociedade. E para isso é essencial que a concepção do negócio esteja embutida na formatação do voluntariado renovado. A promoção do voluntariado como estratégia empresarial exige, portanto, consistência, coerência e profissionalização (Sobolh, na revista *Voluntariar*, 2006, ano V, nº17: 2).

No texto acima, Telma sugere que o processo de profissionalização do departamento significa uma tentativa de redesenhar a prática filantrópica por ele desenvolvida, alinhando essa intervenção social a uma série de conceitos mais usualmente encontrados no meio corporativo.⁶⁸ O Hospital Albert Einstein é internacionalmente conhecido como um dos melhores hospitais privados do América Latina, e seus métodos de gerenciamento e

⁶⁸ Para uma investigação detalhada das transformações nos modelos de gestão do meio empresarial ao longo das últimas décadas, ver López-Ruiz (2004).

organização têm como modelo as normas profissionais mais exigentes do meio empresarial internacional. Portanto, não é de se espantar que seu Departamento de Voluntários seja um pioneiro na aplicação de processos de profissionalização às suas atividades. Mas explicar o entusiasmo do departamento em profissionalizar suas atividades somente através da sua inserção nesse meio significaria deixar de lado uma série de outras relações em que se insere o departamento, para além do hospital.

Primeiro, devemos lembrar que, em vários países do mundo, as últimas décadas têm visto um crescente movimento por parte dos governos nacionais de compartilhar com entidades da sociedade civil a responsabilidade para a provisão de serviços públicos na área da assistência social. Foi o caso do Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que uma série de novas leis foram criadas com o objetivo de estimular a fundação de ONGs e outras entidades privadas com atuação no campo social.⁶⁹ A pesquisadora Megan Alessandrini mostra como, nos Estados Unidos e na Austrália, processos dessa natureza levaram à criação de mercados competitivos entre as ONGs que buscavam financiamento público para as suas atividades. Alessandrini revela um processo da adoção de práticas profissionalizantes que permitem que tais ONGs consigam competir nesse meio, mas que trazem desvantagem às ONGs que não conseguem se adaptar a essa demanda.

Apesar de o Hospital Albert Einstein funcionar em muitos aspectos como uma empresa privada e ter como clientela principal uma grande parcela da elite paulistana, a SBIBHAE é uma “associação de caráter beneficente, social e científico, sem fins lucrativos”.⁷⁰ Suas atividades na área da responsabilidade social são financiadas com a ajuda de incentivos fiscais⁷¹ e, nesse sentido, está exposta, como outras entidades do ‘terceiro setor’, a certas

⁶⁹ Como, por exemplo, a lei federal 9608/98 de fevereiro de 1998, que decreta a institucionalização formal do trabalho voluntário, e a 9790/99, de março de 1999, que regulamenta as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

⁷⁰ O balanço patrimonial da SBIBHAE de 2004/2005, disponível na página do Instituto de Responsabilidade Social no site do hospital (www.einstein.br), informa, sob o título “Contexto Operacional”, que “A Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein, fundada em 20 de setembro de 1955, é uma associação de caráter beneficente, social e científico, sem fins lucrativos e está isenta do recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Sociedade tem por finalidade primária a manutenção e o desenvolvimento do Hospital Albert Einstein, mantendo também atividade de ensino, por meio da escola e faculdade de enfermagem e amparo a idosos carentes, por meio do Residencial Israelita Albert Einstein (anteriormente Lar Golda Meir), e forte atuação em programas sociais. A Sociedade também mantém convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS, para atendimento de alta complexidade.”

⁷¹ O mesmo documento registra a “Imunidade Tributária” do SBIBHAE: “Em 05 de dezembro de 2002, mediante atendimento aos requisitos da Lei, a Sociedade obteve a renovação do Certificado de Sociedade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social, assegurando o gozo da imunidade tributária relativa aos recolhimentos da Cota Patronal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. O total de gratuidade concedida em 2005 em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do Decreto nº 2.536 foi de R\$ 181.472, tendo sido beneficiária das seguintes isenções: a) Cota Patronal INSS+SAT+Terceiros: R\$ 64.574; b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins): R\$ 19.778” (idem).

pressões para profissionalizar seu trabalho. Para o Departamento de Voluntários, isso significa que, nas palavras da Telma, “hoje não basta ter boa vontade com a causa”. Na medida em que a Sociedade depende da isenção de certos impostos para manter suas atividades filantrópicas (entre eles o PECP), o departamento precisa contabilizar uma grande parte do seu trabalho para entrar na contrapartida oferecida pela SBIBHAE em troca dessas isenções.⁷² Nesse sentido, o ‘profissionalismo’ do Departamento de Voluntários significa, em parte, a crescente *contabilização* das suas atividades. O seguinte depoimento de Marlene José Ramos de Oliveira, coordenadora dos voluntários no PECP, aponta para as formas pelas quais tal contabilização é realizada no cotidiano da prática dos voluntários no programa, e os desafios desse processo:

... para as pessoas que estão no comando da Sociedade Israelita, da qual o hospital pertence, você tem que otimizar o dinheiro, você não pode jogar dinheiro fora, você não pode usá-lo mal. Então você tem que ter instrumentos de avaliação para que isso seja o melhor. [...] Toda consulta que passa pelo médico ginecologista, é voluntário aquilo, mas aquilo, no hospital, tem um taxa, aquela consulta tem uma taxa, ela é lançada como produtividade. A mulher, quando ela passa nas palestras [do PECP], ela tem uma presença, e aquilo tem um valor que é lançado como produtividade, porque você calcula, se essa mulher fosse atendida, quanto que se gastaria com isso. [...] Então você tem que equacionar, ver... falta em grupo é péssimo porque você não está lançando, você não está auferindo o valor naquilo. Então tudo isso tem lançamento, e é aí que você consegue auferir. Na parte de ambulatório você tem os médicos que você paga, mas cada consulta daquela é lançada com um valor, como se fosse uma conta corrente. [...] Você tem que *medir* aquilo que você faz, qual o *valor* daquilo que você faz. Então isso você faz para o governo, eles analisam... não é um valor do hospital.⁷³

Esse processo de contabilização é facilitado por outro elemento muito importante da profissionalização do departamento: a adoção das normas ISO 9001. A ISO consiste de uma série de normas que definem o critério para a avaliação de sistemas de gestão e a qualidade dos serviços. Nas entidades onde são aplicadas, essas normas servem como diretrizes para a gestão de atividades, recursos e infra-estrutura, a definição de responsabilidades, funções, políticas e

⁷² Nesse sentido, a relação entre o Instituto de Responsabilidade Social e o Departamento de Voluntários é bastante complexa, sendo que somente uma parte do trabalho dos voluntários entra nessa conta. Ao mesmo tempo, o Instituto também desenvolve uma série de ações das quais os voluntários não participam, que são igualmente contabilizadas. Isso se aplica especialmente ao caso do PECP, cuja infra-estrutura, em sua maioria, é paga pela SBIBHAE, e uma parte menor é paga pelo voluntariado; aqui há complexos mecanismos para calcular quais atividades entrem ou não na contabilidade da Sociedade.

⁷³ Marlene – que antes de se aposentar e começar a trabalhar como voluntária no Einstein, trabalhava no Banco do Brasil e depois no escritório de consultoria de seu marido – percebe que traz para o voluntariado muito da sua experiência na área da implantação de processos de gestão. Hoje, além de coordenadora de todos os voluntários que trabalham no PECP e do setor de planejamento familiar, também é uma das auditoras de qualidade do departamento e faz parte da sua equipe de treinamento. Diz que está feliz por poder contribuir com a sua experiência e dedicar o seu tempo, “uma moeda, hoje, muito difícil no mercado”, para o departamento.

formas de avaliação, e a garantia da qualidade de produtos e serviços. As normas ISO foram desenvolvidas pela *International Organization for Standardization (Organização Internacional pela Padronização)*, organização fundada em 1947 em Genebra, Suíça, que hoje trabalha na definição de normas e padrões de serviço em mais de cem países. Atualmente, há mais de 500 mil entidades certificadas pelo ISO 9000 no mundo, 6 mil delas brasileiras. Em 2002, depois de um longo processo de aplicação dessas normas a todos os setores do seu trabalho (no PECP, no hospital, e na gestão do próprio departamento), o Departamento de Voluntários recebeu a certificação ISO 9001, sendo a primeira entidade do terceiro setor a conseguir essa certificação na América Latina. No livro do departamento, a ISO é descrita como um meio pelo qual “uma instituição ligada ao terceiro setor passa a utilizar conceitos de gestão empresarial em suas atividades” (Cytrynowicz, 2004: 163).

Todos os voluntários com quem conversei enfatizaram o papel de Telma, presidente do departamento, na busca pela certificação ISO. Segundo Marlene, “a Telma é uma pessoa de muita visão [...] muito empreendedora [...] ela sempre achou que tinha que ser alguma coisa mais profissional, o voluntariado, no sentido de responsabilidade”. A própria Telma explicou-me, em entrevista, os fatores que a levaram a pensar na possibilidade de buscar a certificação ISO para o departamento:

Numa determinada época da minha vida, há 6, 7 anos atrás, passei por um grande problema pessoal. E eu vi que as coisas podem acontecer com qualquer um, pode ser hoje, agora, nesse instante, nesse minuto. E de repente surgiu uma grande preocupação com a continuidade deste departamento. [...] Nós tínhamos visão, missão, valores, que não existiam antes da minha gestão, e estavam na cabeça das pessoas, estavam escritos, lógico, e começam a trabalhar empiricamente, sem perceber, a organização dos setores e das áreas. Só que isso não estava descrito na mesma linguagem. Cada um tinha suas rotinas, assim. Mas a folha de rosto e os caderninhos, cada setor com suas rotinas, era totalmente diferente. As palavras eram diferentes, a forma como era escrito era diferente. [...] Tudo isso estava assim, em pastas separadas, lugares diferentes... Nessa fase da minha vida, onde eu percebo que nada é eterno, eu percebo que se eu não deixar isso muito bem descrito... eu sei onde estão estas pastas, a minha secretária sabe onde estão estas pastas, cada coordenador sabe onde está sua pasta, mas tem que juntar isso tudo em uma coisa só. Eu não sabia como fazer isto. Aí uma voluntária colega chega para mim e diz assim: “olha, Telma, eu tive contato com a Fundação Vanzolini, e eu acho que dá para você instalar o sistema de qualidade ISO aqui no voluntariado”. E eu falei: “o que é isso?” Aí eu fui me informar e vi que isso respondia às nossas necessidades, de compilação de todos os processos, e dar continuidade, para quem quiser vir e puder pegar isso aqui, ter tudo compilado.

Uma vez decidido que o departamento iria procurar certificação da ISO, Marlene explica que

... foram entrevistados todo mundo que participou dos processos e aquilo foi catalogado e, junto com as normas técnicas brasileiras, foi feito um manual da qualidade. Então a gente tem 14 rotinas gerais, que servem para todos os voluntários, e tem as rotinas específicas, que cada setor tem a sua. Alguns setores não precisam dessa rotina específica, a maioria precisa. Então quando eu estou treinando uma pessoa nova no meu setor, eu vou treinar com essa pasta. [...] Porque se esse novo voluntário tiver qualquer dúvida, ele vai consultar o manual. Então isso, hoje, é muito bem delineado, delimitado e muito claro. Isso que é importante, essa clareza que você tem para trabalhar.

Telma relata que a conquista do padrão ISO 9001, e a conseqüente profissionalização do departamento, foi uma inovação tão importante no trabalho do voluntariado do Einstein quanto o desenvolvimento do seu programa em Paraisópolis.

Um resultado interessante desses processos encontra-se nas maneiras pelas quais influenciam o discurso do departamento em torno das relações forjadas com os usuários dos seus serviços. Marlene enfatiza que considera tais usuários os ‘clientes’ do voluntariado e que as normas profissionais do departamento servem para definir como devem ser tratados pelos voluntários:

Todo mundo que recebe um serviço, ele é cliente daquele serviço. [...] Nós temos um estabelecimento aberto para fazer um atendimento, quem vai ali é cliente, e tem que ser tratado dentro das normas que você trata cliente, da melhor forma possível. O fato do trabalho ali ser gratuito, eu acho que a responsabilidade da gente até cresce, você entendeu? Você não pode nunca, jamais, falar: “olha, você vai ter que esperar porque você não está pagando nada”. Isso é uma falta de respeito.

A relação voluntário-usuário assume, através desse raciocínio, uma natureza contratual. Em vez do enfraquecimento do ‘contrato’ entre voluntário e usuário que não paga pelo serviço, Marlene vê essa relação se fortalecendo. É como se a ausência de pagamento *permitisse* construir uma relação de compromisso mais verdadeira por parte dos voluntários.

É marcante, porém, que no dia-a-dia do PECP, os voluntários e funcionários não se referem aos usuários do programa como ‘clientes’. Dentro do ambulatório e nas atividades sócio-educativas, os voluntários chamam a maioria dos usuários de ‘mãe’ (ou ‘pai’ no caso dos poucos homens que freqüentam o ambulatório), identificando-os em relação aos filhos cujo atendimento é razão da sua presença no programa. O fato de os usuários serem chamados de ‘cliente’ no discurso do departamento sobre seu trabalho no PECP e de ‘mãe’ no âmbito do programa em si, sugere uma das maneiras pelas quais aspectos diferentes do trabalho dos voluntários são manejados na prática.⁷⁴ De fato, a busca do equilíbrio entre elementos

⁷⁴ A tentativa de humanizar a relação contratual entre profissionais da saúde e pacientes no contexto hospitalar é uma prática comum aos hospitais brasileiros, e não se restringe ao contexto filantrópico. De fato, muitas das

diferentes destacados em momentos diferentes das relações entre voluntários e usuários é tema importante para o voluntariado. A revista do departamento, na sua apresentação da nova logomarca do voluntariado, sugere como esse tema é pensado:

A criação de uma nova logomarca para o Voluntariado Einstein foi o resultado natural, por assim dizer, do processo de modernização e desenvolvimento pelo qual passou este Departamento nos últimos anos. A constante evolução do Voluntariado Einstein, a ampliação do leque de atividades, a conquista da Certificação ISO 9001, tudo isso tornou necessário redesenhar a logomarca, de forma a transmitir àqueles que a vêem a sensação de atualidade, eficiência e, ao mesmo tempo, de ternura e calor humano (da revista *Voluntariar*, 2006, ano V, nº17: 3).

A última frase desse texto mostra um desafio trazido ao voluntariado pelos processos de profissionalização pelo qual passou ao longo dos últimos anos. Como profissionalizar e ainda manter o ‘calor humano’ que motiva e caracteriza o trabalho voluntário? Segundo Marlene, quando a ISO foi introduzida, muitos voluntários preocuparam-se com essa questão. Ela relata que,

No começo, as voluntárias antigas desistiam muito com o sistema ISO. Porque elas falavam: “a gente sempre fez de coração, e agora vai estar tudo escrito num papel e a gente não vai mais poder atuar à vontade”. Muito pelo contrário, o sistema é muito dinâmico, porque ele está sempre cobrando que se alguma coisa modifique, você escreva, você comunique, se aquilo não está bom, você tem uma forma de mandar uma comunicação de que aquilo não está bom. E com essas pessoas mais antigas foi muito interessante, elas perceberam que enriqueceu o trabalho delas de uma forma muito interessante, valorizou o trabalho. [...] É que quando você tem o seu trabalho rotineiro, administrativo, burocrático, normatizado, você não perde tempo para fazer, e você tem muito *mais* tempo para dar o acolhimento. [...] Então, na realidade, a ISO não veio travar nenhum processo, ela veio destravar.

A fala de Marlene reflete o modo pelo qual o departamento procura integrar os novos processos de profissionalização às maneiras pelas quais o trabalho vinha sendo pensado desde a fundação do voluntariado. Um mecanismo para tanto é oferecido pelo próprio critério da ISO 9001, que exige que sejam definidos a visão, missão e valores de uma organização. Em uma Reunião Geral dos Voluntários em março de 2006, no auditório do hospital, com a presença de cerca de 160 voluntários de todos os setores do departamento (todos usando o avental cor-de-rosa obrigatório), assisti à coordenação do departamento apresentar os seguintes valores:

mesmas questões em torno do equilíbrio entre a humanização e a profissionalização das práticas na área de atendimento em saúde provavelmente poderiam ser identificadas fora do contexto aqui enfocado. Seria interessante comparar as práticas de outros locais que prestam serviços de saúde, públicos e privados, àquelas observadas no PECP, mas tal investigação foge do âmbito deste estudo.

Visão

Ser um agente transformador, fortalecendo o conceito do trabalho voluntário.

Missão

Promover para a sociedade, com excelência de qualidade, a humanização, a transformação social e a geração de conhecimento, por meio de trabalho voluntário consciente e profissional.

Valores

Ética

Integridade

Solidariedade

Respeito às diferenças individuais

Compromisso

Política de Qualidade

Promover, por meio do trabalho voluntário, o bem estar físico-psico-social dos usuários de seus serviços, buscando melhorar permanentemente seus processos com o intuito de garantir a continuidade das suas atividades.

Esse processo de definir, padronizar e disseminar os valores do departamento entre os próprios voluntários revelou um aspecto interessante da sua busca pela profissionalização: uma tentativa de canalizar o impulso humanista e emotivo que estimula o ato beneficente (a “boa vontade com a causa”, nas palavras de Telma) e alinhá-lo às técnicas aplicadas no meio corporativo (definição clara de objetivos e retorno esperado do trabalho, padronização de práticas, contabilização de resultados etc.). A questão do equilíbrio entre esses dois fatores reaparece em outras esferas do meu campo, como veremos mais adiante.

Por fim, é importante reconhecer que a profissionalização do Departamento de Voluntários do Einstein também ganha sentido pela sua presença na rede de relações que conecta as variadas entidades privadas brasileiras atuantes no ‘terceiro setor’. A afiliação da SBIBHAE ao GIFE, o *Grupo de Institutos, Fundações e Empresas*, é um dos sinais que revela a forte presença do hospital nesse meio.

O GIFE é uma associação formada em 1995, que na época reunia um grupo de 26 empresas, fundações e institutos privados criados por indivíduos ou famílias com atuação na área social. Foi a primeira associação desse tipo fundada na América Latina, e hoje em dia conta com 101 associados. Pedro Jaime, na sua análise do associativismo empresarial no Brasil, escreve sobre o GIFE que

A entidade vem demarcando sua posição no campo da ação social a partir de conceitos como terceiro setor, filantropia empresarial e investimento social privado. Em 1994 o antropólogo Fernandes, um dos principais ideólogos brasileiros do terceiro setor, lançou conceitualmente no Brasil a expressão

importada dos EUA, sobretudo da obra de Salomon (1998), que considera o terceiro setor a revolução associativa global. A identidade do terceiro setor seria construída por oposição ao Estado, o primeiro setor, e ao mercado, o segundo (Jaime, 2005: 962).

Fernandes apresenta novamente seu argumento para a revolução associativa que supostamente nascerá do crescimento global do terceiro setor em um artigo de 1995, intitulado *Elos de uma cidadania planetária*. Esse artigo tem como assunto uma série de trabalhos sobre o terceiro setor em diversas regiões do mundo, que foram preparados para marcar a fundação, nos Estados Unidos, da organização *Civicus – Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos*, que tem o objetivo de articular ONGs ao redor do mundo. Fernandes apresenta a idéia da “participação do cidadão”, que informa a *Civicus*, com as seguinte palavras:

... os relatórios regionais produzidos por *Civicus* mostram um fio genuinamente comum entremeadado nessas duas palavras – um tipo de “participação” que implica “cidadania” e vice-versa. A idéia foi, ou está sendo, universalizada. Não importa o quão longe ou quão fundo que se vá, a noção ainda assim faria sentido e seria relevante para a vida das pessoas. Seja nas inumeráveis ilhas do Pacífico, nas montanhas do Himalaia, nos desertos africanos, nas planícies siberianas ou nas regiões ribeirinhas da Amazônia, em breve não haverá um único povoado que não tenha sido tocado, de alguma forma, pelos clamores de cidadania (Fernandes, 1995).

O argumento de Fernandes é problemático por uma série de razões. Mesmo se fosse possível provar que a última década tem presenciado uma “universalização de valores” e uma crescente solidariedade entre as pessoas em diversas partes do mundo, autores como Aihwa Ong lembram-nos que isso não significaria necessariamente a formação de um movimento com capacidade de assegurar justiça social para a população global.⁷⁵ O que nos interessa aqui, porém, são as maneiras pelas quais o discurso em torno do conceito de cidadania promovido por Fernandes passa a se integrar às práticas cotidianas das entidades privadas, como o *Einstein*, que procuram desenvolver ações de ‘investimento social.’ Nesse sentido, uma das atividades oferecidas pelo PECP, as aulas de *Educação Cidadão*, serve como exemplo bastante interessante.

O programa de *Educação Cidadão* consiste em diversas aulas de educação básica para as crianças de Paraisópolis que têm dificuldades na escola. Nas aulas que observei, essas

⁷⁵ Ong argumenta que “As ONGs transnacionais, apesar de numerosas, não se unem em um sistema de governança global que possa efetivamente salvaguardar os direitos humanos dos habitantes do planeta, como tendem a afirmar diversos teóricos europeus. O seu discurso diz que os direitos humanos devem ser protegidos, mas as ONGs não podem efetivamente assegurar direitos humanos” (2006: 13). No original: “Transnational NGOs, numerous though they are, do not coalesce into a system of global governance that can actually safeguard the human rights of the globe’s inhabitants, as many European theorists tend to claim. The discourse says that human rights should be protected, but the NGOs cannot actually deliver human rights.”

atividades incluíam o estudo e a discussão dos livros da biblioteca infantil do PECP, exercícios de escrita e atividades de arte, incluindo uma aula em que as crianças desenhavam seus autorretratos. Antigamente, o programa chamava-se *Reforço Escolar* e era administrado pelos próprios voluntários. Em certo momento, porém, decidiu-se implementar uma série de mudanças: o nome do programa mudou e foram contratados profissionais da área de educação (as duas que conheci eram ex-professoras da rede pública) para ministrar as aulas. Com isso, os voluntários passaram a desempenhar um papel de apoio no programa, atuando como assistentes das professoras em sala. No campo, uma voluntária relata que essa mudança foi muito mal-recebida entre suas colegas e que, na época, 11 das 22 voluntárias que trabalhavam nesse setor abandonaram as suas funções.

No seção do Departamento de Voluntários do site do hospital, o programa de *Educação Cidadão* é descrito da seguinte forma:

Programa educativo/pedagógico voltado às necessidades de crianças da comunidade de Paraisópolis com desempenho cultural e escolar insatisfatórios, que as capacite para lidar de maneira positiva com a realidade em que vivem, desenvolva sua auto-estima e autoconfiança e as torne aptas para desenvolver habilidades para uma participação comunitária mais eficaz e cidadã.⁷⁶

No âmbito da adoção crescente do discurso do ‘terceiro setor’ pelas instituições privadas brasileiras, a reconfiguração das atividades do voluntariado do Einstein através dos ideais e da terminologia desse discurso parece significar mais um elemento da ‘profissionalização’ do departamento. Nesse sentido, observamos como o voluntariado tem incorporado no seu trabalho, ao longo dos últimos anos, o ideal da “participação do cidadão” identificado por Fernandes e adotado por uma ampla rede de entidades privadas que atuam na área social, e como tal movimento se torna sinônimo da eficiência, seriedade e responsabilidade (ou seja, profissionalismo) do seu trabalho. Através desse olhar, percebemos que a mudança dos objetivos do programa de reforço escolar reflete uma preocupação com a ‘participação solidária’ do Einstein junto à população de Paraisópolis, bem como com o ensino desse valor às crianças da mesma. Ao mesmo tempo, a substituição das voluntárias por profissionais da área de educação, considerados melhor capacitados para desempenhar essa tarefa, reflete uma atitude ‘responsável’ por parte do programa em relação a esses novos objetivos.

Todavia, na nossa análise da crescente integração do discurso e dos ideais da cidadania e da participação solidária nas atividades do hospital e do seu voluntariado, não devemos ter dúvidas quanto à seriedade com que tal discurso é concebido e aplicado. A declaração de

⁷⁶ Do site www.einstein.br

Telma Sobolh, presidente do voluntariado, que abre o livro produzido pelo departamento, deixa muito claros os objetivos do seu trabalho e a sua crença na capacidade de seus voluntários de atingir esses objetivos:

Não podemos deixar de enfatizar que esta história não se baseia em algumas pessoas individualmente, mas sim na força e na persistência de um grupo que, acreditando na força de um trabalho baseado na dignidade e respeito ao próximo, pode, deve e consegue contribuir para a melhoria da desigualdade de uma sociedade perversa na busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Prefácio de Cytrynowicz, 2004: 10).

2.4 As “mulheres de cor-de-rosa” atravessam os muros

O livro do Departamento de Voluntários do Einstein relata que, na época da construção do hospital e da formalização do voluntariado, as mulheres do departamento eram carinhosamente conhecidas como as ‘moças de cor-de-rosa’, em referência à cor do avental que constituía seu uniforme no hospital. Hoje em dia as voluntárias, que continuam usando um avental, agora modificado, mas da mesma cor, ainda brincam com essa denominação. Enfocarei a trajetória de uma dessas voluntárias, comparando suas experiências com as de outras que conheci no campo, procurando entender quem são essas mulheres da elite paulistana, porque se interessam em trabalhar voluntariamente no PECP e como pensam e negociam seus caminhos e encontros por dentro de Paraisópolis e do programa.

Camila⁷⁷

Você vê que é uma realidade completamente diferente das que a gente está acostumada. Mas por incrível que pareça, eu acho que elas nós ensinam mais do que a gente ensina.

Camila trabalha como voluntária no ambulatório do PECP há quase 5 anos. Há cerca de 3 anos, foi convidada pelo departamento para assumir o papel de coordenadora das 28 voluntárias que trabalham no ambulatório, cargo que desempenha até hoje. Residente do Morumbi, Camila tem quatro filhos e nunca teve um trabalho remunerado. Contou-me que “meu pai era super machista e falava: ‘para quê trabalhar? Não precisa’”. Meu marido não era tão machista, mas... tive quatro filhos, um em seguida do outro, e não dava tempo de nada”. Com o passar do tempo e o crescimento dos seus filhos, porém, aumentou o tempo livre de Camila, que resolveu procurar um trabalho voluntário. Ninguém estranhou a decisão: “venho de uma família em que o meu pai, minha mãe, minha avó, minha tia, sempre foram muito de

⁷⁷ Os nomes das voluntárias apresentadas a partir de aqui foram todos alterados.

ajudar as pessoas, então eu tenho isso no sangue”. Seu primeiro trabalho foi em uma unidade da Febem no Pacaembu, onde trabalhava com crianças de 0 a 7 anos que tinham sido maltratadas. Depois de três anos, porém, a unidade fechou, e Camila foi prestar serviço voluntário em um centro espírita, que mantinha um orfanato para crianças à espera de adoção. Passado certo tempo, resolveu inscrever-se também para trabalhar no voluntariado do Einstein, no PECP. Durante um tempo, fazia os dois trabalhos, mas na hora que assumiu a coordenação dos voluntários do ambulatório, não tinha mais tempo para ambos e parou de trabalhar no orfanato.

A preocupação da família de Camila, de “ajudar as pessoas”, inspirava uma série de práticas por parte de seus pais durante a sua infância. Segundo ela, sua mãe era muito ativa na parte do trabalho social do centro espírita que freqüentava, seu pai ajudou a construir um hospital em Atibaia, onde a família tinha uma fazenda, e “se um funcionário da empresa do papai estivesse com uma necessidade, ele ia dar um jeito de suprir”. Seu marido também se preocupa com essa questão, e sua empresa de agroindústria foi a primeira em Sorocaba a montar uma creche para os filhos dos seus funcionários. Camila fica desiludida com a política do país, e acha que os problemas sociais só tem a piorar se a “sociedade privada não fizer alguma coisa”. Nesse sentido, sente-se obrigada a contribuir para a melhoria do país, e põe em prática o valor de ‘ajudar as pessoas’ em várias esferas da sua vida; por exemplo, conta que pagou uma cesariana para a sua empregada, que tinha complicações durante a gravidez e não conseguia uma vaga no sistema público de saúde. Camila relata que, com algumas exceções, a maior parte da sua turma de amigas tem alguma atuação na área social:

Tem muitas amigas minhas que fazem trabalho voluntário, muitas mesmo. E tem algumas que são mais dondocas, que acham que não precisam fazer nada, acham que fazer um cheque e entregar está ótimo: “já fiz minha parte”. Eu acho que é uma maneira de ajudar também, não critico, mas eu já gosto de ajudar pondo a mão na massa. Mas [...] eu acho que no nosso grupo a maioria faz [algum trabalho voluntário], sabe? E sempre que tem campanha aqui, que precisa de alguma coisa, eu ligo para elas... é carnezinho, é convite... sabe? Eu mobilizo e todo mundo participa, mesmo as que não fazem nada! Já é uma grande coisa! Eu acho que hoje em dia mudou muito esse conceito de você ser dondoca, de ficar em casa sem fazer nada. Eu acho que não pode existir mais muito isso.

Perguntei-lhe por que achava que ser ‘dondoca’ não era mais aceitável entre as mulheres da sua geração, ao que me responde que é

Porque eu acho que o mundo mudou. Você vê tanta coisa e vai falar: “gente, eu vou ficar aqui sentada, esperando, e não fazer nada para melhorar alguma coisa nesse mundo...”, não é? Eu penso muito assim, se a gente tem potencial, se a

gente pode, se a gente tem um pouquinho de tempo... não é que eu disponho a minha vida ao Einstein, não, muito pelo contrário, tenho a minha vida social, eu tenho aula de pintura, tenho isso, tenho aquilo... mas acho que ninguém pode ficar assim mais: “eu estou aqui, já fiz minha parte...”, você tem muito o que fazer ainda.

Simone, ex-enfermeira que trabalha há cinco anos como voluntária do PECP, no programa de atividades para gestantes, compartilha desse olhar. Diferente de Camila, é uma entre as várias voluntárias que conheci que vêem seu trabalho como uma continuação das atividades profissionais que desenvolviam antes de parar para ter seus filhos. Ela relata, porém, que tem pessoas, como a família do seu marido, que não entendem seu trabalho no voluntariado. Nas suas palavras:

Eles me conhecem, sabem que eu parei de trabalhar e estava sem fazer nada mesmo e acham que faço isso só pra preencher o meu tempo, e na verdade não é. Faço isso porque me dá satisfação pessoal, eu não ia ficar dois dias por semana lá se não me desse satisfação. Eu podia ir bater perna no shopping e não ficar indo para o meio da favela!

A experiência de trabalhar como voluntária no PECP, então, para essas mulheres, não é somente uma questão de doar seu tempo, pois sentem que há também muito retorno para quem faz esse trabalho. Camila diz que “é gostoso você ter esse contato com as crianças, com as mães” e que trabalhar no PECP é “uma delícia, adoro de paixão!” É muito comum ouvir tais sentimentos entre as voluntárias, e percebi, no campo, que embora a oportunidade de interagir com a população de Paraisópolis possa trazer muitas vezes um estranhamento em relação a práticas e comportamentos diferentes, tal experiência é considerada em geral como uma aprendizagem rica. Podemos ver esse sentimento no seguinte depoimento de Simone, que fala aqui das adolescentes grávidas que encontra no programa:

São adolescentes diferentes das adolescentes com quem eu convivo na minha classe, no meu nível sócio-econômico, porque quando você fala de uma adolescente de 14 anos grávida... a minha filha tem 14 anos, se você botar ela ao lado da de 14 anos de Paraisópolis, é completamente diferente. As de Paraisópolis são muito mais maduras, não só fisicamente – elas não parecem que têm 14 anos –, mas assim, elas têm uma maturidade que a minha filha não tem, elas são muito mais vividas, têm muito mais experiência de vida. [...] Eu fico assim abismada, parece outro mundo, e eu falo, converso muito com meu marido, com as minhas amigas, e quando eu conto fica tudo mundo assim... porque é outro Brasil, é outra realidade, é um Brasil dentro do outro Brasil. Meu marido gosta muito, porque ele fala assim: “é bom, porque você passa... você tem essa experiência para contar, porque a gente não tem idéia do que se passa, que existe esse tipo de coisa acontecendo”, então isso é muito legal.

Uma coisa que várias voluntárias contam que aprendem na interação com os usuários do PECP é saber dar valor às coisas, perceber o que é realmente importante para elas e valorizar o conforto de suas próprias vidas. Camila relata que:

Você passa a não dar valor a determinadas coisas que antes você dava, certos princípios, certas bobagens que a gente era tão... sabe? Você vê que você é muito feliz, e eles é que passam isso para a gente do jeito deles, com carinho, com uma palavra, até com uma reclamação, eles nos mostram muito isso. [...] Você vê que, às vezes, você fica assim... sei lá, uma coisa besta... minha pele está péssima, preciso ir no dermatologista, preciso passar creme. Aí chega uma coitada lá toda estropiada, com um cabelo... e você fala: “puxa eu não estou tão ruim! Estou extrapolando...” Às vezes até meus filhos reclamam de alguma coisa e eu falo: “calma, minha filha, você não sabe que tem coisa pior que isso”. Outro dia, tinha uma que estava fazendo crochê, sentada esperando, e eu perguntei a ela se ela fazia parte do grupo de trabalhos manuais [do próprio PECP] e ela falou: “você não sabe como isso me ajudou, eu estava pensando em me matar porque meu marido chega em casa toda hora bêbado, me batia... e agora eu sou outra pessoa porque eu pego meu trabalhinho e ele fica falando na minha cabeça, eu não dou bola, não respondo e a gente está até vivendo melhor”. Você vê, por uma besteirinha não é? Um crochezinho foi tão importante para ela. Então lá a gente aprende muito.

A idéia de o trabalho voluntário ser gratificante e uma experiência de aprendizagem apareceu regularmente nas minhas conversas com as voluntárias do PECP. Tal idéia reflete a experiência dos estudantes-professores do programa FALA da Escola Graduada, e a maneira pela qual seu trabalho permite a Camila perceber seus próprios privilégios também lembra a experiência dos estudantes da *Graded*, na sua interação com os seus alunos de inglês. Na reunião geral de voluntários do Einstein já mencionada acima, Telma Sobolh (presidente do voluntariado) terminou a sua apresentação sobre os valores do departamento anunciando que “Somos pessoas privilegiadas. Podemos ser voluntários”, sugerindo que a própria oportunidade de desenvolver esse ato de solidariedade e intervenção social deveria ser entendida como um privilégio em si.

Nesse depoimento de Camila, aparece também outra questão que lembra as experiências dos integrantes do FALA: a idéia do poder transformador das atividades oferecidas no PECP, que permeia a fala de muitas das voluntárias do programa. Essa transformação se dá através das melhorias no quadro da saúde da população infantil de Paraisópolis, promovida pelo atendimento oferecido pelo PECP nessa área, mas também se dá em outras áreas mais difíceis de se avaliar quantitativamente. Um exemplo é a história contada acima, por Camila, sobre a transformação da vida de uma mulher através do apoio que recebe do grupo de mulheres e voluntárias que compõem o programa de trabalhos manuais. Outro

exemplo se revela quando as voluntárias enfatizam as mudanças que vêm no comportamento das mulheres que trazem seus filhos ao ambulatório. Camila conta que

... as mães estão prestando atenção mais nos filhos, estão melhorando no que podem, entendeu? Na parte da alimentação, na parte da medicação, até da educação eu sinto uma diferença. [...] A gente percebe que as crianças estão mais educadas, sabe? Desde que eu comecei, eu senti uma melhora na maneira que as crianças falam, porque elas falavam muito palavrão, agora a gente já não escuta tanto, sabe? As próprias mães já estão mais calmas, mais acomodadas.

Percebemos na fala da Camila, porém, que a idéia do poder transformador do programa não se restringe aos usuários do PECP, mas que atinge também as voluntárias.

Quando assumiu o cargo de coordenadora das voluntárias do ambulatório, Camila passou a adquirir uma série de responsabilidades novas no PECP, uma das mais importantes sendo a mediação de relações entre voluntárias, e entre elas e os usuários e funcionários do programa. Fica claro na sua fala que, para Camila, uma parte muito gratificante desse trabalho tem sido a descoberta da sua própria capacidade de lidar com os desafios desse cargo, (disse-me que “nunca tive experiência de liderança, eu nunca me achei uma líder. Muito pelo contrário, lá em casa é o oposto”). Para Camila, suas relações com usuários do PECP e com as outras voluntárias, bem como a responsabilidade de mediar essas relações entre seus colegas e ‘clientes’, fazem parte de um só leque de experiências que nasce da sua afiliação ao Departamento de Voluntários do hospital. E no cotidiano do programa, vê-se, muitas vezes, aplicando as mesmas técnicas para facilitar toda essa diversidade de relações:

... às vezes, uma voluntária te liga e está nervosa, daí você escuta, com paciência, com calma, troca uma idéia... e outras vezes pode até ser estúpida, mas você releva também. Eu acho que na vida, a gente não pode levar tudo a ferro e fogo, assim como tem mães que, às vezes, estão nervosas, mas é lógico que elas têm que estar nervosas, porque, às vezes, não têm o que comer, não têm o que pôr na mesa para o filho comer e quer que a mulher esteja calma? E mesmo assim, eu acho que você tem que manter a calma se ela faz uma estupidez, se ela te responde errado, porque a situação não é fácil, a gente nunca sabe o que o outro está passando. Acho que é muito importante você ter um auto-controle de falar: “vai ver que ela hoje está com algum problema; ou está muito feliz, ou está péssima, ou está deprimida...” Tem muita coisa que acontece, não é? Então isso é a minha maneira de ver as coisas, sabe? Minha maneira de enxergar a vida. Então eu acho que isso ajudou para a harmonia [no seu setor do programa]. Às vezes tinham voluntárias que ficavam com uma briguinha e tal, e eu falava para elas irem com calma, deixa que eu falo. [...] Cada caso, cada ano, você tem um desafio novo, sabe? Você pega uma voluntária que é rebelde e daqui a pouco você vê que ela está melhorzinha, sabe? Uma vez, por exemplo, eu encontrei com uma [...] e a filha dela falou para mim: “você não sabe o bem que você faz para a minha mãe!” Você quer mais que isso?!

Percebemos que, tanto quanto os usuários, também as voluntárias podem ser transformadas pela sua passagem pelo programa, e que a delicadeza necessária para lidar com uma usuária de mau humor que talvez não tenha comido naquele dia, é a mesma exigida para se lidar com uma voluntária rebelde que não quer se conformar às regras do trabalho.

Camila procura usar a mesma delicadeza para lidar com as desigualdades socioeconômicas entre ela e as pessoas que frequentam o ambulatório. Ela me conta que “a realidade delas é muito diferente”, e tem que ser respeitada. “Outro dia mesmo...”, relata,

... uma voluntária que estava em treinamento falava para a mãe assim: “você precisa dar para o seu filho verdura com folhas verdes”. Na hora eu não me intrometi, mas depois eu falei pra ela: “olha, você quer que ela vai comprar onde? No Pão de Açúcar? Ela não tem dinheiro para comprar folha verde. Por isso que o pediatra indicou uma medicação”, porque ela queria que a criança sarsse pelo natural, e não é assim, você tem que ver o que você fala para as mães.

O cotidiano do atendimento no ambulatório traz diversas situações desse tipo. Uma das tarefas das voluntárias que trabalham nesse setor, por exemplo, é explicar para os pais das crianças como administrar os remédios prescritos pelos médicos. É importante, nesse caso, saber se os pais são alfabetizados e sabem ler e entender os rótulos dos remédios. No campo, percebi que, enquanto a maioria dos pais sabia ler os rótulos, havia uma pequena porcentagem que não era alfabetizada. Algumas voluntárias perguntavam diretamente aos pais se sabiam ler, e percebi que a questão, embora necessária, era um pouco delicada, pois corria o risco de envergonhar os não alfabetizados ou ofender aqueles que soubessem ler e escrever. Camila explica como procura minimizar o desconforto dessa situação, entre outras que considera semelhantes:

Tem muitas que não sabem ler, mas eu acho horrível você chegar e falar: “você sabe ler?” Então eu falo: “mãe, você está entendendo a minha letra?” E ela fala: “ah, não, não estou entendendo”, e você já percebe que ela não sabe, aí na seringa você põe uma marquinha na dosagem do remédio, sabe? É todo um jeito que você precisa ter, não pode chegar de supetão. Por exemplo, tem crianças super fedidas, mas você não vai chegar e falar: “escuta, você não vai dar banho nessa criança?” Então tem tudo isso que você tem que ter traquejo, né?

Além da preocupação de não ofender, há também a questão, para algumas voluntárias, da percepção que os usuários do PECP têm sobre elas mesmas, e de como isso pode afetar as suas tentativas de construir relações no programa. Simone, que trabalha com gestantes no PECP, percebe uma diferença, nesse sentido, entre as adultas e as adolescentes que frequentam o programa:

Outro desafio é, às vezes, a comunicação com elas. Eu não tenho problema em me comunicar com elas [as gestantes adultas], no começo elas olham estranho, porque vêem que é outra pessoa, de outro nível, mas elas logo vêem que eu não tenho preconceito e nem diferenças e se abrem comigo. Mas com as adolescentes é mais complicado para conquistar a confiança delas, demora um pouquinho. Então às vezes tem um pouco disso durante o grupo quando, nos intervalos, a gente tenta conversar, motivar... a gente até arranca uns sorrisos, umas risadas, mas acho que no fundo elas pensam: “coitada, ela não sabe o que é isso, ela vem de um mundo totalmente diferente, onde é tudo cor-de-rosa”. Eu acho que elas olham para a voluntária mais dessa maneira.

Sabemos que atravessar a Avenida Giovanni Gronchi e entrar nesse ‘outro mundo’ de Paraisópolis, para a maior parte da elite do Morumbi, é uma viagem pouco comum e muitas vezes temida, normalmente reservada para os momentos em que o trânsito exige um atalho pela favela, dentro de um carro freqüentemente blindado e de vidro escuro. A questão, já tratada acima, do medo das elites paulistanas em relação aos seus vizinhos urbanos das classes populares, torna-se bastante ambígua quando se observam os dados recolhidos entre os atores do meu campo. Enquanto algumas voluntárias do PECP sentiam bastante medo de Paraisópolis, outras estavam muito à vontade, trabalhando na favela.

Um sinal dos sentimentos das voluntárias a esse respeito poderia ser percebido através da maneira em que escolhiam ir até o PECP. Uma parte das voluntárias dirigia seus próprios carros até Paraisópolis, enquanto que outras se encaminhavam até o hospital, onde pegavam uma perua do departamento, que as levava ao programa em horário determinado. Tal perua oferece a possibilidade das voluntárias chegarem ao PECP sem terem que interagir com o resto da favela. Isso, e o fato de que as atividades do programa são todas realizadas no ambiente construído pelo hospital dentro da favela, fazem com que a perua e os prédios do PECP, apesar de localizados fisicamente dentro de Paraisópolis, tornem-se um tipo de continuação do espaço seguro e conhecido do hospital.

A sensação de segurança oferecida pelos prédios do PECP e pela perua foi revelada em uma conversa que tive com uma voluntária, um dia de manhã, enquanto esperávamos a perua, no estacionamento do hospital, para ir até o PECP. A mesma contou-me que não gostava de dirigir seu próprio carro até o PECP. Fazia somente um ano que trabalhava no projeto e, a cada viagem, parecia que o motorista da perua fazia um caminho diferente. Portanto, ainda não tinha aprendido o caminho e tinha medo de se perder se fosse sozinha. Se se perdesse na favela, disse, ficaria “perdida *mesmo*”, e lá dentro era perigoso. Ela contou que, no dia anterior, havia lido no jornal que um professor fora seqüestrado e mantido em um cativeiro em Paraisópolis. Acrescentou, no entanto, que achava engraçado que, “lá dentro” do PECP se sentisse segura, como todas as outras voluntárias, mesmo que somente houvesse seguranças do projeto no

portão, e não policiais de verdade. Esse medo da favela fora do PECP, sentido por algumas voluntárias, novamente se revelou em outra ocasião no campo, quando mencionei a uma das voluntárias que pretendia, depois de sair do PECP naquele dia, ir a pé até a Escola Graduada, onde tinha uma entrevista marcada. Apesar de explicar que a escola ficava menos de 10 minutos a pé (era só subir duas ruas de Paraisópolis e atravessar a Avenida Giovanni Gronchi), a voluntária ficou extremamente preocupada com a idéia de eu andar sozinha na favela, insistindo que eu consultasse uma das faxineiras do projeto sobre o caminho, e despedindo-se no final da tarde com o aviso “tome cuidado – não queremos te perder! Não fale com ninguém!”

Para outras voluntárias, embora Paraisópolis ainda fosse percebido como um lugar potencialmente perigoso, a convivência dentro da favela não era concebida de maneira ameaçadora. O seguinte depoimento de Camila é bastante interessante, nesse sentido. Indagada se sente medo ao trabalhar em Paraisópolis, responde que:

Eu nunca tive, sabe? Tanto que eu sempre fui de carro para lá. Meu carro, na época, era importado, então eu pedia para o meu filho trocar de carro comigo, porque eu também acho que é ostentar muito, não é? Eu acho que é uma afronta também. Então ele trocava de carro comigo, e ele adorava! E ele deixava o carro para mim, e eu sempre fui. Nunca aconteceu nada, nada, nada, com o meu carro pelo menos, nunca mesmo. Com o de outros voluntários, já aconteceu. Mas daí depois eu achei, por bem, parar de ir de carro. Não que eu tenha medo, mas a gente evitar acidentes é dever de todos, não é? Então para que é que você vai ficar se expondo a uma coisa que, de repente, pode acontecer? Foi justamente na época que trocou o comando lá dentro, sabe? Porque antes era um tal de Juarez, que eu não conheci, mas ele era todo, sabe, principalmente com os voluntários, ele tinha o maior respeito por nós. E aí teve... queimaram um reator lá do ambulatório... uma revolta da comunidade porque estavam fechando a quadra antes, então teve esse incidente, estragou um monte de vacina... foi uma judiação. E aí então eu achei, por bem, por que se arriscar? Mas eu nunca tive medo, não.

Como que foi esse incidente?

Eu não sei exatamente o que aconteceu, eu sei que quebraram o quadro de força, daí nós ficamos sem luz e estragou-se muita coisa. Mas aí, depois, conversando, deixando a quadra aberta mais tempo... aí nunca mais aconteceu nada.

E como que fizeram essa mediação com a comunidade?

É, essa mediação principalmente é com a casa ao lado [o pessoal que trabalha com as atividades sócio-educativas], porque são eles que têm mais contato com a comunidade. Tem um professor lá que é ótimo, que ele tem muito contato com a comunidade também. E tinha uma coordenadora do PECP, que ela também estava nas conversas. Aí sossegou tudo. Mas é lógico, é uma favela, então a gente já ficou sabendo de casos de gente seqüestrada lá dentro... mas isso acontece, e não acontece só em Paraisópolis, acontece em tanto lugar, é

uma loucura. Mas nunca tive medo. Eu tenho mais medo de sair na rua, de pegar determinados bairros, determinados faróis, do que lá. Lá você se sente segura.

Por que será?

Ah, porque cada esquina é um garotinho de rua que você não sabe se é pedinte ou se é... E lá não, ainda mais quando a gente está de rosinha, nossa, é uma beleza! A hora que você desce da perua, todo mundo cumprimenta. É muito bom mesmo. [...] Tem uma outra favela que chama Jardim Colombo, e dizem que é perigosíssima. Então lá, por exemplo, se eu tenho que ir... eu já não passo por uma ladeira que tem, sabe? E em Paraisópolis a gente passa. Eu acho que é por você conhecer, mais ou menos, os costumes do lugar e você fica familiarizada, e em outras eu já tenho medo.

Na fala da Camila, percebemos que a sua familiaridade com o ambiente do entorno do PECP faz com que deixe de ter medo de ir a Paraisópolis, mesmo que continue tendo medo de andar em favelas que não conheça. Mas não é somente a familiaridade com Paraisópolis que leva a esse sentimento de segurança; é também a sensação que ela, Camila, faz parte agora de uma teia de relações sociais que se estende por dentro da favela. O uso do uniforme do voluntariado age como sinalizador visual da sua posição nessa teia; vestindo-a, Camila sabe que todos vão reconhecê-la (“quando a gente está de rosinha, nossa, é uma beleza!”).

Como vimos no depoimento de Camila, a presença do PECP em Paraisópolis significa de fato a inserção de uma série de atores ligados ao Hospital Albert Einstein (voluntários, funcionários, integrantes do Instituto de Responsabilidade Social do hospital, etc.) nas redes de relações já existentes dentro da favela. Para Camila, evitar ser alvo de crime dentro de Paraisópolis é, em parte, uma questão de cuidar dessas relações. Na sua descrição do ataque ao PECP, sugere que a negociação entre os representantes do PECP, as ‘pessoas da comunidade’ e o ‘comando’ de Paraisópolis é necessária, mesmo se ela particularmente não fizer parte de tais negociações.

Outra forma de se cuidar dessas relações é o controle dos sinais visuais que definem a identidade das voluntárias na favela. Chegando em Paraisópolis na perua do voluntariado e vestindo seu avental cor-de-rosa, Camila é facilmente identificada como uma voluntária do PECP. Ela acredita, porém, que chegando em Paraisópolis de carro importado, teria uma identidade diferente – a de uma mulher que ostenta a sua riqueza – o que, no contexto da favela, poderia atrair uma hostilidade que ela, na sua identidade de voluntária, poderia evitar com facilidade. Percebemos que esse jogo de identidades e sinais visuais facilita a negociação sobre os usos do espaço urbano entre a elite e a população da favela, no contexto da prática filantrópica. A fala de Camila revela sua preocupação em acertar os sinais visuais apropriados para os diferentes espaços urbanos entre os quais circula. Mas o encontro inesperado com um

dos usuários do PECP fora do programa, relatado abaixo, mostra como a distinção de tais espaços também pode ser confundida no cotidiano do seu bairro:

Outro dia mesmo eu estava atendendo um pai e ele me falou: “mas eu conheço a senhora!” Aí eu olhei para ele e lembrei, ele trabalha num supermercado que tem aqui [...] e ele corta frios... mas eu nunca vou de avental... e ele falou: “ah, eu já sei, eu corto frios para a senhora, que bom encontrar com a senhora aqui!” Quer dizer, é gostoso. É uma farra ir para lá!

Descobrir que ela tem uma relação paralela com um usuário do PECP, fora do contexto do programa, ou seja, ser reconhecida por tal usuário em outro contexto, sem o avental que normalmente assinalaria a sua relação com ele, é um incidente surpreendente para Camila. Mas tal incidente não a incomoda. Pelo contrário, ela acha reconfortante perceber que seu bairro, longe de ser caracterizado por uma separação absoluta entre dois mundos sociais distintos, representa, num certo sentido, uma única paisagem urbana, construída por uma única e extensa teia de relações sociais.

Capítulo 3. Programa Nova Geração: a formação de uma elite “socialmente responsável”

3.1 Introdução ao campo

O Programa Nova Geração (PNG), a terceira iniciativa enfocada por meu estudo, se diferencia das outras duas por ter como público-alvo da sua intervenção no meio social a própria elite brasileira. A proposta do programa, nesse sentido, é de trabalhar com a “segunda geração” dessa elite, para aumentar sua consciência e conhecimento sobre a desigualdade e a pobreza no Brasil, estimulá-la a pensar sobre seu próprio papel e responsabilidades em relação a esse cenário, e capacitá-la para atuar no meio social através de uma diversidade de possíveis iniciativas (fundações familiares, atividades de responsabilidade social corporativa, ações de investimento social privado, e na fundação, apoio e participação em ONGs e projetos sociais) no futuro. O PNG foi iniciado em 2006, e desenvolveu seu programa piloto ao longo desse ano. A primeira “turma” do programa tinha 19 participantes, todos entre 19 e 34 anos de idade. A maioria vinha de famílias da alta elite, todos herdeiros de grandes fortunas, enquanto apenas uma pequena porcentagem havia conquistado seus próprios recursos através da fundação de empresas bem-sucedidas no mercado financeiro. Eles foram escolhidos para participar do programa, já que anteriormente atuaram em iniciativas sociais, ou se mostraram interessados a aprender sobre possíveis maneiras de se envolver nesse meio no futuro. Todos, de qualquer maneira, se mostraram muito preocupados com os problemas sociais brasileiros.

O PNG é definido como um programa direcionado à “nova geração engajada na transformação da realidade social do Brasil”. Na informação distribuída no primeiro encontro do programa, ele é descrito como:

- Um espaço de aprendizagem e construção coletiva de conhecimento sobre as causas sociais brasileiras para jovens financeiramente privilegiados.
- Um fórum para troca de experiências entre pessoas da nova geração preocupadas com a situação social.
- Um espaço para discussão sobre formas de contribuir para a melhoria das causas sociais brasileiras.
- Um espaço de reflexão sobre a prática de intervenção social destes jovens.

O programa foi desenvolvido a partir de uma série de quatro seminários que ocorreram em pousadas e hotéis fora de São Paulo. Entre os seminários, houve quatro jantares (oferecidos por participantes da turma nas suas casas ou nas casas de seus pais) para que a turma mantivesse contato. Para dois desses jantares foram convidadas pessoas com grande atuação na área de investimento social privado, a fim de que pudessem conversar sobre suas trajetórias e

experiências com os participantes do programa. A equipe que organizou e viabilizou o PNG durante seu ano piloto contava com cinco membros: a idealizadora do programa, que vem da mesma realidade social do público-alvo do programa, e que trabalhou durante oito anos no terceiro setor – primeiramente com a Fundação Kellogg e depois com o IDIS (*Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social*)⁷⁸ –; uma consultora do *Instituto Fonte*, uma organização especializada no apoio e desenvolvimento de organizações no terceiro setor; um ex-empresário de uma corporação transnacional, agora diretor local de uma ONG que apóia jovens empreendedores sociais; uma ex-gerente de projetos no IDIS, que atualmente trabalha como gerente de *marketing* na empresa de vinhos da sua família, e uma advogada com pouca experiência no meio social, que se juntou à equipe em busca de uma aprendizagem mais profunda sobre as possibilidades do seu envolvimento no terceiro setor.

Os seminários do PNG envolveram uma variedade de atividades, incluindo palestras com pessoas com experiências diversas no terceiro setor, visitas para diferentes projetos sociais e variados exercícios e debates com a turma inteira, em pares e pequenos grupos. Os temas do programa foram abordados através da seguinte divisão:

1º Seminário – Compreender o fio da história

- O contexto social brasileiro; o surgimento do terceiro setor, o papel de cada setor.
- Da doação ao investimento social.
- As causas sociais.
- A minha história.
- A minha relação com privilégios, minha motivação e valores.

2º Seminário – A natureza da intervenção social

- Compreendendo a necessidade e a ajuda.
- Compreendendo os movimentos sociais nas diferentes causas.
- Intervenção, mudança, transformação e desenvolvimento.
- Qual a natureza da minha intervenção?

3º Seminário – Investimento e empreendedorismo social

- O que promove desenvolvimento?
- A natureza da doação.
- Formas de intervenção – investimento individual, familiar, corporativo e comunitário.
- O que quero mudar na minha atuação?

4º Seminário – Escolhendo o futuro

- Tendências da atuação social – o desafio da complexidade.

⁷⁸ IDIS é um instituto brasileiro, fundado em 1999, que tem como objetivo promover o investimento social privado no país. Ele define “investimento social”, no seu *website* (www.idis.org.br), como “a alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais, para o benefício público”. A Fundação Kellogg é uma das maiores fundações filantrópicas no mundo. Atuando nas áreas de saúde, educação e agricultura nos Estados Unidos, na América Latina, no Caribe e em sete países do sul da África, tem a sede de sua coordenação latino-americana instalada no Brasil (veja-se: www.wkkf.org).

- O que poderá mudar a nossa história?
- Qual o nosso papel daqui para frente?
- O que quero consolidar?

O amplo conteúdo do PNG, as diversas experiências dos participantes da sua primeira turma em inúmeras iniciativas sociais e as variadas repercussões do programa fizeram desse campo uma fonte vasta de informações sobre filantropia brasileira contemporânea. Neste capítulo, pretendo investigar as origens e concepção do PNG através da trajetória da sua idealizadora. Depois, apresentarei algumas atividades do programa conforme minhas observações de campo, com a intenção de explorar as maneiras pelas quais certas idéias e discursos foram disseminados ao longo do programa. Junto a essa análise, investigarei a experiência dos participantes do PNG, em relação às suas intervenções e reflexões sobre o meio social.

Porém, acredito ser importante também considerar o contexto de minha própria inserção no último desses três “campos” de meu estudo, já que assumi nele uma posição muito diferente do que nos outros, o que, sem dúvida, me colocou em uma situação de pesquisa um tanto diferenciada no contexto deste trabalho. Enquanto a minha participação no PECP do Hospital Albert Einstein e no programa FALA da Escola Graduada era claramente restrita ao papel de pesquisadora, meu acesso ao PNG foi, desde o início, condicionado à minha integração como participante no programa. A condição de pesquisadora não se revelou um problema, pois havia sido combinado, com a idealizadora do PNG, que o programa poderia entrar na minha pesquisa, o que a levou a considerar que, pelo fato de estudar os temas do mesmo, eu poderia contribuir de forma diferenciada nos debates do grupo, mas o pré-requisito para a minha presença no programa era meu perfil pessoal. Por um lado, não me identificava nem com o luxuoso estilo de vida dos integrantes do PNG, nem com uma série de particularidades na sua convivência com a cidade. Por outro, a condição financeira da minha família na Inglaterra e certas experiências minhas ligadas a essa condição, em relação aos recursos financeiros, à família e à filantropia, fizeram com que eu compartilhasse certas questões e preocupações com essas pessoas, e por tanto eu me encaixasse no critério de participação desse grupo. Além disso, acredito que o fato de eu não ser brasileira, apesar de me distanciar ainda mais dos outros participantes, era considerado um diferencial que eu poderia acrescentar ao programa, especialmente em relação a certas experiências da minha mãe com filantropia e investimento social privado na Inglaterra.

A questão do que isso significa para meu estudo nesse campo é complexa. Tinha, aqui, um duplo interesse, que não era o caso nos outros dois projetos enfocados nesse estudo. Por

um lado, eu estava presente nesse campo como pesquisadora; mas, por outro, ao aceitar o convite de participar no PNG como integrante do grupo, percebi que meus interesses em relação a esse grupo iam além da minha pesquisa. Como filha de uma pessoa ativa no meio de filantropia privada na Inglaterra, tinha interesse pessoal em conhecer e potencial para atuar nesse campo. De fato, em parte foi devido a isso que tal campo originalmente me interessou como tema de pesquisa, e foi diretamente pelos contatos pessoais que tive conhecimento e acesso ao PNG.

Porém, minha inserção na turma do programa significava me defrontar também com uma série de diferenças entre mim e a maior parte dos outros participantes. Além das diferenças em nossos estilos de vida e das experiências com a metrópole (já que eu era a única, por exemplo, que usava transporte público para andar na cidade, e o fato de eu morar no antigo centro de São Paulo era considerado um fato curioso pela maioria do grupo), minhas opiniões políticas eram bastante diferentes sobre muitas questões, especialmente em relação à história e às causas da desigualdade brasileira e seu contexto político atual. No entanto, a coordenação e a maioria dos participantes do programa acreditava que minhas opiniões diferenciadas fosse um fator positivo para o programa, e enfatizavam que a diversidade de perspectivas era um princípio da metodologia utilizada. Ao longo do programa, comecei a perceber que a minha posição como estrangeira, e o fato de me cumprir os requisitos para a participação no grupo, mesmo com experiências de vida e opiniões muito diferentes da maioria dos seus integrantes, na realidade me colocavam em uma situação bastante privilegiada e interessante, permitindo que eu contribuísse com idéias e opiniões às quais os participantes do grupo normalmente não teriam acesso.

Um exemplo disso aconteceu no final do segundo seminário, quando alguém do grupo me ofereceu uma carona de volta para São Paulo. No carro, começamos a conversar sobre a questão de posse de terra no Brasil e as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Depois de um tempo conversando sobre o assunto, sobre o qual concordávamos quanto à sua importância para a questão da desigualdade social brasileira, perguntei se não acreditava que seria interessante trazer alguém do MST para discutir com o grupo. Quando me respondeu que talvez o grupo não se mostraria disposto a ouvir alguém do movimento, percebi como as opiniões políticas e os interesses dos participantes do programa definiam limites para sua disposição em lidar com certas questões ligadas aos problemas sociais do país. Porém, no espaço de troca estabelecido pelo programa, os integrantes do grupo pareceram dispostos a ouvir e discutir certas idéias e opiniões comigo que ultrapassaram tais limites, e até valorizavam tal oportunidade.

Ao longo do seu ano piloto, fui me envolvendo bastante com o PNG. Além de participar em todos os eventos do programa, e de conduzir uma série de cinco entrevistas gravadas com seus participantes e facilitadores, também acompanhei a idealizadora do programa em um seminário de uma semana nos Estados Unidos, que tinha como tema a atuação de jovens financeiramente privilegiados no meio social. Depois do seminário, ainda fiz com ela uma série de visitas a organizações trabalhando com jovens do mesmo perfil nesse país.⁷⁹ De volta ao Brasil, tive grande envolvimento com a programação de uma série de atividades com a primeira turma do PNG – depois que o programa terminou seu ano piloto no final de 2006 –, durante um semestre, incluindo a liderança de um pequeno grupo de “investimento social”, constituído de sete ex-participantes da turma. Esse envolvimento permitiu uma inserção mais profunda nesse campo do que nos outros dois do meu estudo, o que me levou a uma experiência etnográfica bastante valiosa, revelando sutilezas e aspectos desse campo que talvez tenham permanecido mais ocultos nos outros dois. Por outro lado, tal inserção confundiu as fronteiras entre minha observação e participação no campo, fazendo dele uma experiência etnográfica mais difícil de reproduzir no texto.

Embora não haja aqui espaço para elaborar muito a questão de como a natureza da inserção e o olhar do pesquisador em campo servem para moldurar a sua representação textual do mesmo,⁸⁰ vale lembrar que, no *Actor-Network-Theory* de Latour (2005), a visão de determinada posição não remete automaticamente a uma condição de “subjetividade”. Latour desloca a preocupação em distinguir um olhar “subjetivo” de um olhar “objetivo” no campo para a intenção de capturar a natureza complexa e diversificada do social, traçando conexões entre olhares posicionados em vários lugares, incluindo o do próprio pesquisador. No estilo descritivo de análise proposto por Latour, nenhum olhar é mais legítimo do que outros; é conferida a mesma importância a todos os olhares na revelação das redes através das quais as relações sociais são desenvolvidas. Nesse sentido, Latour pergunta:

O que faz pensar que ‘ter um ponto de vista’ significa ‘ser limitado’ ou ‘subjetivo’? [...] Se alguma coisa sustenta diversos pontos de vista, trata-se apenas de algo altamente complexo [e] intrincado (2005: 145, tradução minha⁸¹).

⁷⁹ Essas experiências me permitiram começar a estabelecer uma rede de contatos internacionais na esfera da filantropia, que será tema de um futuro trabalho.

⁸⁰ É claro que há uma literatura vasta na antropologia a respeito dessa questão, que começa a preocupar a disciplina com os movimentos pós-colonial e pós-modernista dos anos 1980. A coletânea *Writing Culture*, organizada por James Clifford e George Marcus em 1986, é considerada por muitos o trabalho seminal nesse sentido.

⁸¹ No original: “what makes you think that ‘having a viewpoint’ means ‘being limited’ or especially ‘subjective’? [...] If something supports many viewpoints, it’s just that it’s highly complex [and] intricately folded”

Donna Haraway, antropóloga que trabalha na interface entre estudos feministas e estudos de ciência, desenvolve um argumento semelhante, apelando para “saberes localizados”, que rejeitam totalização e relativismo em favor de uma abordagem que enfatiza a natureza fragmentada e flexível da experiência humana (1995: 23/26). Nessas abordagens, a posição do pesquisador em campo é trazida para o primeiro plano em vez de ser oculta.

No que segue, procurarei traçar algumas redes através do PNG a partir da posição (parcial e localizada) em que as identifiquei no campo. Na medida em que não escondi essa posição, também não pretendo usá-la para argumentar que outras posições encontradas nesse meio sejam menos legítimas do que a minha. Como argumenta Latour (2005: 145-147), é a própria revelação das multiplicidades de posições encontradas no campo que permitirão compreendê-lo em toda a sua complexidade.

3.2 Nova geração, novas abordagens: as origens do Programa Nova Geração

A história do Programa Nova Geração é inseparável da história da sua idealizadora, Daniela Nascimento Fainberg. Daniela vem de uma família da alta elite brasileira, e conta que “a minha questão com o social começa dentro de casa, começa com a minha mãe, desde que nasci”. Desde sua infância até hoje, sua mãe trabalha como voluntária na ONG paulistana Obra do Berço, associação que atua nas áreas de educação e assistência social com crianças de famílias de baixa renda nas regiões de Campo Limpo, Cidade Ademar e Vila Mariana. A mãe de Daniela desenvolveu um trabalho extenso nessa entidade, exercitando, ao longo dos anos, vários papéis no Conselho e Diretoria. Enquanto isso, os pais de Daniela se preocuparam sempre em “ajudar seus funcionários próximos, dentro de casa”; Daniela lembra especialmente da relação entre sua mãe e as pessoas que trabalhavam na fazenda de seus pais. Lá, ela conta, a sua mãe se preocupava muito com a educação dos filhos dos colonos, acompanhando seus estudos durante as férias, e depois pagando a faculdade de um desses meninos – agora pai de família –, que ela acompanha até hoje.⁸² Daniela admira a maneira como sua mãe se envolve

⁸² Observamos que a relação filantrópica entre as elites do meu campo e seus funcionários (em casa, na fazenda e na empresa) é um tema recorrente nesse estudo. Tal relação é contada muitas vezes como lembrança da atitude beneficente dos pais dos atores no meu campo (um tipo de experiência formativa da prática filantrópica), mas também se replica no presente desses atores. A própria Daniela tem hoje uma relação semelhante com a empregada da sua casa, e podemos lembrar, por exemplo, o caso de Camila (voluntária do PECP), que pagava o parto cesariano do filho da sua empregada, e de Mônica, da Escola Graduada, cujos pais pagaram o enterro da filha da empregada alguns anos atrás.

com as pessoas que ajuda, e conta que ela “quer saber onde esse estudo leva, o que melhora na qualidade de vida da relação. A minha mãe realmente tem relação com as pessoas que ela apóia.” De maneira geral, Daniela sente que seus pais se preocuparam muito com a educação de seus próprios filhos sobre o mundo, seus papéis e postura nele: “eles sempre trataram, não só a questão social, mas de negócios, de vida, de visão de mundo, na sala de jantar da casa deles”.

Durante sua infância e adolescência, porém, Daniela conta que a questão social não a preocupava muito: “cursava uma escola privada, semi-interna, católica, super rígida, onde eu não tive quase nenhuma chance de me misturar com o diferente” e, apesar de notar e se incomodar com as desigualdades, não acreditava que isso lhe dissesse respeito. Saindo da escola, Daniela decidiu não ingressar diretamente na faculdade, e com 18 anos foi morar por um ano e meio nos Estados Unidos. Lá, estudando em uma universidade norte-americana com pessoas de vários países, sua experiência e conhecimento sobre o mundo e suas diferenças se ampliaram. Nos últimos quatro meses de sua estadia no exterior, Daniela fez uma viagem de estudos que valia créditos na faculdade. O navio em que viajou era um tipo de universidade flutuante com estudantes e professores; passou por dez países, incorporando diversas visitas educacionais no seu programa de estudo. Daniela conta:

... essa viagem foi um marco pra mim, de conhecer culturas e realidades sociais bem diferentes [...] comecei a olhar as diversas sociedades, as culturas, de uma maneira diferente, uma maneira de me perguntar por que existe tanta diferença entre classes. Eu estive na Índia, eu estive na Ásia... e na África do Sul, especificamente, foi a onde essa questão mais me tocou. Isso era em 1993, pós-apartheid, mas ainda tinha uma segregação, e tem até hoje, muito grande na África do Sul. Então quando eu estava visitando, com lideranças comunitárias, os guetos, me impressionou muito essa diferença racial, de classe, de cultura, de segregação mesmo. E naquele dia, na comunidade mais paupérrima que a gente foi visitar, eu senti uma identificação muito grande com a cultura brasileira, com os meus valores.

Nesse momento, Daniela estava estudando relações internacionais e política, e pensando em seguir uma carreira diplomática. Durante essa viagem, porém, tão longe da sua casa, Daniela começou a pensar no seu próprio país, e se preocupar com questões que, até então, não a tinham incomodado. Ela relata:

Quando eu estive nessa comunidade na África do Sul, eu vi que pela ligação até cultural com o Brasil, eu pensei: “gente, e as favelas? E o Brasil? E a diferença racial no país? Meu caminho não é fora do Brasil, na África, ajudando comunidades pós-guerra ou contra a AIDS, não, tem muita miséria no [meu] país”, mais, até então, isso não tinha me tocado.

De volta ao Brasil, Daniela resolveu mudar o rumo dos seus estudos, e foi fazer Ciências Sociais na USP, querendo “entender culturalmente e historicamente a sociedade na qual eu vivo”. Ao ingressar na USP, Daniela passou a conviver com pessoas, no seu próprio país, que antes não faziam parte do círculo social, e com isso, passou a olhar para sua própria posição social de maneira distinta. A sensação de estar convivendo em duas realidades diferentes era ampliada pelo fato de que Daniela trabalhava, enquanto cursava a faculdade, na loja de produtos de luxo *Daslu*.⁸³ Ela conta:

Eu era uma das pessoas – se não a mais – privilegiada financeiramente da universidade, da minha classe, da minha turma. Então, no primeiro ano, eu escondi muito de onde eu vinha, onde morava; eu não tinha vontade de fazer trabalho com as pessoas. [...] E meu dia era esse, quatro horas eu fazia Ciências Sociais na USP e quatro horas na *Daslu*. Eu acho que viver essa bipolaridade me fez enxergar diversas coisas: que eu não me sentia à vontade na *Daslu*, nem com o consumo, nem com lidar só com riqueza, com futilidade, com coisas que eu não me identificava. Comecei a pensar se eu me identificava com os meus amigos da escola... e na faculdade, ideologicamente eu me identificava, mas não eram pessoas com as quais eu saía todo dia, então isso foi difícil para mim, mas eu acho que esses dois lados me fizeram dar o próximo passo, depois que eu estava terminando a faculdade, para escolher um trabalho que eu pudesse procurar entender a sociedade e aplicar alguma coisa disso na prática.

Saindo da faculdade, então, Daniela foi trabalhar na Fundação Kellogg. Esse período, na segunda metade dos anos 1990, foi um momento de grande crescimento do terceiro setor no país, ligado ao seu período de redemocratização pós ditadura militar. Trabalhando na Kellogg, Daniela podia acompanhar de perto o surgimento de várias entidades que iriam se tornar grandes referências nesse meio – como o já mencionado GIFE, a Fundação Abrinq, o Instituto Ayrton Senna, e os centros de estudos do terceiro setor na Faculdade de Economia e Administração da USP e na Fundação Getúlio Vargas –, muitas delas apoiadas em primeiro momento pela própria Fundação Kellogg.

Na Kellogg, Daniela trabalhava em vários setores. Apesar de gostar muito de selecionar e acompanhar projetos, ela conta:

... as iniciativas que eu me interessei mais, me envolvi, sempre foram áreas meio de trabalhar a iniciativa privada, apoiando projetos, fomentar o voluntariado, a promoção da filantropia e de lideranças na área social [...] esse trabalho de intermediação era onde eu mais me identificava.

⁸³ A loja *Daslu* ajudou a estabelecer novos padrões de consumo entre as classes de maior poder aquisitivo em São Paulo. Em sua nova loja, aberta ao público em 2005, a clientela paga R\$30,00 somente para usar o estacionamento, sendo que nesse, assim como em outros ‘enclaves fortificados’ da cidade, não há entrada para pedestres.

Quando o então diretor regional da Kellogg para a América Latina, Marcos Kissel, saiu para montar o IDIS, organização que tinha como objetivo promover e estruturar o investimento social feito por famílias, indivíduos e empresas, Daniela conta que foi muito natural ela querer ir junto para trabalhar na nova iniciativa. Do final do 1999 até o meio de 2004, ela trabalhou então no IDIS, e em 2002 foi responsável por criar, dentro do Instituto, a área de investimento social familiar, direcionado a “famílias de grandes fortunas que queriam destinar parte dos seus recursos para a área social”. Para Daniela,

A diferenciação da filantropia em investimento social familiar para o corporativo era a motivação que une a família, fazer um investimento alinhado com os valores da família, trabalhar a questão de sucessão e passagem de geração, legado e valores que a família quer deixar na sociedade para além da empresa. E isso me motivou bastante a trabalhar com pessoas, e não com grandes, megas corporações. Era um contato mais direto e ao mais tempo mais profundo. As consultorias eram muito profundas.

Além de se deparar com as complexas dinâmicas familiares que influenciaram as práticas das famílias nesse meio, Daniela também começou a perceber a ausência dos seus contemporâneos nele:

... nesse trabalho, eu fui vendo que eu via muito pouco a minha geração envolvida com as questões sociais nessas famílias [...] e no IDIS mesmo, eu não tinha muito apoio para lidar com essas questões de dinâmica familiar. [Tinha apoio] sim com o processo de investimento social estruturado, mas para mim isso era a conseqüência, porque se você não trabalha em que contexto está a família, em que contexto está o negocio da família, em que contexto são as relações familiares, o social é sempre periférico.

Essa experiência levou Daniela a definir um foco para o próximo passo da sua carreira. Através do seu trabalho no IDIS, ela começou a juntar uma crescente preocupação em envolver pessoas da sua geração nas decisões das suas famílias em relação ao investimento social, com uma convicção que o contexto das relações familiares e a clareza sobre os valores e objetivos das famílias eram fundamentais para o desenvolvimento de atividades efetivas nessa esfera. Assim, Daniela resolveu sair do IDIS, e começou a pensar na fundação de uma iniciativa nova, organizada para apoiar a segunda geração (ou seja, pessoas da sua própria idade) das famílias com quem ela já estava trabalhando, no desenvolvimento do seu conhecimento e de suas atividades no meio social. Daniela percebeu que a chave para a fundação dessa iniciativa se encontrava na aproximação de dois elementos da sua própria experiência. Ela me conta que tinha “uma rede de relacionamentos, e pertencia a esse contexto de jovens privilegiados, e tinha [também] uma experiência técnica de investimento social privado de oito anos.” O

Programa Nova Geração nasceu – com a ajuda e conselho de várias pessoas no seu entorno – do encontro desses dois elementos.

É difícil dizer quanto o PNG reflete tendências em outras entidades na esfera do investimento social privado. Carla Duprat, uma das fundadoras do IDIS, que atualmente trabalha na área de investimento social corporativo para o Grupo Camargo Corrêa (um dos maiores grupos empresariais do país, atuante principalmente nas áreas de engenharia e construção), e que foi uma das pessoas envolvidas na criação do PNG, me disse em entrevista que, enquanto o programa “não deixa de ser extremamente inovador”, ele também representa:

... uma evolução da maturação deste setor. Eu vejo isto. Acho que assim ele [o PNG] encontrou uma resposta [positiva] tanto de participantes como de financiamento e de pessoas envolvidas, porque ele nasceu na hora certa. Ele respondeu a uma leitura do contexto que indicava que seria possível imaginar uma iniciativa dessa forma, que existiriam pessoas interessadas em dedicar tempo para pensar nesse tema, e depois se mobilizar para fazer algumas coisas.

Como já vimos acima, a preocupação central do PNG é com a conscientização e aprendizagem dos seus participantes em relação ao meio social e suas responsabilidades com o mesmo. Nesse sentido, procura passar conhecimento sobre a situação socioeconômica do país e sobre o crescimento e atuação do terceiro setor. Também visa estimular debates sobre a responsabilidade da elite brasileira para desenvolver ações nesse meio, e explorar as relações familiares ligadas ao dinheiro e à filantropia, investigando o papel da segunda geração em tais relações. Enquanto o programa não visa promover intervenções filantrópicas específicas entre seus participantes, ele busca apoiar futuramente tais ações, através das atividades organizadas por seu *Alumni* e as iniciativas da nova organização *GerAção*, fundada por Daniela. No discurso do PNG, surge a intenção de estimular a elite brasileira a se engajar com os problemas sociais de uma maneira mais ativa e informada, fazendo com que ela efetue uma ‘transformação social’ no seu país. Daniela explica, em entrevista, que no PNG,

O pano de fundo é sempre a questão social, passando por alguns veículos de participação, de atuação social, seja investindo em projetos sociais, atuando em sendo melhor cidadão, participando mesmo da sua sociedade, envolvendo a sua família nessa questão social, atuando, através da sua empresa, com maior responsabilidade social na gestão de seus negócios.

No que segue, enfocarei três temas através dos quais o PNG procurou desenvolver esse discurso durante seu ano piloto.

3.3 Pensando sobre a desigualdade

Ao longo do PNG, a questão da desigualdade socioeconômica foi investigada e retomada de diversas maneiras. No primeiro seminário do programa, intitulado “A Questão Social: compreendendo o fio da história”, a discussão sobre esse tema se concentrava no desenvolvimento econômico do país e o crescimento do seu terceiro setor, e contemplava muito pouco o papel histórico (e atual) das elites brasileiras na manutenção de tal desigualdade.

Nesse primeiro encontro, parece que as atividades organizadas apoiaram esse olhar. Foram convidados dois palestrantes, o sociólogo Léo Voigt, professor universitário, consultor da Unesco e coordenador da Política de Proteção à Infância em Situação de Risco na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e José Pereira de Oliveira Junior, um dos fundadores da ONG Grupo Cultural Afro Reggae, que desenvolve projetos sociais com música e dança para jovens em Vigário Geral e outras favelas com altos índices de tráfico de drogas no Rio de Janeiro. A palestra de Léo Voigt, intitulada “As Mudanças no Brasil e a Nova Divisão Social da Tarefa Pública”, apresentou uma visão muito positiva do desenvolvimento social e econômico do país desde o final da ditadura militar, e deixou de interrogar as causas da persistente desigualdade que, como ele mesmo constatou, foi o problema social que menos se dissolveu ao longo desse tempo. Em paralelo, Voigt esboçou um argumento que lembrava o de Rubem César Fernandes discutido no último capítulo, sobre o potencial universal do terceiro setor para efetuar mudança social, e sobre o fortalecimento da sociedade civil no Brasil. Ele terminou sua fala com a apresentação do que chamava *A Terceira Via*, posição política contrastada com a democracia social e o neoliberalismo, em que a solução para os problemas sociais é a co-responsabilidade entre Estado, mercado e sociedade civil (os 1º, 2º e 3º setores).

Enquanto Léo falou em pé, com a ajuda de uma apresentação em *power point*, José Junior criou um ambiente mais íntimo, sentado em uma cadeira no meio do círculo feito pelos integrantes do grupo. Na sua fala, Junior contou a história da sua trajetória pessoal, do seu nascimento na favela até a fundação (e crescente sucesso) do Afro Reggae. Sua história foi de dedicação e criatividade frente uma realidade social altamente precária – que oferece poucas oportunidades aos seus jovens, além da perigosa e curta passagem pelo tráfico de drogas –, e foi recebido pelo grupo como prova de capacidade do indivíduo motivado a superar as dificuldades da vida na favela.

Percebi, nesse primeiro seminário do PNG, o quanto meu olhar político era diferente daquele da maioria do grupo. Enquanto não escondia as minhas opiniões durante os debates no

programa – de fato, como discutido acima, tive oportunidade nesses momentos de colocar e discutir idéias e pontos de vista às vezes muito diferentes daqueles dos outros participantes –, resolvi que, para desenvolver um olhar analítico sobre o PNG na linha que estava desenhando a minha pesquisa, era necessário considerar a minha posição como uma possível entre as outras que estavam sendo apresentadas nesse campo. Isso significava evitar uma análise ideológica dos atores de tal campo e seus discursos, e me concentrar no trabalho de descrever as práticas ali observadas.

Enfocando o PNG através dessa perspectiva, pude reconhecer, na medida em que o programa foi se desenvolvendo, que as dinâmicas do debate sobre desigualdade socioeconômica eram mais complexas do que havia imaginado. Primeiramente, práticas que me pareciam altamente luxuosas e promovedoras da segregação urbana eram, para muitos dos participantes do programa, ações normalizadas que faziam parte não só de seu dia-a-dia como de suas redes de sociabilidade. Mudar tais práticas significaria, muitas vezes, enfrentar críticas e espanto por parte de amigos e parentes, ou seja, desestabilizar as redes de relações sociais em que esses atores se inseriam. Este era o caso de um participante do grupo que contava do desconforto que sentia ao ser servida a mesa de jantar na casa de seus pais por uma nova empregada doméstica, que tinha a sua idade. Numa ocasião em que ela havia se levantado para ajudar a empregada a recolher os pratos da mesa, sua mãe se mostrou incomodada, pedindo que ela se sentasse novamente. Outra participante, que estava grávida durante o programa, me contou em conversa que estava participando de um grupo de apoio para gestantes, freqüentado por mulheres de diversas classes sociais, no qual teve a oportunidade de pensar sobre como a condição social das mulheres brasileiras afetava suas experiências do parto e o cuidado dos filhos. Assim, decidiu que, depois do nascimento de seu filho, ela procuraria a ajuda somente de uma babá, e não de enfermeira durante 24 horas como algumas amigas da sua turma. Ela enfrentou a resistência da sua mãe, que considerava sua decisão irresponsável.

Igualmente, a manutenção de práticas segregadoras não significava a ausência, entre os participantes do programa, de um discurso contra as radicais desigualdades observadas na cidade. Alexandre⁸⁴ – que morava em um condomínio de alto luxo no Morumbi, cercado por muros altos e com forte esquema de segurança, cujos edifícios foram projetados ao redor de uma praça gramada em estilo “europeu”, com uma enorme fonte no centro – era um dos participantes do programa cujas famílias eram das mais atuantes na esfera de investimento social. Ele me contou, em entrevista, que se incomodava com a questão da desigualdade,

⁸⁴ O nome deste e de outros participantes que me cederam entrevistas depois do fim do programa foram alterados.

... como brasileiro, como atuante, como paulistano, como parte de uma sociedade, de uma comunidade que convive com isso, [que está] aqui dentro, desde que eu nasci, e como parte de uma geração que aprendeu a conviver com isso [...] desde pequeno aprendendo a conviver com o outro, do lado de lá do muro, com a diferença. Eu não tenho isso resolvido dentro de mim. [...] Eu não me sinto bem vendo alguém dormindo na rua, não me sinto bem quando a gente olha tudo o que acontece na televisão, no dia-a-dia nas favelas, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Eu me sinto péssimo, eu não consigo, não aprendi a conviver com isso. [...] E é um pouco disso, essa inquietação, esse grito, uma vontade, um incômodo constante, e eu vivo com isso, com esse incômodo.

Uma conversa durante o terceiro seminário do programa revelou algumas das questões que definiram o debate sobre a desigualdade socioeconômica para esse grupo. Nesse encontro, dois palestrantes, Ana Maria Wilhelm e Sílvio Cacciabava,⁸⁵ foram convidados para falar sobre o terceiro setor brasileiro e o papel do investimento social privado no desenvolvimento do país. Durante o debate que seguiu a fala de Sílvio, perguntei como poderíamos começar, na prática, a distribuir a grande porcentagem do capital retido pela elite brasileira entre o resto da população. Um outro participante concordou com a pergunta feita, dizendo que nosso grupo tinha um potencial enorme nessa esfera, já que uma parcela de todo o “1%” das famílias mais ricas do país estava representada aqui naquela sala. Sílvio respondeu que 10% do capital das famílias mais ricas do país seria suficiente para erradicar a pobreza no Brasil. Com isso, outra participante perguntou se todos os que estavam ali presentes preenchessem um cheque no valor de 10% de seu patrimônio, para quem eles o entregariam? Entregariam para o governo? Sílvio os aconselhava não fazer isso. Daniela (idealizadora do programa), disse que concordava com ele, e que a questão era justamente essa: se todos estávamos ali para atuar nesse sentido, como deveríamos começar? Outra participante perguntou: mas estamos realmente dispostos a abrir mão de 10% da nossa renda? Ana Maria Wilhelm, com isso, disse que achava que a distribuição de capital era um processo, que ocorrerá pouco a pouco, através da participação e envolvimento da sociedade civil no meio social. Enquanto os participantes do programa reconheceram, então, o efeito da distribuição desigual de recursos financeiros sobre as condições sociais de diferentes populações no país, a questão de como alcançar uma distribuição mais equitativa – e do impacto de tal distribuição nas vidas deles e de suas famílias – pareceu difícil de responder.

⁸⁵ Ana Maria Wilhelm é consultora, ex-superintendente da Fundação Abrinq para os Direitos da Infância e *senior fellow* do Instituto Synergos. Sílvio Cacciabava é sócio e diretor do Instituto Pólis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais) e foi diretor da ABONG (Associação Brasileira de ONGs).

Uma outra questão ligada a esse tema que se revelou ao longo do programa foi a existência de uma certa diversidade de atitudes dentro do grupo em relação às populações de perfis socioeconômicos mais pobres, e as causas de sua condição financeira. Laura,⁸⁶ advogada e participante do PNG que também fazia parte da equipe de facilitação do programa, estava, na época em que a entrevistei, fazendo um curso de mediação, com um módulo de treinamento na favela Paraisópolis. Ela conta

... eu vejo isso assim como uma super oportunidade que eu estou tendo [...] no PNG, eu ouvi várias coisas que me incomodaram, que não me caíram bem [...] e aí eu ficava pensando “puxa, se as pessoas que estão aqui tivessem a chance de se aproximar...” Porque eu acho que essa aproximação é muito vital, é muito importante para acabar... esse contato mais... que não seja você com a sua funcionária, mas um contato mais humano mesmo, desmistifica um monte de coisas, né? Então eu ficava pensando “puxa, se essa pessoa estivesse sentada lá quinta-feira passada [em Paraisópolis], ouvindo o que estava ouvindo, ela não estaria falando isso que ela está falando aqui [...] que vivência foi essa que você teve pra tachar todos de preguiçosos, porque isso é uma coisa que me deixa muito incomodada”. Você pega uma vivência que você teve e daí você cria regra... então porque você teve uma funcionária na tua casa que era preguiçosa, que você deu aumento, que ela não quis mais trabalhar, então vamos dizer, Deus me livre, “todo pobre é preguiçoso”. Você não parte de uma exceção para criar regra.

Daniela, idealizadora do programa, expôs um olhar parecido durante a entrevista que me concedeu:

... como existem dois mundos bem separados um do outro, a questão não é só do preconceito, é o desconhecimento da realidade do outro. Enquanto as coisas não se encontram, fica sempre no “eu acho”, tudo se baseia mais em opiniões do que em fatos. Então eu acho que tem uma certa ignorância mesmo. Eu acredito que só aproximando, envolvendo, é que essas mudanças podem começar a acontecer. Compreender a questão do outro, valorizar diferentes pontos de vista, não é “isso é certo, isso é errado”.

O tema dessa ‘aproximação’ foi desenvolvido na segunda metade do programa, mas antes de abordá-lo, o PNG procurou estimular uma reflexão sobre os valores e atitudes de seus participantes em relação à sua própria posição frente às desigualdades socioeconômicas brasileiras.

⁸⁶ Esse nome foi alterado.

3.4 Família, dinheiro e responsabilidade

Uma grande parte do PNG foi dedicada a atividades de auto-conhecimento, em que os participantes foram encorajados a refletir sobre sua posição na sociedade brasileira, sobre suas relações com dinheiro e com suas famílias em relação ao dinheiro e aos valores que direcionaram suas vidas e sua atuação no meio social. Tais atividades foram distribuídas ao longo do programa, acompanhando aquelas mais focadas nas questões de desigualdade socioeconômica e de investimento social. Em geral esses exercícios começaram com uma questão proposta pela equipe, que foi respondida por escrito pelos participantes, individualmente. Depois o grupo se reuniu em pares ou pequenos grupos para compartilharem suas considerações.

Em entrevista, Daniela afirmou que um dos objetivos do programa era estimular os participantes a pensar no impacto de suas ações cotidianas no quadro das desigualdades sociais que caracteriza o país. Nesse sentido, ela me disse, o PNG visava incentivar pessoas a

... não esperar que um dia vai ter adquirido não sei quantos milhões para poder fazer uma ação [social]. Percebemos a importância de tratar o social pequeno, seu contexto no dia-a-dia. Então como mudar de atitude, de postura em relação ao [seu] funcionário... quer dizer, não ficar olhando só questões macro de problemas sociais [mas] como eu posso começar hoje fazendo pequenas coisas.

O que seriam essas pequenas coisas?

Pequenas coisas... conversando, sabendo da realidade que vive seu empregado, tendo uma relação mais verdadeira e aberta, pagando melhor salário, educando os filhos com uma maior diversidade de ambientes, de pessoas, tendo relações com pessoas de níveis sociais diferentes que o seu, querendo saber mais da questão pública, governamental e pública. Pública no sentido de “eu sou cidadão e eu também tenho direitos e deveres” e não falando: “o governo não faz isso, então por isso que o país não dá certo”. Quer dizer, se colocar nas situações. [...] Quando você pergunta que mudanças internas a gente quer ver, eu acho que é plantar um novo olhar, que a pessoa tenha relações com os diferentes, para ver que pessoas precisam do diferente para se constituir como pessoa, para viver.

As atividades de auto-conhecimento do programa visavam efetuar essa transformação interna entre os participantes, procurando, mediante exercícios, que eles fossem levados a considerar suas próprias trajetórias, estimulando assim uma reflexão sobre o alinhamento de seus valores à suas práticas cotidianas. Esses exercícios remetiam a perguntas como: “Quais pessoas abriram portas (para conhecimento e oportunidades) para mim ao longo da minha vida? Quais foram essas portas e o que eu aprendi passando por elas?”, e “Olhando para a minha história, o que me fez tomar consciência da minha própria relação com a realidade

social à minha volta? Quais sentimentos foram despertados?”. No exercício em que foi proposta a última dessas perguntas, uma das pessoas do meu grupo relatou como, quando era criança, gostava de brincar com os filhos dos funcionários da fazenda de seus pais. Almoçava na casa deles, acompanhava-os quando iam fazer compras para suas mães e depois, com mais idade, saíam à noite juntos para irem ao baile da cidade. Era o único entre seus irmãos que curti esse convívio, mas seus pais não se preocupavam com isso. Ao longo dos anos, começou a sentir cada vez mais a diferença entre si mesmo e seus amigos da fazenda, e a se perguntar como lidaria com essa diferença. Sentia vergonha quando o motorista da família vinha buscá-lo enquanto jogava futebol com seus amigos, e começou a sentir culpa ao comparar sua vida com a deles.

A outra pessoa do grupo contou que, há alguns anos, resolveu prestar serviço voluntário em um albergue para a população de rua no centro da cidade. Na hora do almoço, ficou surpresa ao descobrir que os voluntários comiam a mesma comida preparada para os residentes do albergue, pois achava que ia sair na hora do almoço para comer em algum restaurante por perto. Ficou assustada com a idéia de comer essa comida, de baixa qualidade e muito diferente daquela com a qual estava acostumada. Ela contou que foi, de fato, um ato de grande importância para ela superar esse medo e compartilhar da comida do albergue junto com seus residentes.

Seguindo Daniela, a “transformação” dos participantes do PNG que pode resultar de exercícios como este aparece através de pequenos atos, que representam mudanças internas de atitude e olhar. Em entrevista, ela me relatou:

... um exemplo que parece ser pequeno, mas eu acho que é grande em termos de atitude: a gente fez um exercício num dos seminários que tratava, secretamente, anonimamente, sobre questões e segredos que cada um tinha em lidar com dinheiro. E apareceu uma pessoa que disse que tinha muito incômodo e vergonha de ter um carro, que era um carro super luxuoso, e que aquilo a incomodava demais. Eu sabia quem era a pessoa e ela nunca abriu isso para o grupo, mas eu sei que o seminário terminou no domingo e na segunda, ela vendeu o carro. Isso para mim é uma mudança de comportamento. A pessoa já estava com essa questão há muito tempo, sentia que quando ela saía daquele carro luxuoso, os outros que estavam de fora a julgavam como uma pessoa que ela não era, não era aquele valor que ela queria ter. Então isso foi a gota d’água para ela falar: “esse não é o meu valor, não é nem o que eu preciso, não é aquilo que eu quero ser”.

A idéia do poder transformativo da reflexão sobre a relação pessoal dos participantes do programa com as questões socioeconômicas do país foi repetida por Alexandre, na entrevista que ele me cedeu. Nas suas palavras:

... o social faz você olhar muito para você como indivíduo. Para você resgatar muito aquilo que você é de verdade, aquilo que você quer, o que você pensa de você inserido na sociedade, o que você deseja do seu país, da sua comunidade... isso diz muito sobre você.

Nessa entrevista com Alexandre, tive a chance de investigar melhor a questão das relações familiares a respeito do dinheiro e da filantropia. Na época em que o conheci, os familiares de Alexandre estavam chegando ao fim de um longo processo de reestruturação da fundação familiar. Ele me contou que a fundação foi montada por seu avô depois do falecimento, com 14 anos, de uma de suas filhas, portadora de leucemia. Durante muitos anos, a fundação, que teve o objetivo de investir em estudos sobre doenças do sangue, ficou sob o controle do seu avô, com muito pouco envolvimento das gerações mais jovens da família. Com o falecimento de seu avô, porém, a família resolveu reestruturar a fundação. A mãe de Alexandre, que já tinha uma atuação grande no terceiro setor, e que tinha fundado uma ONG alguns anos antes, a qual lida com projetos de arte junto a crianças e adolescentes de baixa renda,⁸⁷ assumiu a presidência do conselho da fundação, e todos os membros da família foram convidados a participar de suas atividades. A família resolveu também contratar um profissional da área do investimento social (Marcos Kisil, presidente do IDIS, instituto apresentado acima), para preencher o cargo de diretor geral da fundação. Com a ajuda de Kisil, a fundação definiu como novo foco de atuação a educação de crianças do 0 aos 6 anos. Hoje em dia, Alexandre (que tem sua própria empresa trabalhando com o cultivo e exportação de madeira certificada) dedica um período de cada semana ao seu trabalho na fundação.

Perguntado sobre o impacto da reestruturação da fundação nas relações dentro da sua família, Alexandre responde:

Eu acho que o exercício do terceiro setor, o exercício de remontar a fundação, nos fez pensar em tudo isso: na visão, nos nossos valores, em como a gente foi criado, se a gente vê o mundo da mesma forma ou não, e fez com que a gente pensasse em tudo isso. O que, aí sim, eu acho que pode unir ou não unir a família. Mas esse exercício que a fundação nos proporcionou foi muito bom e eu acho que só proporciona se é uma fundação familiar. [...] Eu acho que dificilmente um *business plan* do seu negócio, da sua empresa, te obriga a conhecer tanto de você e da sua família quanto um *business plan* de uma fundação. Então eu acho que nesse quesito é muito importante, foi muito importante para a gente, muito. [...] Eu acho que para mim o que mexeu mais foi o resultado disso tudo: de olhar a família e perceber que “nossa, a gente está falando de coisas que às vezes você perde num *business plan* e a coisa é difícil de entender”. Mas a gente está falando de valores, da forma como cada um foi educado, como cada um olha o mundo, da missão de cada um aqui.

⁸⁷ A ONG, Arte Despertar, faz parceria também com o PECP do Hospital Albert Einstein – tema do último capítulo – e oferece uma série de oficinas no programa em Paraisópolis.

Alexandre chama a atenção, porém, pela forma como, a seu ver, a atuação das famílias no terceiro setor está sendo facilmente contaminada por um tipo de *marketing* pessoal de seus membros. Para ele, a experiência da família em relação à filantropia depende da revelação de valores já compartilhados entre seus membros, em vez de estimular o desenvolvimento de valores novos. Segundo ele,

... existe uma corrente que diz que o terceiro setor pode ser um ambiente de união da família, porque no terceiro setor, você só está olhando para o bem, não tem poder, lucro, dinheiro... [mas] eu deixei de acreditar nisso. Eu acho que já foi essa fase; hoje em dia as organizações do terceiro setor se tornaram empresas cobradas como empresas, tocadas por profissionais contratados com metas de desempenho, remuneração adequada, com bônus... enfim, estão cada dia parecendo com uma empresa e precisam ser assim para gerar os resultados que os seus doadores pedem. Então você vê muito no Brasil hoje, o “*meu pobre*”, a “*minha comunidade*”, “os *meus* meninos de rua”. Então eu não acredito nessa corrente de que esse é o ambiente onde todo mundo vai se encontrar porque está todo mundo para o bem. Eu acho que se tem alguém que, de repente, sai no jornal falando sobre a fundação que é da família, vai criar um desconforto para aquele que não saiu e não falou – não na nossa família, a nossa é um pouco *low profile* demais, a gente não aparece nunca em lugar nenhum –, mas esse tipo de exposição, quando gera resultado, não interessa de onde ele venha, se é financeiro ou de outra forma, isso gera desconforto para quem não obteve os louros desse resultado. Acho que pode ser perigoso achar que a fundação, o investimento no terceiro setor, pode unir a família. A família vai se unir se ela tem a mesma raiz, os mesmos valores, compartilha das mesmas visões.

A visão de um outro participante do PNG, Fernando,⁸⁸ revela outras questões ligadas aos temas de riqueza, responsabilidade e família. Fernando era um dos poucos integrantes da turma do programa que não veio de uma família da elite brasileira, mas que tinha obtido seus próprios recursos trabalhando na fundação de uma empresa muito bem-sucedida no mercado financeiro. Em entrevista, ele me contou a trajetória da sua vida, que o levou à condição financeira em que se encontra atualmente. Nas suas palavras:

Eu venho de uma família de classe média, do interior de Minas. Nasci numa cidade de quinze mil habitantes. Meu pai começou a trabalhar no Banco Real. [...] Ficou quarenta anos no banco, foi o único emprego, e aposentou como diretor lá do sul de Minas. E a minha mãe estudou dez anos em internato, no colégio *Sion*, dos oito aos dezoito. Muito fervorosa, católica e tudo. E quando a gente nasceu, até os cinco anos de idade, não teve nenhum aniversário meu que foi com coleguinhas meus. Sempre foi em creche, em lugar de pessoas carentes. Então as fotos que eu tenho dessa idade, de um a cinco anos, era só em comunidades, mesmo, e eu estudei em escola pública minha vida inteira, nunca estudei em escola particular. [...] Então eu conseguia viver a realidade das pessoas, porque os meus amigos, eles não tinham a mesma condição social

⁸⁸ Este nome também foi alterado.

que eu. Porque no interior as coisas se misturam mais do que na capital. Então eu lembro que essas coisas já me tocavam, né? Quando eu chegava no primeiro dia de aula com mochila nova, caderno, lápis, tudo, e a coleguinha do lado levava o caderno e o lápis no saco de arroz de cinco quilos, aquilo me chocava. Eu chegava chorando em casa, eu não me conformava com isso com seis anos de idade, aí, minha mãe tinha que entrar em contato com a mãe da menina para perguntar se ela se incomodava se a gente desse uma mochila nova para a menina, não sei o quê. E nisso eu fui crescendo. Aí, com quinze, dezesseis anos, eu botei na cabeça que eu queria ser de Tropa de Paz da ONU. Eu entrei para o Exército, fiquei dois anos no Exército, e aí eu entrei na faculdade aqui em São Paulo e não consegui transferir o Exército para cá. Aí eu desisti do Exército e comecei a trabalhar. Aí nós montamos o escritório aqui em 1995, que era uma idéia de ter um escritório independente que administrasse recursos. Que não existia no Brasil naquela época, que foi o início do Plano Real, na nossa abertura econômica aqui. Então era tudo em banco, a inflação era 50% ao mês, e com o Plano Real, acabou tudo isso e a gente conseguia fazer investimento de longo prazo. Essa idéia deu prejuízo por cinco anos e depois foram sete anos de um crescimento muito grande. E como eu estou desde o início, sou sócio desde aquela época, eu acabei crescendo junto e ganhando infinitamente mais dinheiro do que eu imaginava ganhar qualquer dia da minha vida. Então eu fui meio que atropelado por uma mudança muito rápida de padrão social. Muito rápida. E meio que sem amparo, porque toda minha família não é de classe alta, por falar assim.

Fernando me conta que a filantropia é para ele uma maneira de retribuir à sociedade por seu próprio sucesso profissional e financeiro, oferecendo para outros algumas das mesmas oportunidades que ele teve na vida. Suas iniciativas sociais incluem um projeto chamado Se Essa Rua Fosse Minha, que está atualmente patrocinando a reforma de noventa casas em uma rua de periferia em Perus, na zona norte de São Paulo. Através do projeto, cada morador nessa rua recebe uma verba de R\$ 3 mil para a reconstrução de sua casa, com a condição de que devolva 30% desse valor em 36 meses, sem juros. O dinheiro recuperado é investido em outros projetos que beneficiam essa população, como uma biblioteca, uma brinquedoteca, uma cozinha industrial e uma série de atividades sócio-educativas, incluindo um curso de música para crianças.

Fernando administra a parte de seu patrimônio destinado à filantropia de maneira bem ordenada. Abaixo, ele conta como foi a sua decisão de começar a investir uma parte do seu dinheiro no meio social, na época em que sua empresa estava dando bastante retorno financeiro:

Quando eu me dei por conta da situação, eu falei “nossa, mas eu tenho tanto dinheiro. Acho que é hora de eu começar a fazer alguma coisa que faz sentido para a minha vida e não só acumular dinheiro. Mas como é que eu vou fazer? Primeiro eu tenho que pensar como eu vou fazer a distribuição”. Daí eu fiz uma escala: dos 30 aos 40 anos eu vou doar 3% do meu dinheiro. Anualmente, todo dia 31 de dezembro eu vejo quanto dinheiro eu tenho, e 3% vou separar, para o ano que vem fazer as ações sociais. Aí dos 40 aos 50 é 5%, dos 50 aos

60 é 7%, dos 60 aos 70 é 9%, e ia subindo assim. Então quando eu tivesse com 80 anos, eu ia estar doando 15% da minha liquidez total.

Para ele, esse raciocínio representa “o possível”: um compromisso que, se for adotado por grande parte da elite mundial, teria grande potencial para ajudar a melhorar muito os problemas sociais globais. Ele conta que divulga “o possível e não o ideal”, porque:

... o ideal, filósofo, antropólogo, sociólogo, líder do MST... essa turma vai divulgar. Vai pegar um ou outro, mas a massa que pode mudar o mundo não vai pegar. [...] Você achar que a pessoa que tem uma renda mensal de R\$ 100 mil tem que doar noventa e cinco e viver com cinco, é bonito [mas] não é que você convence muita gente.

No depoimento de Fernando percebemos que as formas pelas quais os recursos de um indivíduo da elite brasileira são adquiridos podem significar grandes diferenças nas maneiras de manejá-los, inclusive no que se refere à sua destinação filantrópica. Primeiramente, há a questão da atitude das pessoas e os valores morais da concentração de riqueza. Fernando conta que não se identificou com o sentimento de culpa por ter “nascido rico”, expressado por algumas das pessoas no PNG. Para ele, que conseguiu seus recursos com seu próprio trabalho, não existe problema em usufruir dos benefícios de sua riqueza, desde que mantenha as atividades filantrópicas paralelamente. Argumenta: “Quer andar de Ferrari? Anda. Quer viajar de primeira classe? Viaja. Mas lembra de doar 3%, 4%, 5% para quem precisa. Só isso, bicho!”

Quando a condição de herdeiro define a experiência de quem tem dinheiro, diferente da condição de quem ganha sua própria riqueza, há a questão do acesso ao dinheiro e da autonomia para tomar decisões sobre seu uso. Fernando se diz surpreso de descobrir, no PNG, que “muitas pessoas, filhos de famílias com muito dinheiro, ainda não usufruem da condição que eles vão usufruir daqui a trinta anos, quando o pai morrer”. Em relação à prática do investimento financeiro no meio social, tal condição realmente fazia com que muitos participantes do programa tivessem à sua disposição, naquele momento da vida, valores relativamente baixos para aplicar em doações e investimentos em projetos sociais, já que esses fundos seriam recolhidos de seus próprios salários,⁸⁹ ou através de negociação com seus pais. Nesse sentido, grande parte do trabalho do programa enfocava a questão da aprendizagem e reflexão dos participantes sobre diversos temas sociais, visando intervenções e ações nesse meio que não estivessem restritas à questão da doação de recursos financeiros, e elaborando

⁸⁹ Apesar das condições financeiras de suas famílias, que poderiam permitir que eles não trabalhassem, todos os participantes dessa turma do PNG estavam, durante o programa, ou trabalhando de forma assalariada, ou estudando em algum curso de graduação.

uma forma de preparação para que esse jovens tivessem uma atuação filantrópica mais consciente e preocupada no futuro. Como veremos abaixo, a idéia da necessidade da preparação e conscientização das elites para atuar nesse meio reflete também idéias sobre uma “nova filantropia”, ou seja, a rejeição de um modelo assistencialista (a prática antiga da “caridade”), em favor do novo modelo estratégico de “investimento social”.

3.5 Investimento social: aprendendo, participando, investindo

O que diferencia o investimento social privado das formas mais antigas da filantropia das elites brasileiras? Na filosofia do PNG, essa diferença se daria através da consideração de uma série de fatores, a começar pela reflexão sobre o dinheiro e valores acima abordados, passando pela interrogação dos objetivos e raciocínio quanto à intervenção das elites no meio social, chegando na questão de como causar um impacto efetivo e sustentável nessa esfera. Laura, participante do PNG que também acompanhou a “equipe da facilitação” ao longo do programa, explica em seu depoimento a diferença que vê entre o tipo de intervenção financeira que ela procura fazer no meio social e aquele que seu pai, advogado e membro ativo da comunidade judaica da cidade, desenvolve ao longo dos anos:

O meu pai doa muito, mas o meu pai doa porque o judaísmo está muito impregnado dessa coisa de doar, né? Só que ele doa assim, ele doa para o rabino que é amigo, ele doa para a CIP [Congregação Israelita Paulista], que é uma sinagoga que tem aqui em São Paulo, ele não faz um investimento estratégico, ele doa, tira do bolso e dá. Mas eu quero aprender a fazer um investimento estratégico, para poder de alguma forma trazer esse meu conhecimento para ele também, porque eu não tenho quantias vultuosas para doar, mas o meu pai tem quantias mais significativas. Eu quero também poder... porque eu já falei várias vezes: “pai, pô, por que que você dá aqui? Tem tantos lugares que precisam tão mais do teu dinheiro, onde o teu dinheiro podia fazer uma diferença.” [...] Faz sentido para mim olhar com cautela onde eu vou investir, me aproximar, conhecer, e aí ver que “nossa, aqui eu acho, eu adoraria colocar o meu dinheiro”. [...] Eu acho que esses conceitos de responsabilidade social, transformação social, impacto social, o próprio conceito de investimento social, quando você fala em investimento – isso é uma coisa que a gente discutiu muito na equipe do PNG – você está pensando num retorno, não um retorno para você, mas é uma coisa que você dá com uma expectativa de que isso volte de alguma maneira para a sociedade. Então eu acho que esses conceitos são novos, muito novos pra geração do meu pai. [...] Meu pai é uma pessoa que ele tem dentro dele uma convicção de que ele precisa doar, mas ele não tem esse engajamento e esse aprofundamento para debater esses temas.

O tipo de filantropia que Laura descreve apresenta vários elementos em comum com o modelo promovido por Marcos Kisil, presidente do IDIS, que o descreve em um texto no *website* da instituição:

... a doação requer um nível de profissionalização, que não passa simplesmente pela vontade de se ser um doador, mas de como transformar a doação em um investimento social, baseado num pensamento estratégico, em busca de um melhor resultado. Em certo sentido, doar é também um “negócio”. Não no sentido capitalista que conhecemos, de sempre se buscar uma vantagem financeira para o capitalista, mas no sentido de maximizar resultados e/ou impactos dos benefícios para o bem comum. Isso implica em entender que todo e qualquer recurso doado deve atender a questões básicas como: onde investir; como investir; como monitorar e avaliar; como buscar o maior retorno por unidade de investimento; ou como fazer uso de instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de maneira regular. Doar é um ato que deve ser estratégico, eficiente e eficaz. Isto exige recursos humanos adequadamente preparados para atuarem como verdadeiros profissionais do doar dentro de uma “nova filantropia” (Kisil, www.idis.org.br).

No texto de Kisil, vemos refletidas várias das idéias sobre a “profissionalização” da filantropia que foram investigadas no capítulo anterior, através do exemplo do voluntariado do Hospital Albert Einstein. Um elemento interessante do *Programa Nova Geração*, porém, foi o discurso ambíguo desenvolvido por sua equipe em relação a essa questão. Por um lado, certos aspectos da “nova filantropia” descritos por Kisil foram disseminados ao longo do PNG, por exemplo, a idéia do investimento social “estratégico”, em que a doação de fundos é feita com consciência sobre quem os receberão, como os fundos serão aplicados e quais objetivos são buscados com tal doação (preocupações que são claras no depoimento de Laura reproduzido acima). Em entrevista, Daniela (idealizadora do PNG) foi muito clara sobre a distinção que ela vê entre a “caridade” e o “investimento social”:

A caridade é uma assistência, é uma ajuda imediata, não planejada, e necessária porque tem um problema urgente, uma questão básica. E, porque o Estado também não cumpre todos os direitos básicos do cidadão, grupos e a sociedade precisam ajudar os excluídos. [...] a caridade não transforma, você não cria condição para a pessoa se desenvolver, você dá, você gera uma dependência. [...] [Investimento social] por concepção e ideologia deveria ser planejado, estruturado, monitorado, que alcançasse resultado, que seja de longo prazo, que pense em desenvolvimento e na transformação, e em não manter o *status quo*.

Ao mesmo tempo, porém, certos elementos da tendência “profissionalizante” dessa esfera foram examinados com um olhar mais crítico durante o programa, principalmente através de uma investigação da “lógica” do meio social e como ele se diferencia da “lógica” do mercado e das outras esferas das vidas dos participantes do PNG. O discurso do programa se baseava, nesse sentido, em três pressupostos centrais: primeiro, que as diferenças entre a realidade social das populações de baixa renda e das elites leva muitas vezes a grandes diferenças entre o comportamento e o modo de pensar de tais populações. Segundo, que a

lógica do meio social é diferente da lógica do meio empresarial, e que projetos sociais precisam, em muitos casos, de estratégias, tempos de atuação e formas de avaliação diferentes do que projetos corporativos. Terceiro, que em função dos últimos dois pontos, uma intervenção social efetiva precisa da aproximação entre quem doa e quem recebe, e da construção de relações e meios de comunicação entre si. O trecho seguinte do depoimento de Fernando, em que fala das diferentes abordagens necessárias na atuação de uma empresa e de um instituto de responsabilidade social, reflete essas preocupações:

Tem um choque de realidade muito grande entre o dia-a-dia de uma empresa e o dia-a-dia de um instituto [de responsabilidade social]. A coisa mais difícil que a gente vê é como é que avalia. Como é que um instituto ligado a uma empresa avalia um empreendimento social? Porque na empresa é simples: cresceu receita, perdeu receita, abriu um negócio novo, testou por dois anos, deu errado [então] fecha, e o empreendimento social não é assim, né? Como é que você avalia um negócio desse? Pode ser que você fez um curso de garçom e formou excelentes pintores, porque o cara fez o curso de garçom, não gostou, mas ativou na cabeça dele a importância do trabalho, de aprender e tudo. Ele virou para o lado da pintura e virou um excelente pintor de parede, ou pedreiro. Você coloca uma coisa nessa torneira, enche um tanque, e sai no ralo uma coisa muito diferente.

As principais atividades do programa elaboradas para investigar essas questões giraram em torno de duas visitas a iniciativas sociais, feitas durante o segundo e o último seminário. No primeiro, o grupo visitou o Educandário Dom Duarte, uma ONG apoiada pela Liga das Senhoras Católicas que se localiza no bairro do Butantã em São Paulo. O Educandário mantém um albergue para crianças e também desenvolve uma série de atividades profissionalizantes, educacionais e de lazer com a população de baixa renda que mora em seu entorno. O título do seminário em que essa visita foi feita era “A natureza da intervenção social”, e no dia depois de conhecer o Educandário, foi proposto um exercício em pequenos grupos, em que o exemplo dessa iniciativa era usado para pensar sobre as seguintes perguntas: “Quais elementos devem ser considerados para se qualificar uma iniciativa social? Quais elementos nos ajudam a perceber em que medida ela é transformadora?”

As respostas oferecidas para essas perguntas eram diversas. Os participantes do grupo discutiram a importância de se ter um líder forte ou um “empreendedor social” atrás de uma iniciativa social, bem como a forma em que uma iniciativa pode ser multiplicada em outros lugares, através de redes de instituições e indivíduos que trabalhem no terceiro setor. A questão de como identificar áreas prioritárias para intervenção foi levantada: as necessidades básicas deveriam sempre ser enfocadas em primeiro plano? Como poderia ser feita a definição de uma necessidade básica? Teria valor uma iniciativa que oferecesse uma oportunidade educacional –

ou de aprendizagem através de música ou artes plásticas – a uma criança que não tenha o suficiente nem para comer? De qualquer forma, houve concordância entre o grupo de que o trabalho de aumentar a auto-estima das pessoas, mostrando-lhes seu próprio potencial para efetuar mudança em suas vidas, era de grande valor, e que tal efeito poderia ser alcançado através de diversos mecanismos.

Grande parte da discussão nesse dia girava em torno do tema das relações e da comunicação entre os idealizadores de uma iniciativa social e as pessoas que essa iniciativa pretende beneficiar. Houve concordância entre os participantes do grupo de que a realidade cotidiana de pessoas das classes populares era bastante diferente da deles – Fernando até comentou no debate que “a gente vive numa bolha da classe A, nós não temos convívio”⁹⁰ – e que era importante construir canais de comunicação e relacionamento para qualquer projeto social bem-sucedido. Foi discutida a necessidade de identificar “líderes comunitários” que poderiam representar as “comunidades”⁹¹ enfocadas pela iniciativa social, e o problema de como entender a realidade, as vontades e as necessidades de tais comunidades, especialmente se elas pareceram escapar dos objetivos daquele que estava montando ou financiando a iniciativa. Nesse momento, uma crítica foi feita ao Educandário, em que um dos seus coordenadores havia contado sobre a dificuldade que tiveram na tentativa de identificar líderes entre a comunidade em que eles estavam atuando. Alguns dos participantes achavam que, se não havia sido possível identificar líderes comunitários já existentes, era responsabilidade da própria ONG “formar” alguns.

A questão da comunicação entre partidos diferentes na relação filantrópica assumiu elementos interessantes no contexto do PNG. Enquanto a equipe e os participantes compartilharam de um discurso sobre a necessidade de desenvolver relações igualitárias e respeitadas entre quem desenvolve ou apóia projetos sociais e quem deles se beneficia, seria necessário seguir a primeira turma do programa no desenvolvimento das suas ações sociais no

⁹⁰ Esse comentário lembra a preocupação sobre com a “bolha *Graded*” mencionada entre os estudantes da Escola Graduada, que foi discutida no primeiro capítulo.

⁹¹ O uso do termo “comunidade” para se referir às populações de baixa renda residentes nos locais enfocados por determinados projetos sociais é muito comum entre entidades do terceiro setor. Historicamente, esse termo está ligado a uma concepção de aldeia e de vida rural, em contraposição à vida urbana e aos traços de modernidade que a caracterizam. Ao longo da história da cidade moderna, a idéia de comunidade tem sido mobilizada em situações diversas, tanto na reivindicação política de certos grupos na luta por seus direitos urbanos quanto na justificativa, por parte dos grupos da classe média e alta, para a construção de condomínios fechados e sistemas de segregação residencial, muitas vezes fazendo referência a essa representação histórica da superioridade da qualidade de vida no contexto rural. No contexto atual do terceiro setor brasileiro, a aplicação do termo é algo problemático, por pressupor um consenso de identidade e interesses coletivos entre os residentes de um determinado local, e não menos para sugerir que seja possível identificar “líderes comunitários” que representem efetivamente os interesses de tais residentes. Para uma discussão detalhada a respeito da história do conceito, ver Frúgoli Jr. (2003).

futuro, para saber o que acontece quando eles procuram aplicar tal teoria na prática. Carla Duprat, uma das fundadoras do IDIS que também contribuiu para o desenvolvimento do PNG, comentou comigo em entrevista sobre a dificuldade que vê na construção de tais relações no contexto dos institutos empresariais de responsabilidade social:

O grande desafio [...] é quem tem o recurso entender a responsabilidade do seu recurso, de colocá-lo da melhor forma a serviço de uma causa, que talvez exija um enorme desprendimento do poder que esse recurso lhe confere naturalmente. Se fala muito de parcerias horizontais, mas quando um instituto ou uma fundação de origem empresarial senta com uma organização social, ainda é uma construção dessa horizontalidade. Reconhecer experiência, conhecimento, rede de relacionamento local, por exemplo... às vezes é muito bonito no discurso, mas, na prática, na rede de relacionamento da empresa sempre vai ser valorizada a mais, a experiência a mais, a imagem a mais etc.

É claro que o PNG procura preparar os jovens das elites que participam do programa – os futuros empresários que vão ocupar as posições nesses institutos e fundações futuramente –, para saber construir melhor essa “horizontalidade”. Mas essa é uma tarefa muito mais complexa e multifacetada na prática – como já vimos nos capítulos anteriores desse estudo – do que no discurso. A experiência da Laura, relatada a seguir em trecho da entrevista, revela alguns dos desafios enfrentados na interação entre populações de condições financeiras muito desiguais através da iniciativa social.

Alguns anos atrás, Laura e uma amiga montaram um pequeno negócio, que visava exportar peças de artesanato brasileiro para a Europa. Esta iniciativa não foi exatamente um projeto beneficente, pois Laura e sua amiga planejavam trabalhar de forma assalariada, embora tivesse como grande objetivo a promoção de uma fonte de renda para as mulheres contratadas para confeccionar as peças – muitas das quais se encontravam em situações socioeconômicas muito precárias. Segundo Laura, o projeto não deu certo, principalmente porque as peças ficaram muito caras e elas não conseguiram vendê-las no exterior. Mas outro problema foi as dificuldades encontradas por Laura em trabalhar com essa população. Ela relata:

... quando eu me relacionava com elas, uma dificuldade mesmo que eu tinha [...] por exemplo, eu falava: “olha, então vamos fazer 20 pastas para o dia 10, vamos supor”. Aí, chegava no dia 10, e eu: “e aí, as pastas estão prontas?” “Vixe, não, porque ela ficou doente, porque a outra não pode fazer...” e não sei o quê, e assim, e aí uma dificuldade de conseguir pessoas que não estão acostumadas a trabalhar dentro do... não conhecem as regras de comércio, controle de qualidade, atendimento de prazo, e como é que eu conseguia fazer essa ponte entre essas pessoas que eram produtoras e a outra ponta que era a loja que fez uma encomenda, por exemplo, que tinha que chegar na Espanha não sei que dia? Então, como é que eu lidava com isso, porque são universos muito diferentes, não é? Uma coisa é você empregar uma pessoa dentro de uma... e aí você põe as regras claras, outra coisa é a pessoa que está fazendo

uma bolsa lá na casa dela. Ela nem entende direito onde que essa bolsa vai, quem é que vai comprar essa bolsa. Eu sentia assim, uma dificuldade mesmo de fazer essa ponte que eu tinha que fazer. [...] Assim... a outra ficou com o filho doente, como é que eu falo, de que jeito que eu falo, ou por exemplo, chegava, eu perguntava, “e aí, você conferiu para ver se está tudo certinho, se não está com defeito?” Aí vinha, vamos supor, de Brasília para São Paulo, eu abria a caixa e tinha zíper que não abria, não sei o quê, volta para Brasília, o custo de voltar isso para Brasília, a loja esperando, então assim, milhares de... eu tive muita dificuldade nesse sentido. Então quando eu lidava com elas assim normal, “e aí, como é que vocês estão?” Elas me contavam da vida delas, estava tudo super tranquilo, mas na hora de conseguir passar para elas em que condições que as coisas tinham que ser produzidas e os padrões de qualidade tal, eu senti essa dificuldade.

Laura acredita que hoje em dia, com a experiência que ganhou no PNG e em outros projetos, ela teria como lidar melhor com essas questões. De fato, vários participantes do programa contaram sobre dificuldades parecidas (de expectativas em relação ao comportamento das pessoas, e tentativas mal-sucedidas de aplicar conceitos empresariais aos seus projetos) que eles tinham enfrentado no desenvolvimento de iniciativas sociais no passado (uma na liderança de uma ONG fundada por seus pais, e outra em um projeto social por ele idealizado), e que depois de passar pelo programa, se sentiram mais capacitados para atuar nesse meio.

O último seminário do PNG aconteceu em Santos, e teve como atividade principal uma visita ao Instituto Elos. Essa ONG trabalha, entre outros projetos, com um que envolve moradores de cortiços, e visa mobilizá-los para projetos comunitários como a reforma de uma praça e a fundação de um centro cultural, contando também com a participação de jovens de várias partes do mundo que se encontram em Santos em um programa organizado pelo Instituto durante o mês de janeiro. Depois de uma visita a alguns desses cortiços na companhia de um grupo de jovens que participam das atividades do Elos, tais jovens foram recebidos no hotel onde os integrantes do PNG estavam hospedados, e todos participaram de uma oficina oferecida por um dos coordenadores do Instituto. Enquanto a visita aos cortiços foi uma oportunidade para conhecer os projetos do Elos, para ver as precárias condições de habitação dessa população e conversar com alguns de seus membros, a oficina procurou aprofundar essa experiência, promovendo uma série de jogos em que o grupo foi obrigado a trabalhar coletivamente em busca de algum objetivo. Um desses jogos visava a apresentação em grupo de uma música, em que os participantes tinham que passar caixas de fósforo de um para outro, trocando de direção com o ritmo da música. Em outro, os participantes se organizaram em pequenos círculos, onde a pessoa que ficava rodeada pelas outras tinha que se deixar cair em diferentes direções, confiando que as outras a segurariam. Em outra atividade, os participantes

tinham que buscar objetos nos arredores do hotel que refletissem seus sentimentos naquele momento, e depois explicar a escolha do seu objeto para o resto do grupo.

A proposta de desenvolver tais atividades de confiança, apoio e auto-conhecimento entre esses jovens de realidades socioeconômicas diferentes, parecia refletir uma preocupação do programa em estimular tipos de interação inusitados entre essas comunidades, construindo um espaço momentâneo de interdependência e convivência igualitária. Tal proposta apostava – de maneira parecida com o programa FALA investigado no primeiro capítulo – no poder da aproximação de pessoas de realidades sociais distintas para diminuir os preconceitos e medos existentes entre si. No caso dessa oficina do PNG, foi ainda escolhido um meio emotivo e sensorial em vez de intelectual para promover esse encontro, visando uma interação fundada na experiência coletiva.

Depois dessa visita e oficina, houve ainda uma outra atividade, em que os participantes do PNG fizeram um tipo de avaliação do trabalho do instituto, que tinham conhecido no dia anterior. O objetivo dessa atividade foi de investigar o conceito de “desenvolvimento”, no contexto prático dessa iniciativa. Com essa finalidade, a equipe propôs um exercício em pequenos grupos, em que foram discutidas as seguintes questões: Que bases conceituais, premissas metodológicas e crenças norteiam a ação do Instituto Elos? Em que medida esse tipo de intervenção promove desenvolvimento? Com que conceito de desenvolvimento estamos lidando? Algumas das respostas dos grupos a essas perguntas são reproduzidas abaixo:

As premissas e crenças que norteiam a ação do Instituto

- Entender o que a comunidade quer, vivenciá-la, envolver-se, fazer junto
- Aprender fazendo
- Intervir sem intervir, sem impor, sem criar dependência
- Dar o impulso possibilitando o vôo das pessoas
- [Procurar] que as pessoas se conscientizem de seus próprios talentos
- As comunidades têm todos os recursos que necessitam
- O indivíduo deve atuar em prol dos interesses coletivos, acima dos interesses individuais
- Fazer uma intervenção criando uma rede de instituições

O conceito de desenvolvimento com que estamos lidando

- Conceito de desenvolvimento humano: conhecimento interior e busca pela independência
- Conceito de organicidade: as coisas acontecem aleatoriamente. Há uma ordem orgânica, mas às vezes pode parecer caos.
- Crescimento de dentro para fora
- Auto-conhecimento do indivíduo
- Capacidade de multiplicação do sistema: a pessoa acreditar em algo e ser capaz de passar adiante para outros
- Tomada de consciência de cada pessoa
- Conceito de que a pessoa pode sonhar e tem o poder de fazer

Novamente, percebemos aqui a preocupação com a conscientização do indivíduo no desenvolvimento de iniciativas que buscam mudar a situação socioeconômica das populações de baixa renda, e a idéia do que o auto-conhecimento é potencial de cada indivíduo, sendo ele o primeiro passo para mudar as condições em que se encontram. Na mesma medida em que o próprio PNG procura, então, conscientizar as jovens de elite sobre os problemas socioeconômicos do seu país e sobre seu potencial e responsabilidades para gerar “transformação social”, o programa também desenvolve um discurso sobre a necessidade das intervenções sociais para conscientizar as pessoas das classes populares sobre seu próprio potencial para transformar suas vidas.

Quais são os tipos de relação que o PNG buscou fomentar, então, entre a elite e os beneficiados das suas ações de investimento social? A idéia da aproximação entre essas populações, e da formação de canais de diálogo e entendimento entre si, foi divulgada pelo programa como absolutamente necessária para que qualquer iniciativa social das elites seja efetiva no alcance de seus objetivos. Nesse sentido, as atividades do último seminário do programa – visita à “comunidade”, seguida pela oportunidade de aprofundar as relações com seus integrantes, acompanhada pelo exercício de avaliação de como melhor intervir em tal comunidade – serviam como um pequeno modelo ideal para o desenvolvimento de uma iniciativa social.

Se formos pensar, porém, sobre a natureza dessa abordagem através do foco com que começamos esse estudo – ou seja, como uma forma de interação entre populações segregadas dentro de uma paisagem da desigualdade socioeconômica –, notamos o reaparecimento de uma dinâmica já identificada nos outros dois campos desse trabalho. Para os integrantes do PNG, a vivência dentro de tal paisagem não significa a ausência de relações com pessoas no outro pólo da gama das desigualdades sociais. Pelo contrário, seu engajamento com a questão da responsabilidade social faz com que parte da sua experiência urbana passa ser definida pela busca dessas relações, e pela tentativa de “humanizar” a interação com pessoas de diferentes realidades sociais, presentes em outras esferas de suas vidas (como, por exemplo, os trabalhadores domésticos). O que importa sobre essa observação, em termos do presente estudo, é que ela sublinha o argumento que a paisagem da segregação urbana é feita das relações (e não da ausência das relações), e que, no olhar dessas elites, conviver nesse cenário não é incompatível com a formação dessas relações, nem com a melhoria dos problemas sociais do país. Como nos outros dois projetos enfocados nesse trabalho, a filantropia e a

preocupação com a questão da responsabilidade social aparecem como dados embutidos no cotidiano segregado dessa parcela da elite paulistana.

Nas páginas que seguem, terminarei meu estudo elaborando esse argumento, associando a uma série de tópicos apresentados ao longo dos últimos capítulos. Com isso, procurarei mostrar que os três exemplos discutidos nesse trabalho fazem parte da mesma rede de iniciativas filantrópicas da elite paulistana, cujas tendências contemporâneas revelam muito sobre as relações atuais, presentes na paisagem da desigualdade e segregação que define esta cidade.

Considerações finais.

Relações em uma paisagem segregada

A análise de algumas das diversas práticas filantrópicas das elites paulistanas, apresentada ao longo desse trabalho, revela a presença de uma rede de relações entre populações de perfis socioeconômicos distintos na paisagem segregada da cidade. A construção dessas relações em seus espaços segregados significa uma certa convivência dessas populações (por mais pontual que seja), em lugares que imaginamos estar fora das limites da sua circulação. Para quem desenvolve e quem se beneficia da filantropia, a interação que nasce dessa prática faz parte da extensa teia de relações urbanas que determinam sua vivência cotidiana. Na sua análise da nova paisagem urbana que passou a caracterizar São Paulo ao longo das últimas décadas, Vera da Silva Telles aponta para uma re-configuração da questão da assistência social às populações da cidade. Ela argumenta que,

... ao mesmo tempo e no mesmo passo em que ganha forma a versão brasileira das “metamorfoses da questão social”,⁹² os programas sociais se multiplicam pelas periferias afora e, entorno deles, vão se proliferando, por todos os cantos, associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, se credenciar como “parceiras” dos poderes públicos locais e disputar recursos nas fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, claro, a quase onipresença de organizações não-governamentais vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada. É um feixe de mediações em escalas variadas que desenha um mundo social mil anos luz de distância das imagens de desolação das periferias de trinta anos atrás, mas também perpassado por toda sorte de ambivalências, entre formas (velhas e novas) de clientelismo e reinvenções do “direito à cidade”, convergências e disputas, práticas solidárias e acertos (ou desacertos) com máfias locais e o tráfico de drogas (Telles, 2006: 12).

A filantropia privada das elites paulistanas se insere nesse “feixe de mediações”; através dele, uma parcela de tais elites desenvolve seu papel particular no crescente debate sobre a questão social brasileira. Para entender as dinâmicas da nova paisagem paulistana, precisamos – como argumenta Telles (2006: 15) – pesquisar as trajetórias e experiências dos diversos atores nela presentes. No atual estudo, tentei fazer isso junto a uma parte da elite da cidade, procurando mostrar como, em sua visão, essa nova paisagem urbana se organiza.

⁹² Uma referência ao já mencionado trabalho de Robert Castel de 1998 [1995].

Um dos aspectos que esse estudo procurou revelar foi que o crescimento das práticas auto-segregadoras entre a elite paulistana discutido na introdução ao presente trabalho – como a construção de muros e enclaves fortificadas, a implementação de sofisticados sistemas de segurança e a restrição do uso de certos espaços urbanos por determinadas populações –, não significa a diminuição da prática filantrópica, e tampouco reduz a proliferação das relações que dela resulta. Pelo contrário, o tipo de filantropia focado por esse estudo parece estar em ascensão. Vimos no capítulo 1 que o ‘serviço comunitário’ da Escola Graduada é hoje em dia uma prática tão embutida no cotidiano da instituição, que a própria manutenção e expansão da escola dependem em parte dela. Temos uma indicação de que pode existir uma situação parecida em outras escolas particulares que atendem os filhos da elite da cidade, quando consideramos que um dos projetos em que Daniela Nascimento Fainberg (idealizadora do *Programa Nova Geração*) trabalhou antes de montar o PNG, foi um ‘núcleo de terceiro setor’ no Colégio Santo Américo, sua antiga escola. No capítulo 2, ouvimos de numerosas voluntárias no *Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis* sobre a frequência da atividade voluntária entre suas amigas e conhecidos no Morumbi, e as redes traçadas no capítulo 3 mostraram o crescimento do ‘investimento social privado’ entre indivíduos e famílias da elite paulistana em anos recentes. Além disso, em todos os três campos pesquisados, pessoas me contaram que o agravamento dos problemas sociais vistos na cidade ao longo das últimas décadas tornava quase impossível, hoje em dia, as elites – e especialmente as gerações mais novas – não se mobilizarem para intervir, de alguma maneira.

Embora não pretenda argumentar que tais práticas são comuns à maioria das elites paulistanas (seria necessário um levantamento quantitativo para descobrir qual porcentagem desenvolve alguma prática nessa esfera, tarefa que está além das possibilidades do presente estudo), acredito que podemos reconhecer, entre quem pratica a ‘nova filantropia’ em São Paulo, uma resposta particular por parte das elites às crescentes desigualdades observadas na paisagem urbana ao longo das últimas décadas.

Redes da elite e a prática filantrópica em São Paulo

Um segundo objetivo desse trabalho foi o de investigar as maneiras pelas quais certas práticas e discursos ligados à filantropia são atualmente reproduzidos em lugares diferentes na cidade de São Paulo. Ao longo dos últimos capítulos, procurei aplicar o *Actor-Network-Theory* de Latour, em busca das redes através das quais tais práticas e discursos são disseminados. Acho necessário aqui, porém, chamar atenção para algumas questões relacionadas à aplicação

dessa abordagem à minha pesquisa. Escolhi, nesse estudo, trabalhar em três campos bastante diferentes em termos da sua escala e dos objetivos de sua atuação filantrópica, e também da idade dos atores neles presentes. Tal escolha pode ter parecido algo curiosa, pois existem inúmeros exemplos da prática filantrópica em São Paulo que são mais obviamente conectados através das redes que atravessam essa esfera de atuação, especialmente em relação à filantropia empresarial (as ações da ‘responsabilidade social corporativa’), que paira entre as práticas vistas nos três campos da minha pesquisa. Por que, então, a escolha desses três programas?

Primeiro, como espero ter deixado claro ao longo do trabalho, me interessei por esses três campos por ver neles oportunidades para focar a questão da interface entre a filantropia e as relações entre atores de perfis socioeconômicas opostos em espaços urbanos segregados. A localização dos projetos da Escola Graduada e do Hospital Albert Einstein em Morumbi e Paraisópolis – e os deslocamentos promovidos pelos dois programas das populações da favela (no caso do FALA) e dos prédios de luxo do bairro (no caso do PECP) – faziam com que ambos dialogassem diretamente com essa questão. O PNG, por sua vez, atendeu esse critério por promover uma reflexão profunda sobre o tema dessas relações, mesmo sem desenvolver nenhuma prática de intervenção específica nesse sentido. Segundo, queria evitar, nesse estudo, a esfera mais conhecida da filantropia empresarial, buscando, ao contrário, explorar outras versões dessa prática em contextos menos investigados, em que os motivos e discursos em torno dela são muitas vezes distintos daqueles vistos no cenário empresarial. Terceiro, queria investigar até que ponto conexões realmente poderiam ser traçadas entre os projetos nessa amostra mais diversa das práticas filantrópicas, procurando no meu campo juntar os fios soltos desses três casos para mostrar a existência de uma só rede de práticas interconectadas. Nesse sentido, o desafio desse trabalho tem sido o de ir além do método comparativo em antropologia, para investigar as infinitas conexões entre pessoas, coisas, idéias, acontecimentos e invenções na paisagem urbana.

Uma maneira de pensar essa abordagem é se valer do trabalho de George Marcus e seu conceito de etnografia multi-situada (*multi-sited ethnography*), de 1995. Tal conceito foi desenvolvido por Marcus em referência aos debates nas ciências sociais sobre sistemas mundiais (ver, por exemplo, Wallerstein, 1974 e Wolf, 1982), como uma maneira de superar a natureza conjectural de muitos trabalhos sobre a globalização das relações sociais, sem abrir mão do contexto transnacional. O conceito da etnografia multi-situada propõe que a pesquisa antropológica seja conduzida em diversos locais ao mesmo tempo. Segundo Marcus,

A pesquisa multi-situada desenha-se em torno de cadeias, caminhos, fios, conjunções, justaposições de lugares nos quais o etnógrafo estabelece alguma

forma de presença literal, física, com uma lógica explícita, posicionada, de associação ou conexão entre locais, que vai definir o argumento do etnógrafo [...] as etnografias multi-situadas vão definir seus objetos de estudo por meio de diversos modos ou técnicas. Essas técnicas podem ser entendidas como práticas de construção através do movimento (pré-planejado ou oportunista), bem como práticas de se traçar um fenômeno cultural complexo em diferentes contextos, a partir de uma identidade conceitual inicial, que se torna contingente e maleável conforme é traçado (Marcus, 1995: 105-106, tradução minha⁹³).

Apesar de ter suas raízes na esfera dos estudos da globalização, o conceito funciona analiticamente tanto enfocando locais geograficamente distantes, quanto dentro de uma única cidade. A etnografia multi-situada permite ir além do modelo clássico da etnografia antropológica, baseada em um suposto local e grupo cultural fechado e totalizado. Através de uma pesquisa desenvolvida simultaneamente em vários locais, são reveladas as complexas conexões e relações entre as diversas pessoas e fenômenos que muitas vezes foram excluídos das etnografias no passado da disciplina. Nesse sentido, também se preocupa com mudanças metodológicas, ao longo das últimas décadas, nas maneiras pelas quais os antropólogos trabalham em campo, uma reflexão que têm suas raízes no questionamento das convenções do texto etnográfico, que deu forma à crítica pós-modernista dos anos 80.⁹⁴

Marcus sugere que os múltiplos locais de uma etnografia multi-situada podem ser identificados ‘seguindo’ elementos variados; o antropólogo pode seguir as pessoas, seguir a coisa, seguir a metáfora, seguir a história ou alegoria, seguir a vida ou biografia, seguir o conflito, ou alternativamente, trabalhar com a mesma perspectiva multi-situada, mas em um único local. Podemos talvez adicionar o ‘seguir a prática’ (no caso, a filantrópica) a essa lista, e juntando tal proposta a ‘seguir a metáfora’, damos conta também dos discursos em jogo no campo. Segundo Marcus, “a circulação de signos, símbolos, e metáforas guia o desenho da etnografia” (1995: 108, tradução minha⁹⁵), no momento em que optamos por ‘seguir a metáfora’. A ‘nova filantropia’ e a ‘responsabilidade social’ das elites paulistanas, são esses elementos simbólicos que foram seguidos nos três locais do meu campo. Nesses lugares, tentei

⁹³ No original: “Multi-sited research is designed around chains, paths, threads, conjunctions, or juxtapositions of locations in which the ethnographer establishes some form of literal, physical presence, with an explicit, posited logic of association or connection among sites that in fact defines the argument of the ethnography [...] multi-sited ethnographies define their objects of study through several different modes or techniques. These techniques might be understood as practices of construction through (pre-planned or opportunistic) movement and of tracing within different settings of a complex cultural phenomenon given an initial, baseline conceptual identity that turns out to be contingent and malleable as one traces it.”

⁹⁴ Para uma discussão sobre os rumos seguidos pelo debate em torno da prática da etnografia e as maneiras pelas quais os antropólogos a representam no texto, desde que a mesma foi introduzida nos anos 80, ver Marcus (1999: 3-28 e 2004: 133-158).

⁹⁵ No original: “the thing traced is within the realm of discourse and modes of thought [...] [and] the circulation of signs, symbols, and metaphors guides the design of ethnography”.

desenvolver uma pesquisa ‘multi-situada’, usando ainda a *Actor-Network-Theory*, de Bruno Latour, para traçar as redes através das quais as conexões entre esses locais são reveladas.

Espero ter mostrado, ao longo das últimas páginas, que os três programas enfocados por esse estudo fazem parte da mesma rede de práticas filantrópicas, apoiadas por um certo discurso atualmente desenvolvido junto às elites paulistanas em referência à questão da desigualdade socioeconômica, que marca a metrópole, e às ‘responsabilidades sociais’ com relação a ela. Isto não quer dizer, é claro, que tais práticas sejam homogêneas, e muito menos que os discursos que as amparam sejam lineares ou sempre coerentes. Michel Foucault escreve que,

... é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o discurso dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas (1988: 95-97).

Tal análise aplica-se muito bem ao meu campo, onde, como temos visto ao longo dos últimos capítulos, uma multiplicidade de opiniões e experiências leva a variadas interpretações e reações referentes à situação da desigualdade socioeconômica com que os atores desse campo convivem, assim como a abordagens igualmente diferentes no desenvolvimento das práticas filantrópicas.

O que procurei mostrar, então, com o argumento de que os três programas enfocados no meu trabalho fazem parte da mesma rede de práticas, é que os atores envolvidos nesses programas estão trabalhando com um único leque de referências, uma série de idéias, terminologias, exemplos, pessoas e organizações, que, apesar de serem por eles imaginados, interpretados e apropriados de maneiras diversas, juntam-se em um arcabouço comum, que serve para apoiar todos eles no desenvolvimento de uma coleção de práticas interligadas no campo. Assim, por exemplo, a idéia de um ‘terceiro setor global’, capaz – através do ideal da ‘participação cidadã’ –, de unir pessoas em todos os cantos do mundo na erradicação da pobreza e outros problemas sociais, aparece na fala dos estudantes da Escola Graduada, das voluntárias do Hospital Albert Einstein e dos participantes do Programa Nova Geração, servindo como uma inspiração para os diversos trabalhos por eles desenvolvidos.

Podemos também observar essa rede em funcionamento no meu campo por meio da integração das práticas profissionalizantes às atividades dos seus atores. Isto acontece principalmente entre o voluntariado do Hospital Albert Einstein e os participantes do Programa Nova Geração – e nas numerosas outras entidades ligados ao ‘investimento social’ privado com que o programa tem conexões –, mas os detalhes do desenvolvimento na Escola Graduada de um discurso em torno do tema da responsabilidade social também sugerem tendências parecidas neste campo. A busca da profissionalização das práticas filantrópicas aparece, então, como uma referência comum no discurso dos atores nessa esfera, mesmo que tal referência ocupe um lugar instável nesse discurso, e que se encontra continuamente apropriada, rejeitada e reinterpretada – em maneiras complexas que lembram o argumento de Foucault reproduzido acima –, dependendo dos atores e situações em que aparecem.

No Programa Nova Geração, por exemplo, observamos que a tendência da apropriação de práticas profissionalizantes oriundas da esfera corporativa foi tratada de maneira ambígua por ambas as equipes e muitos dos participantes do programa. Por um lado, o projeto trouxe figuras com grande atuação no terceiro setor, como os já mencionados Oded Grajew e Ana Maria Wilhelm, cujas organizações estão entre as primeiras no país a começar a gerenciar ações de filantropia individual e corporativa através de normas e métodos vindos do meio empresarial. Através do exemplo dessas organizações e indivíduos, certas práticas profissionalizantes foram entusiasmadamente incorporadas ao discurso da equipe do programa, como, por exemplo, na preocupação com o ‘investimento’ no meio social em busca de transformações duradouras, escapando do modelo assistencialista da ação caritativa. Ao mesmo tempo, porém, o programa desenvolveu um discurso crítico em relação à aplicação de certos métodos de avaliação e técnicas de gestão emprestados da esfera corporativa na construção das práticas filantrópicas. E encorajou a idéia da aproximação e da construção de relações entre os idealizadores dessas práticas e as pessoas que delas se beneficiavam, como meio de avaliar as necessidades particulares de cada população em relação ao desenvolvimento de tais práticas.

Embora a questão da profissionalização da prática filantrópica tenha sido tratada de maneira ambígua no discurso do PNG, ela não deixou de ser uma importante referência compartilhada entre os atores envolvidos no programa. Inclusive, se formos verificar esse discurso mais de perto, observamos ainda a influência de um outro tipo de olhar ‘profissionalizante’. A metodologia do PNG foi desenvolvida através de técnicas trazidas à equipe do programa por Marina de Magalhães Carneiro de Oliveira, consultora do *Instituto Fonte*. Os exercícios de auto-conhecimento, os debates entre os participantes do programa e a

preocupação permanente em vincular a reflexão sobre os assuntos sociais brasileiros e o desenvolvimento das iniciativas sociais com a experiência pessoal de cada integrante do grupo, foram todos elementos dessa metodologia.

O *Instituto Fonte* apresenta-se como: “uma organização essencialmente voltada a apoiar processos de desenvolvimento de pessoas e organizações [...] que estimula e investe no processo permanente de construção do campo interdisciplinar de pensamento e prática de desenvolvimento no Brasil” (www.fonte.org.br). Daniela, idealizadora do PNG, me explicou em entrevista: “eu confio muito no pessoal do *Fonte*, eles são reconhecidos tecnicamente e [por sua] metodologia”. Os ‘processos de desenvolvimento’ desenhados pelo *Fonte* são reconhecidos entre diversas outras entidades do terceiro setor, e a preocupação de Daniela em aplicar tais processos ao PNG reflete a sua busca por um outro tipo de ‘profissionalização’ do seu trabalho. Com o desenvolvimento de uma metodologia baseada nos processos de tal instituto, ou seja, na incorporação de certas práticas e padrões de atividade já reconhecidos (e se tornando cada vez mais populares) no campo do terceiro setor brasileiro, Daniela vem logrando a legitimação do programa nesse meio.

Desigualdade urbana: o olhar das elites

Comecei o presente trabalho com a questão da prática filantrópica contemporânea e o que ela pode revelar sobre as maneiras das elites paulistanas de conviver com as desigualdades socioeconômicas que marcam a sua cidade, e a forma como representam e significam essa experiência. Como foi discutido na introdução desse estudo, minha pretensão não foi a de refletir sobre as causas dessas desigualdades e da sua manutenção – as ciências sociais brasileiras já forneceram e continuam a fornecer muita reflexão a respeito dessa questão –, nem de julgar o impacto das práticas filantrópicas nessas situações. Ao contrário, procurei aqui investigar o que aqueles favorecidos pela desigualdade urbana falam sobre tal situação, acreditando que isto seja uma área de investigação pouco aprofundada no meio acadêmico brasileiro. Tal abordagem tem ainda como objetivo a revelação de dados sobre a natureza atual da desigualdade em São Paulo. Mas ela lança a proposta de que, para entender as dinâmicas de tal desigualdade, investigar o olhar das elites é tão importante quanto examinar o olhar das classes populares, por menos legítima ou mais incoerente que a visão dessas elites, do ponto de vista ideológico, nos pareça.

O que temos observado, então, sobre como a parcela da elite paulistana enfocada por esse estudo pensa a desigualdade urbana na sua cidade? Primeiro, os atores do campo estão

claramente preocupados com a situação em que se encontram, e comprometidos a procurar soluções para os problemas sociais no seu entorno. A dedicação de tempo e energia empreendida por tais atores nas suas práticas filantrópicas é sinal de tal compromisso, como é também a sua fala, que revela grande inquietação sobre as condições de vida e falta de oportunidades para uma grande porcentagem da população paulistana. Mas qual é a natureza das soluções para esses problemas, buscadas pelos atores do meu campo?

Nos discursos desenvolvidos através dos três programas enfocados, há uma forte ênfase na idéia de que a chave para a eliminação da pobreza encontra-se na oferta de oportunidades para que as pessoas possam, através de seus próprios esforços, melhorar as condições das suas vidas. Nesse olhar, a atitude do indivíduo com respeito à sua própria situação e sua motivação para mudá-la são centrais. O seguinte depoimento de Fernando, participante do PNG, representa, de maneira algo extrema, essa linha de pensamento. Ele explica que, através das suas ações de investimento social, procura dar oportunidades para quem quiser aproveitá-las,

... mas não para todo mundo. É a linha: [...] eu estou aqui para facilitar você a realizar teus sonhos. Não é todo mundo, não é Paraisópolis inteira. Nós vamos chegar lá e falar: “olha, na quarta-feira, às cinco da tarde, nós vamos estar selecionando as pessoas que estão efetivamente interessadas em fazer um curso de formação no SENAI. Se aparecer dois, são dois. Se aparecer cem, são cem. Eu não vou bater de casa em casa dando curso no SENAI. Então tem que ser para quem tem interesse em sair dessa situação. Não é para todos. Porque do mesmo jeito que na classe A e na classe B tem gente interessada ou não na evolução, não dá para achar que todos que estão nessa situação é porque a vida não proporcionou. Tem que tirar essa demagogia do ar, né? É porque realmente alguém não quer mesmo. Quantas vezes a gente já conversou nessas comunidades, e a pessoa fala assim: “tem que acordar às 5 da manhã para pegar ônibus para ir lá no centro da cidade trabalhar? Ah, faço um bico aqui”. Existe esse caso. Às vezes não preenche vaga de empacotador de supermercado. Tem alguns empregos que não preenche, tem carência. A pessoa fala: “ah, prefiro ficar aqui ganhando meu Bolsa Família, sem fazer nada, porque se eu começar a trabalhar, eu perco o Bolsa Família.” Tem dessas coisas, também, né?

A rejeição da prática da ‘caridade’ a favor das novas ações de ‘investimento social’ entre os atores do meu campo alinha-se com esse olhar. Enquanto a caridade envolve a mera doação de recursos, o investimento social oferece a oportunidade dos seus beneficiários mudarem o rumo das suas vidas, promovendo assim a ‘transformação social’. A atitude de Fernando com relação ao Bolsa Família, programa de assistência social do governo federal (gestão do PT), é revelador nesse sentido. O tema do Bolsa Família apareceu repetidamente entre os atores presentes no campo, onde quase sempre foi entendido como uma ‘esmola’, ou seja, uma caridade por parte do governo que serve para desincentivar as pessoas a procurar trabalho, e

um pretexto para que o governo não invista na oferta de oportunidades para as pessoas transformarem as suas vidas. Foi através da mesma linha de raciocínio que muitos no meu campo visavam ‘educação’ como a área mais importante para investimento, no sentido de melhorar os problemas sociais do país: respondendo a um questionário sobre seus interesses para futura aprendizagem no meio social, 80% dos participantes do PNG colocaram educação em primeiro lugar, e depois do final do programa, alguns dos participantes formaram um pequeno grupo especificamente para discutir as possibilidades para investimento privado nessa área. Enquanto isto, a proposta do ensino do inglês do FALA, da Escola Graduada, obviamente trabalhava no mesmo sentido.

Essas percepções colhidas não significam que os atores do campo investigado não achavam a ‘caridade’ necessária em alguns cenários; de fato, muitos me contaram que há, sim, a necessidade da provisão de recursos básicos em certas situações. O caso do PECP do Hospital Albert Einstein é interessante nesse sentido. Por tratar da provisão de serviços de saúde, era visto de maneira diferente dos outros dois programas, no que tange à questão da ‘caridade’ versus ‘investimento social’. Observei, de fato, uma certa mescla de olhares sobre os objetivos do voluntariado do Einstein. Enquanto, por um lado, havia um consenso entre os voluntários que a oferta de serviços de saúde era essencial para uma maior qualidade de vida da população de Paraisópolis, os resultados buscados com tais serviços pareciam ir além da simples melhoria da saúde das crianças da favela. Perguntados sobre as mudanças que eles tinham visto em Paraisópolis ao longo do tempo que estavam ali trabalhando, muitos voluntários me responderam citando ‘melhorias’ na atitude e comportamento dos usuários do programa: crianças que se apresentavam limpas e bem comportadas para ser atendidas pelos médicos, sendo que antes chegavam sem tomar banho e usando linguagem não apropriada, e mães que cuidavam melhor dos seus filhos, mostrando-se mais responsáveis e interagindo melhor com o pessoal do programa. Lembramos também da incorporação do conceito de ‘participação cidadã’ às atividades sócio-educativas do programa, discutida no capítulo 2.

O que observamos aqui é a presença de uma série de discursos – de ‘participação cidadã’, de ‘transformação social’, do ‘investimento social’, dentre outros – que têm a capacidade tanto de gerar novas práticas na esfera da filantropia das elites, quanto de re-qualificar práticas velhas, como a distribuição de cestas básicas no PECP e a doação de roupas usadas no *Market Place* da Escola Graduada, com novos nomes e objetivos.

Apesar de buscar uma efetiva ‘transformação social’ com sua filantropia, há quase um consenso, nos três campos enfocados por minha pesquisa, de que o papel das elites na melhoria dos problemas sociais do país é limitado, e que a verdadeira transformação depende de

colaboração entre o governo e a sociedade civil (um olhar que reflete o modelo da ‘terceira via’ apresentado no *Programa Nova Geração* e discutido no último capítulo). No PNG e no PECP do Hospital Albert Einstein, tal abordagem é aplicada diretamente na prática: um dos objetivos do PNG foi o de incentivar os seus participantes a se envolver na política pública, conscientizando-se sobre questões sociais nessa esfera e exercitando seus direitos de participação, tema que foi recebido com grande entusiasmo ao longo do programa. Tal preocupação ainda foi entendida, durante o programa, como elemento imprescindível do conceito da ‘participação cidadã’, aplicado na busca de melhorias no meio social. A proliferação de ‘parcerias’ entre o Hospital Albert Einstein e o governo local para a oferta de serviços de saúde reflete uma abordagem semelhante nesse campo.

Se as elites acreditam que uma grande parte da responsabilidade para a ‘questão social’ brasileira é do próprio Estado, como eles pensam, então, a sua própria responsabilidade por atuar nessa esfera? Vale aqui uma pequena digressão para ajudar a responder essa pergunta. Um incidente que presenciei no PECP, em uma tarde no ambulatório em Paraisópolis, revelou bastante sobre a relação de responsabilidade construída entre o Hospital Albert Einstein e os usuários do programa. Estava acompanhando o trabalho de uma das voluntárias no setor de orientação, onde ela explicava para as mães como administrar os remédios prescritos pelos médicos aos seus filhos, quando chegou uma mulher com duas crianças pequenas. Ela estava extremamente agitada, e disse à voluntária que queria fazer uma reclamação oficial, pois um dos seguranças do projeto não a tinha deixado fazer um atalho por dentro do complexo dos prédios ao lado do ambulatório. Ela contou para o segurança que seu filho mais velho havia sido operado recentemente e não tinha condições para andar toda a distância até o ambulatório por fora dos prédios, como os usuários do programa eram obrigados a fazer para transitar de um setor para o outro. O segurança, no entanto, não queria fazer uma exceção à regra, e obrigou-a, assim como a seus filhos, a fazerem o caminho por fora dos prédios. A mulher reclamou da injustiça da exigência do segurança, e declarou que “se for para ser tratada assim, eu vou no hospital público”. A voluntária pediu, com muita calma, para a mulher registrar sua reclamação por escrito, para ser entregue à coordenação do setor, e a mulher procedeu à escrita de quase duas laudas sobre o ocorrido.

Nesse incidente, o usuário do PECP não somente reivindicou um certo tipo de tratamento pelo pessoal do programa, mas também fez entender que ela esperava um atendimento superior no contexto do PECP (uma entidade filantrópica) do que no setor público; uma expectativa que, de fato, reflete a realidade do tipo de tratamento que ela já recebeu nos dois tipos de serviço. Na experiência dessa mulher, a provisão desse recurso

urbano (o atendimento médico para seus filhos), por uma entidade filantrópica, não é motivo de questionamento.⁹⁶ E ela não somente espera acesso a esse recurso através de tal tipo de entidade, mas também espera, ali, um tipo de atendimento melhor do que costuma encontrar nas entidades públicas que fornece recursos semelhantes.

Se os beneficiários da prática filantrópica já têm uma expectativa quanto ao oferecimento de serviços urbanos através da tal prática, esta reflete a responsabilidade assumida por quem os fornece, sendo essa dinâmica considerada, por ambas as partes, uma atividade comum no contexto urbano atual. Como vimos no capítulo 2, a profissionalização do Departamento de Voluntários do Hospital Albert Einstein incluiu, entre suas inovações, a formalização de uma série de obrigações contratuais em relação ao compromisso dos voluntários que oferecem seu tempo para trabalhar no PECP. Unindo-se ao departamento, portanto, o voluntário passa a assumir uma série de responsabilidades específicas em relação aos usuários do programa. Telma Sobolh, presidente do voluntariado do Einstein, me contou em entrevista que os voluntários “não são pessoas tão preocupadas em serem valorizadas, porque o interesse delas é muito maior em poder dar o que elas têm”. Essa constatação reapareceu no dia do incidente contado acima, quando perguntei se a voluntária que ouviu a reclamação da mulher no PECP ficava chateada com ocorrências como essa, ou se sentia que os usuários do programa não valorizavam seu trabalho. Ela me disse, firmemente, que não se sentia incomodada, que sabia porque estava ali, e que não se preocupava com a valorização dos usuários do programa. Enquanto os atores nos outros dois campos da minha pesquisa não definiram as suas responsabilidades em relação aos beneficiários da sua filantropia de maneira tão formalizada quanto as voluntárias do PECP, a maioria ainda revelava, em conversa ou entrevista, um sentimento de responsabilidade em agir, de alguma maneira, para ajudar a resolver os problemas sociais que observaram no seu entorno.

Constatamos, então, que os atores do campo investigado sentem uma responsabilidade por ajudar na solução dos problemas sociais do país, e que a prática filantrópica, na forma do

⁹⁶ Em entrevista, José Rolim, presidente da União dos Moradores de Paraisópolis e vereador (PSDB) da Câmara Municipal de São Paulo, me contou que ele espera que a população do Morumbi colabore para melhorar as condições de vida em Paraisópolis, “pelo menos por vaidade”, sendo que, na medida em que Paraisópolis apresente melhorias, os prédios de Morumbi passarão a se valorizar mais. Segundo Rolim, “não existe Morumbi bom com Paraisópolis ruim [...] eu uso [essa frase] para ver se eles me ajudam, não é um problema só meu”. O seguinte extrato de uma reportagem da *Folha de São Paulo* sobre a abertura da nova *Daslu*, loja de luxo que atende uma clientela da elite paulistana, serve como outro exemplo das expectativas de uma população favelada sobre a ajuda filantrópica dos seus vizinhos ricos. Segundo a reportagem: “vizinhos de fundos da nova *Daslu*, aberta ontem ao público, moradores da favela Funchal [...] esperam que o local receba melhorias com a chegada da loja à região. Eles não estão organizados em uma associação ou entidade, mas já se preparam para pedir auxílio ao estabelecimento. ‘Meia hora de venda deve render dinheiro suficiente para recuperar a principal rua da favela. E a gente precisa de asfalto aqui’, disse a dona-de-casa Marizete Maria dos Santos, 40.” (Balazina, 2005).

serviço comunitário, do trabalho voluntário ou do investimento social, é a sua contribuição nesse sentido. Os discursos que informam tais práticas se cruzam com os discursos de ‘participação cidadã’ no cerne do desenvolvimento do terceiro setor brasileiro. Nesse encontro de discursos, as elites enfatizam a idéia da criação de oportunidades para a melhoria das condições de vida das classes populares, ou seja, pregam o combate da pobreza através da mobilização dos pobres. São discursos sofisticados que apóiam inúmeros esquemas originais, todos com grandes aspirações para a ‘transformação social’ do país. Mas são discursos que pouco contemplam a idéia de que, para reduzir a pobreza brasileira, poderia ser necessário também reduzir a concentração da sua riqueza. Apesar da grande reflexão nesse campo sobre a forma, duração e objetivos da prática filantrópica, e a forte ênfase nos discursos de ‘responsabilidade social’ sobre a formação de relações de confiança e canais de comunicação entre as elites e as classes populares, o doador sempre tem a última palavra na relação filantrópica.

Na introdução desse trabalho, havia apresentado o argumento de Vera da Silva Telles (2006) sobre a necessidade das ciências sociais buscarem um novo jogo de referências, para começar a entender as relações e dinâmicas contemporâneas da cidade de São Paulo. Telles expõe que as referências com que estamos acostumados a trabalhar – como os direitos humanos, a democracia, a legalidade e a ilegalidade –, hoje em dia mostram-se incapazes de nos ajudar a compreender a nova paisagem urbana. Ao propor uma investigação do engajamento das elites paulistanas na questão social através da prática filantrópica, estava procurando, com o presente trabalho, contribuir para a busca dessas novas referências. Como parte dessa proposta, tentei ainda mostrar que, para entender as dinâmicas atuais da *desigualdade*, e não somente da *pobreza*, tais referências precisam ser construídas tanto tendo como referência as elites, quanto o olhar das classes populares.

Percebemos, por meio do estudo da prática filantrópica, que conceitos como democracia, direitos humanos e justiça legal precisam realmente ser reexaminados no contexto do olhar das elites sobre a desigualdade socioeconômica em São Paulo. Não é difícil perceber que, nesse cenário, onde a responsabilidade pelo fornecimento de recursos urbanos e serviços de assistência social na cidade encontra-se dividida entre diversas entidades públicas e do terceiro setor, as fronteiras entre os dois tornam-se cada vez mais indistintas. No caso da oferta de serviços de saúde às crianças de Paraisópolis, por exemplo, o Hospital Albert Einstein desempenha um papel muito maior do que o do Estado, uma situação que, mesmo se não for desejada, já se tornou há tempos uma realidade cotidiana para a população da favela.

Mas ao invés de abandonar as referências do discurso acadêmico que, como constata Telles, definiram os estudos urbanos brasileiros ao longo das últimas décadas, vale voltar mais uma vez ao âmbito da cidade. Em vez de buscar um jogo totalmente novo de referências para os estudos urbanos contemporâneos, talvez devamos tratar de examinar as múltiplas maneiras pelas quais essas mesmas referências vêm sendo apropriadas e ressignificadas nesse campo. Os conceitos, no cerne dos discursos das elites sobre a desigualdade, não aparecem do nada, são reinterpretações das referências com que estamos acostumados a pensar. No campo das práticas filantrópicas, os ‘direitos humanos’ tornam-se ‘oportunidades para a melhoria social’, a ‘democracia política’ transforma-se em ‘participação cidadã’ e a ‘justiça legal’ passa a se chamar ‘responsabilidade social’. Por mais que o primeiro jogo de referências possa ter se esvaziado no meio acadêmico, o segundo ainda se encontra em proliferação no campo, e o nosso desafio é entender como essas transformações têm sido efetuadas, e o que isso significa para as relações da desigualdade urbana.

Não foi a intenção do presente trabalho criticar o projeto político das elites paulistanas, nem de julgar se as práticas filantrópicas por elas desenvolvidas representam alguma mudança em tal projeto. O intuito foi o de investigar as maneiras pelas quais tais elites se engajam com a questão das desigualdades urbanas por *dentro* desse projeto, revelando as complexas relações que nascem desse envolvimento. Procurou-se, com isso, contribuir para uma antropologia urbana da atual paisagem paulistana, por mais complexa e controversa que ela seja.

Bibliografia

- AGIER, Michel. *L'invention de la ville: Banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris, Éditions des archives contemporaines, 1999.
- ALESSANDRINI, Megan. "A fourth sector: The impact of neo-liberalism on non-profit organisations." Trabalho apresentado no Jubilee Conference da Australasian Political Studies Association. Australian National University, Canberra, October 2002.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.
- ARAÚJO, Paulo de. "Ladrões fazem arrastão em seis casas no Morumbi". *Folha de São Paulo*, 15 de junho de 2007.
- BALAZINA, Afra. "Morador de favela vizinha à Daslu pede ajuda". *Folha de São Paulo*, 9 de junho de 2005.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of culture difference*. Illinois, Waveland Press, 1998 [1969].
- BERGAMO, Mônica. "Atrás das Grades". *Folha de São Paulo*, 27 de março de 2005.
- BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: A aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986 [1982].
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Harvard University Press, 1984.
- BRANDT, Maria Elisa Almeida. *Minha Área e Casa da Família: O emprego doméstico na cidade de São Paulo*. Tese de mestrado apresentada na FFLCH da USP. São Paulo, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. "Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana." *Novos Estudos*, CEBRAP, N.º 47, 155-176, março 1997.
- _____. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34 / Edusp, 2000.
- CAPPELLIN, Paola & GIULIANI, Gian Mario. *The political economy of corporate responsibility in Brazil: social and environmental dimensions*. Technology, Business and Society Programme Paper Number 14, United Nations Research Institute for Social Development, October 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998 [1995].
- CLIFFORD, James e MARCUS, George E. (orgs.). *Writing Culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1986.

- CONSTANTINO, Luciana & GOIS Antônio. “‘Brasil miserável’ é o 6º mais pobre do mundo”. *Folha de São Paulo*, 7 de setembro de 2005.
- CORBUSIER, Le. *A Carta de Atenas*. São Paulo, Hucitec, 1989 [1941].
- CUBAS, V. O. *Segurança Privada: A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo, Humanitas, 2005.
- DURHAM, Eunice. “A Pesquisa Antropológica Com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”, in Ruth C. L. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004 [1986].
- FERNANDES, Rubem César. “Elos de uma Cidadania Planetária”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, nº 28, 15-34, junho de 1995.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988 [1976].
- FRÚGOLI JR., Heitor. “Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico”, in Pintaudi, S. e Frúgoli Jr., H. (orgs.), *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. 1ª ed. São Paulo, Ed. da Unesp, 1992.
- _____. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo, Marco Zero, 1995.
- _____. “A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 18, nº 52, 109-126, fev./2003
- _____. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia.” *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.
- GELL, Alfred. *The Art of Anthropology: Essays and diagrams*. Hirsch, Eric (org.), Athlone Press, 1999.
- GODBOUT, Jacques. “Homo Donator versus Homo Oeconomicus”, in Martins, Paulo Henrique (org.), *A Dádiva Entre Os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- GODOY, José Elias de. *Técnicas de Segurança em Condomínios*. São Paulo, Editora SENAC, 2005.
- GOLDENBERG, José. “Filantropia e carreira caminhando juntas”. *Voluntariar*, ano V, nº 17, 1º semestre, 2006.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença”, in Arantes, A (org.), *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papius, 2000 [1992].
- HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. New York, Columbia University Press, 1980.

- _____. *Transnational Connections*. London, Routledge, 1996.
- HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, vol. 5, 07-41, 1995 [1988].
- HISAYASU, Alexandre. “Paraisópolis concentra seqüestro relâmpago”. *Folha de São Paulo*, 23 de maio de 2005.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993 [1989].
- HONDAGNEU- SOTELO, Pierrette. *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. Berkeley, University of California Press, 2001.
- INGOLD, Tim (org.). “1989 Debate: The Concept of Society is Theoretically Obsolete” in *Key Debates in Anthropology*. London and New York, Routledge, 1996.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2003. [1961]
- JAIME, Pedro. “O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil.” *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, 939-978, 2005.
- KISIL, Marcos. “Uma ‘nova filantropia’ na sociedade brasileira: o investimento social privado”. www.idis.org.br, sem data.
- KOFES, Suely. *Mulher Mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. *O “ethos” dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- MARCUS, George. “Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography”. *Review of Anthropology*, vol. 24, 95-117, 1995.
- _____. “Critical Anthropology Now: An Introduction”, in Marcus, G. (org.), *Critical Anthropology Now: Unexpected Contexts, Shifting Constituencies, Changing Agendas*. Santa Fé, School of American Research Press, 1999.
- _____. “O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia”. *Revista de Antropologia*, vol. 47, nº 1, 133-158, 2004.

- MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e Vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau (orgs.), *Historia da Vida Privada no Brasil*. V.III. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”, in *Sociologia e Antropologia*, vol.II. São Paulo, Edusp/E.P.U., 1974 [1925].
- MEDEIROS, Marcelo. “As Teorias da Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos.” *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, nº 57, 1º semestre de 2004, pp. 69-89.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Estudos Cebrap 2, São Paulo, out. 1972, pp. 3-82.
- OLIVEN, Ruben George. “Looking at Money in America”. *Critique of Anthropology*, Vol. 18 (1), 1998, pp. 35-59.
- ONG, Aihwa. “Experiments with Freedom: Milieus of the human”. *American Literary History*, Volume 18, Number 2, 2006, pp. 229-244.
- POCHMANN, Márcio [et. al.]. *Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2005.
- ROELOFS, Joan. “The Third Sector as a Protective Layer for Capitalism”. *Monthly Review*, setembro de 1995.
- RUBINO, Silvana. “A curious blend? City revitalisation, gentrification and commodification in Brazil”, in ATKINSON, R. & BRIDGE, G. (orgs.) *Gentrification in a global context: the new urban colonialism*. London & New York, Routledge, p. 225-239, 2005.
- SALOMON, Lester. “A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global.” *Revista de Administração*. São Paulo, v. 33, nº 1, 1998.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.); VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOLLICA, Orlando. *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo, Projeto, 1985.
- SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. [Second Edition]. Princeton University Press, Princeton, 2001.
- SMITH, Michael Peter. *Transnational Urbanism: locating globalization*. Oxford, Blackwell Publishers, 2001.
- STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift: Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press, 1988.

- TELLES, Vera da Silva. “Introdução” e “Debates: A cidade como questão”, in TELLES, Vera da Silva & CABANES, Robert. (orgs.) *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006.
- TORRES, H. G. & MARQUES, E. “Reflexões Sobre a Hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.4, 2001.
- _____. “Tamanho Populacional das Favelas Paulistanas. Ou os grandes Números e a Falência do Debate sobre a MetrÓpole”. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 4 a 8 de novembro de 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System: capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century*. New York, Academic, 1974.
- WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago, University of Chicago Press, 1956 [1928].
- WOLF, Eric. *Europe and the people without history*. Berkeley, University of California Press, 1982.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América: O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo, Edusp, 2001.